



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

O Pensamento de Mulheres Negras e a Política de Assistência Social

Gabriele Batista dos Santos Sousa

BRASÍLIA - DF
2024

GABRIELE BATISTA DOS SANTOS SOUSA

O Pensamento de Mulheres Negras e a Política de Assistência Social

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Política Social da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof. Dr. Leonardo Ortegá.

BRASÍLIA - DF

2024

GABRIELE BATISTA DOS SANTOS SOUSA

O Pensamento de Mulheres Negras e a Política de Assistência Social

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação Política Social da Universidade de Brasília, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof. Dr. Leonardo Ortegá.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá (Orientador)

Universidade de Brasília – UNB

Profa. Dra. Maria Elaene Rodrigues Alves

Universidade de Brasília – UNB

Profa. Dra. Ana Luísa Coelho Moreira

Ministério da Igualdade Racial - MIR

Profa. Dra. Hayeska Costa Barroso

Universidade de Brasília – UNB (Suplente)

AGRADECIMENTOS

Em minha adolescência lembro da minha avó afirmando que a UnB era local de branco, ela nem chegava perto. Meu pai contava que não era nem possibilidade. Hoje, concluí o mestrado. Sua família alcançou, Vó, seus sonhos tornaram-se realidade, tanto o seu como o de meus pais que fizeram de tudo para que eu estivesse aqui. E por isso, agradeço, por tudo o que lutaram e dedicaram para ver seus descendentes em um futuro melhor.

Honrar vocês é a minha maior fonte de força e esperança. Cada lágrima e dificuldade são acalentadas por esse amor maternal e paternal que me criaram com muito carinho e proteção. Meus avós, pais, tias, irmãos, irmã, sobrinhos, sobrinhas, companheiro, amigas (os) e professores (as) são uma rede de apoio que tornaram minha base forte e permitiram acreditar em meu potencial.

Lembro da minha querida madrinha, Ana Maria Prates Barroso, quando me olhou e disse para eu nunca duvidar da minha capacidade. Você é uma fonte de inspiração e apoio para continuar a minha jornada acadêmica.

Ressalto o apoio da minha orientadora de graduação, Lala, que me incentivou a seguir na academia e fazer o mestrado. Recordo quando me convidou para trabalho em sua pesquisa e banca de defesa da graduação.

À Patricia Quitude estive comigo no período de estudo e preparo para a seleção de mestrado, uma incentivando a outra a seguir academicamente.

À minha amiga Jessika que me acalmou e colaborou desde o processo seletivo. Inclusive me emprestando, com muito receio rs, seus livros maravilhosos. Te adoro, amiga.

A minhas colegas de mestrado, que apesar de não conhecer todas pessoalmente, também foram fonte de apoio nesse processo de pesquisa.

Ao meu orientador, Leonardo Ortegá, por acreditar no meu potencial e me apoiar nesse momento árduo de escrita junto com uma atuação profissional difícil. Sua calma, leveza e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento da dissertação.

À banca de qualificação de mestrado e defesa que permitiram a realização dessa pesquisa.

Encerro, agradecendo a oportunidade a todo departamento de Política Social e a todas as mulheres negras que me antecederam e abriram caminho a todas nós.

RESUMO

Neste trabalho foi realizada uma análise da questão racial e de gênero a partir do pensamento de mulheres negras na Assistência Social. Esse objeto de pesquisa buscou responder a pergunta de partida, de quais as consequências para atuação do SUAS pela falta de interlocução com pensamento não branco e reprodução de estereótipos racistas. Desse maneira, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com as autoras negras que debateram sobre essas categorias na Política Social, a fim de evidenciar o estudo de pensadoras negras no âmbito acadêmico. Nessa pesquisa, foi trazida uma contextualização da questão racial e interseccionalidade para compreensão de como a raça, patriarcado e classe estruturam a desigualdade em nossa sociedade e como a combinação de estruturas leva a uma complexificação da situação da mulher negra. Nesse debate, as intelectuais negras trazem reflexão do lugar que a Assistência Social se encontra como política de proteção social e sua contradição de ser ao mesmo tempo resposta frágil às desigualdades e espaço de reprodução de violações de direitos. O estudo dessas pensadoras confirmou a hipótese inicial, de que a falta de acesso e estudo ao pensamento negro contribui para a violação de direitos à população atendida pela Política de Assistência Social pelo não reconhecimento das suas necessidades e particularidades.

Palavras-chave: Raça, Assistência Social, Mulheres Negras e Feminismo Negro.

ABSTRACT

In this work, an analysis of the racial and gender issue was carried out based on the thoughts of Black women in Social Assistance. This research object sought to answer the starting question, what are the consequences for SUAS's performance due to the lack of dialogue with non-white thinking and the reproduction of racist stereotypes. In this way, a bibliographical research was carried out with Black authors who debated these categories in Social Policy, in order to highlight the study of Black thinkers in the academic field. In this research, a contextualization of the racial issue and intersectionality was brought to understand how race, patriarchy and class structure inequality in our society and how the combination of structures leads to a complexification of the situation of Black women. In this debate, Black intellectuals reflect on the place that Social Assistance finds itself as a social protection policy and its contradiction of being at the same time a fragile response to inequalities and a space for the reproduction of rights violations. The study of these thinkers confirmed the initial hypothesis, that the lack of access and study of Black thought contributes to the violation of the rights of the population served by the Social Assistance Policy due to the lack of recognition of their needs and particularities.

Keywords: Race, Social Assistance, Black Women and Black Feminism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPS	Caixas e Pensões no Brasil
CAPES	Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para pessoas em Situação de Rua
CENSO SUAS	Censo do Sistema Único de Assistência Social
COVID 19	Coronavírus
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF 1988	Constituição Federal de 1988
DF	Distrito Federal
DISOC	Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
I ENMN	I Encontro Nacional de Mulheres Negras
FEHSOLNA	Federação Habitacional do Sol Nascente
FNB	Frente Negra Brasileira
GO	Goiás
GDF	Governo do Distrito Federal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MC	Ministério da Cidadania
MS	Ministério da Saúde
NOB RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
TEN	Teatro Experimental Negro

MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado Contra o Racismo e a Discriminação Racial
PCD	Pessoa com Deficiência
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PBF	Programa Bolsa Família
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SMDF	Secretaria da Mulher no Distrito Federal
PAIF	Serviço de Atendimento Integral à Família
SINDSASC	Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TST	Tribunal Superior do Trabalho

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. RAÇA, RESISTÊNCIA E POLÍTICA SOCIAL	21
1.1. Diáspora Africana e Formação do Estado Nacional.....	21
1.2. Resistência negra e Política Social.....	31
1.2.1. Quilombos.....	31
1.2.2. Luta sindical negra e política social.....	32
1.2.3. Frente Negra Brasileira.....	37
1.2.4. Teatro Experimental Negro.....	38
1.2.5. Movimento Negro Unificado.....	39
1.3. Assistência Social, Racismo e Proteção Social.....	42
1.3.1. Historicidade entre Assistência Social e racismo.....	42
1.3.2. Assistência Social, neoconservadorismo e pandemia.....	51
2. PATRIARCADO, RAÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	58
2.1. Feminismo Negro: a interseccionalidade em questão.....	58
2.2. Movimentos de resistência e reexistência de mulheres negras.....	80
2.2.1. Jurema Werneck e a tradição iorubá.....	80
2.2.2. Mulheres quilombolas e guerreiras: resistência e enfrentamento à escravatura.....	82
2.2.3. Movimento de mulheres negras: encontros nacionais, conferências internacionais, marchas e ONGs	86
2.3. Desigualdades raciais e de gênero: estatísticas atuais e precariedade da política social	92
3. RACISMO E SEXISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CRÍTICAS A PARTIR DE PESQUISADORAS NEGRAS	97
3.1. Silenciamento da questão racial e pesquisadoras negras: invisibilização acadêmica e da política social.....	99
3.2. Mulher Negra e matricialidade familiar do SUAS: familismo, racismo e sexismo.....	108
3.3. A reprodução do racismo e sexismo por trabalhadores/as do SUAS e a desproteção social.....	128
3.3.1. Pesquisas de campo na proteção social básica do SUAS.....	128
3.3.2. Pesquisa de campo na alta complexidade do SUAS.....	132

Considerações Finais.....	141
Referências.....	144

INTRODUÇÃO

A escrita dessa dissertação ocorre junto a vários acontecimentos históricos na humanidade, no Brasil e mesmo no meu cotidiano. No final de 2020 houve a candidatura ao processo seletivo. Neste período foi quando ocorreu o início da minha atuação profissional como assistente social em Goiânia, como agente fiscal no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de Goiás (GO). Este começo foi junto a uma calamidade pública mundial diante da pandemia causada pela Covid 19.

O início da atuação profissional é um processo complexo e com a situação pandêmica, aprofundaram-se os desafios. A maior parte dos serviços passaram para a modalidade remota. Os decretos que determinaram o *lockdown* afetaram a dinâmica das relações sociais e as formas de trabalho na sociedade capitalista, com consequências graves para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, em que a branquitude se privilegiou com o trabalho dentro de casa, o chamado *home office*, resguardando suas vidas, enquanto os mais pobres e sobretudo a população negra, arriscava a sua com trabalhos precários para garantir sua sobrevivência e de suas famílias.

A atuação no CRESS GO permitiu uma visão geral da situação do trabalho do Serviço Social nesse período. Houve inúmeras denúncias de desvio de trabalho, com assistentes sociais tendo que noticiar óbitos, guardar os pertences das famílias que estavam em hospitais, assédio moral, falta de condições de trabalho, não garantia de sigilo profissional, entre outras. Ocorreram contratos temporários de profissionais diante da calamidade, em que não realizavam o pagamento dos salários, sem garantia dos direitos trabalhistas com a “pejotização” do trabalho.

Uma série de questões trabalhistas foram afetadas nesse período. Contudo, na dinâmica do cotidiano profissional havia uma questão que sempre incomodava. A ausência de aprofundamento no conhecimento sobre a questão racial. A pandemia explicitou o racismo presente no Brasil. Enquanto pessoas brancas trouxeram a Covid 19 para o país e tiveram seu atendimento médico garantido, a primeira pessoa que perdeu a vida foi uma mulher negra, trabalhadora doméstica. Então, se o Serviço Social, diante do Código de Ética de 1993, tem o dever de atuar em situações de calamidade pública, quais seriam nossas respostas para as consequências do racismo na intervenção profissional?

Na visão empírica profissional, com bastante frequência observei a reprodução do discurso da falsa democracia racial. Apesar do conjunto CFESS/CRESS ter tido relevante avanço no debate racial, foi perceptível a reprodução do racismo e desconhecimento da importância da raça para a modernidade no Serviço Social.

O racismo não pode ser lido apenas como uma estatística que coloca a população não branca em situação de maior pobreza e condições precárias de trabalho. Há de se compreender como a raça foi fundante para as relações sociais desiguais na modernidade, a partir do conjunto social, econômico, ideológico, cultural que estruturou o racismo no mundo.

Atuar na intervenção das expressões da questão social e desconhecer a formação nacional diante do racismo é uma incongruência que pretendo combater, a partir da contribuição intelectual por meio da pesquisa. Há décadas, a negritude brasileira traz valioso material sobre esse contexto para entender Brasil e mundo, contudo ainda não há o reconhecimento e disseminação necessários. Nossa história foi apagada e moldada para naturalizar o racismo e enaltecer a cultura branca ocidental.

A falta deste conhecimento acarreta na reprodução do racismo, com graves consequências para a atuação profissional. O trabalho do Serviço Social envolve vidas e a falta de interlocução com a realidade das famílias impede uma intervenção adequada, expondo-as a risco social e a uma série de violações.

Ao me propor ao processo seletivo, estava em busca de aprofundar o conhecimento em política social, raça, gênero e classe. A proposta já seria estudar essas categorias relacionadas à Assistência Social, pois seria uma continuidade do trabalho de conclusão de curso, no qual escrevi sobre os "Desafios da abordagem de gênero e raça no CRAS Riacho Fundo II". Eu havia realizado estágio obrigatório na Assistência Social, em 2016, que trouxe relevante contribuição para a formação na época.

Em 2021, junto com o resultado do mestrado, houve a nomeação no concurso da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) do Distrito Federal (DF), em que passei a atuar como assistente social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse período foi de grandes desafios, pois além da calamidade pública, a nossa democracia esteve em ameaça com o governo neoconservador, de Jair Bolsonaro. A gestão da Assistência Social neste governo causou inúmeros retrocessos, trazendo bastante dificuldade para uma atuação profissional qualificada.

A população que reivindica a Assistência Social em maioria é constituída pelo povo negro. Este dado já é consenso pelos trabalhadores/as do SUAS visto que é um dado posto pelo Censo SUAS¹. Atualmente o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) possui estatísticas do público do cadastro único

¹ O Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) foi instituído pelo Decreto 7.334, de 19 de outubro de 2010. O Censo SUAS possui “a finalidade de coletar informações sobre os serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações [...], bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social” (BRASIL, 2010).

atualizadas quase mensalmente, em que constam os dados das famílias inscritas. O cadastro único é o principal instrumento da política de Assistência Social, no qual há um cadastro nacional das famílias de baixa renda, com renda per capita de até meio salário mínimo.

Em novembro de 2023, havia 97.664.714 milhões de pessoas inscritas no cadastro único, dessas 29.103.540 milhões são brancas, 60.224.404 são pardas, 6.925.933 são pretas, 579.703 são amarelas, 812.996 são indígenas e 18.138 estão sem informação sobre raça/cor (BRASIL, 2024a). Portanto, a população negra inscrita no cadastro único é de 67.150.337 de pessoas, que representa 68,75% do percentual de inscritos, mostrando a continuidade da população negra em situação de baixa renda e que necessita da atuação da política social.

Muitos profissionais compreendem a correlação existente entre racismo e pobreza, sabem que isso implica em que a maioria das pessoas atendidas sejam mulheres negras, pois as mulheres são as principais responsáveis familiares. Segundo o MDS, as mulheres representam 83,60% das responsáveis familiares do programa Bolsa Família² (BRASIL, 2024b). Dessa forma, tem-se que o sexo feminino é o predominante pela responsabilização familiar, assim como a negritude é quem mais acessa à política, evidenciando o público se tratar de maioria de mulheres negras. Contudo, a análise desse dado não é tratado com a complexidade necessária, e essa ausência torna esses números em apenas um atributo, sem compreender a estrutura que a raça e o gênero fizeram na modernidade.

A construção do SUAS trata a pobreza como categoria estrutural para a desigualdade social. Assim, há vários programas, serviços e benefícios criados para buscar a intervenção nesta questão. Todavia, o não acesso ao mercado de trabalho, não é somente por baixa escolaridade e renda, mas, também, pela discriminação racial e de gênero, as quais combinadas tornam a situação das mulheres negras mais penosas.

Há que se considerar que a discriminação étnico-racial atinge, com mais violência, as mulheres negras, em uma perversa aliança entre machismo, que tenta perpetuar o estereótipo de fragilidade, submissão e inferioridade da mulher em relação ao homem, e racismo, que agrega a esses estereótipos outros ainda mais cruéis, tais como: a “sensualidade/sexualidade” exacerbada, a ausência de beleza ou de atributos femininos positivos e a violência sofrida, devido ao tratamento racista nas consultas ginecológicas, durante do parto/puerpério (nomeados como violência obstétrica), entre outros (EURICO, 2018, p.77).

Deve compreender, então, que as famílias não estão fragilizadas apenas por conflitos intrafamiliares e falta de renda, mas, principalmente, pelo histórico de violência do capitalismo e Estado brasileiro que tratou pessoas negras e indígenas como propriedade

² O Bolsa Família trata-se de um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza. Atualmente (2023/2024) a renda per capita para participação do programa é de 218 (duzentos e dezoito) reais. O programa é regulado pela Lei Nº 14.601, de 19 de junho de 2023.

privada, destruindo laços familiares desde o início da formação nacional. Dessa forma, quando uma mulher negra idosa chega a porta do CRAS porque não possui mais condições físicas de trabalhar, porém não tem direito à aposentadoria, pois seus empregadores fizeram questão de não pagar a contribuição a sua previdência social, é fundamental saber que essas pessoas fizeram isso por se tratar de uma trabalhadora negra e eles, brancos, terem o privilégio de não serem punidos e possuírem a possibilidade de exploração de uma mão de obra de tratada de forma subalterna a séculos, como algo natural.

Além da exploração da mão de obra, muitas dessas mulheres perpassam por condições de trabalho análogas à escravidão, com relatos graves de agressões físicas, verbais e sexuais silenciadas por anos. Muitas perderam seus vínculos familiares desde a infância. Portanto, compreender o racismo e sexismo é basilar para a atuação profissional.

O entendimento da combinação dessas categorias, somado ao seu enfrentamento e mediação na atuação profissional, trouxeram impactos para o resultado dessa pesquisa. A angústia de atuar em uma política social que carece de fundamentos teórico-metodológicos de raça e gênero para a intervenção social impulsionam a pesquisa, assim como as omissões e violações presentes no cotidiano causam uma grande revolta, raiva e sensação de impotência.

Na revisão dos capítulos foi preciso fazer um processo de afastamento da pesquisadora e objeto, visto que a proximidade estava colocando no texto um tom de manifesto diante do sofrimento e revolta que é lidar com as vítimas desse sistema racista, classista e sexista em plena pandemia. Ser uma mulher negra atendendo outras mulheres negras e observar o descaso e desprezo que são tratadas é doloroso e angustiante. Finalizar o processo de escrita dessa dissertação foi uma conquista de resistência e luta desse período histórico de estar atuando em umas das atividades essenciais na calamidade pública.

Esse período foi difícil para toda a humanidade, entretanto, o público da Assistência Social sofreu profundamente com o descaso e a falta de gestão. Jamais esquecerei que ao chegar ao trabalho havia famílias com crianças, idosos, pessoas com doenças crônicas graves dormindo na calçada em pleno frio e pandemia, desesperadas por um atendimento, em busca de um benefício social que só seria pago provavelmente após dois a três meses. Apesar de haver muitas pessoas competentes e comprometidas, no campo de trabalho presenciei, mesmo durante a gravidade da calamidade pública, o tratamento superficial das necessidades das famílias e ausência de escuta qualificada para tratar outras demandas, como a violência doméstica. Há a prevalência de trabalhar somente o imediato, por meio de benefícios, como a direção neoliberal incentiva.

No trabalho do CRAS, realizei atendimentos de mulheres negras que estavam em situações extremamente precárias e já haviam sido atendidas durante anos pela Assistência Social e outras políticas sociais que pouco desenvolveram suas necessidades. Lembro do caso de uma mãe que perdeu a guarda dos filhos e não conseguia compreender o motivo. Dentro do nosso sistema interno não havia informações sobre a acolhida e o acompanhamento dessa mulher para analisar sua situação. Seu sofrimento ao perder a guarda dos filhos faz ela chegar a ficar em situação de rua. Eurico (2018) que escreveu tese sobre o acolhimento institucional, traz esse debate da falta de trabalho com essas famílias e o caráter punitivista em optar pelo rompimento dos vínculos familiares como forma de proteção social, sem trabalhar a reconstrução dos vínculos, sem conhecer a família extensa e a realidade dos acolhimentos institucionais.

Outro caso que me marca é o de uma mulher negra vítima de violência doméstica atendida pela Saúde e Assistência Social há anos, sem nenhum trabalho para superação da situação de violência e/ou denúncia do agressor, apesar de ter tido atendimentos quase diários no Centro de Referência Especializado para pessoas em Situação de Rua (Centro POP) para alimentação, higiene e locomoção a consultas médicas. Trata-se de uma mulher negra que estava em situação de rua, com histórico de trabalho infantil e alcoolismo desde os 07 anos de idade. Recordo o modo que algumas trabalhadoras do posto de saúde satirizavam a situação de violência doméstica, evidenciando o racismo e sexismo. Nesse caso, cheguei a ir a Delegacia da mulher com a usuária para realizar a denúncia e mesmo com a minha presença, de assistente social do CRAS, o tratamento de menosprezo a usuária estava evidente, ela chegou a me falar “é por isso que a gente não denuncia”.

Outro acompanhamento familiar que realizei que foi marcante, foi de uma mulher negra soropositivo. Ela chegou ao CRAS, de forma desconfortável e cabisbaixa para saber os direitos que possuía. A usuária me mostrou o encaminhamento que havia recebido de uma assistente social da saúde, que era um formulário em branco, sem nenhuma informação do caso. Essa mulher negra diz que estava exausta de ser humilhada por ser soropositivo e afirmou que era sua última tentativa de buscar algo para ela e seus dois filhos.

Ela contou que a assistente social da saúde havia dito que deveria buscar emprego, visto que não tinha nenhum impedimento em trabalhar. Esse descaso com as necessidades das famílias tem sido bastante frequente. Essa usuária relatou vários casos de violações de direitos que sofreu pela união entre racismo, sexismo, classicismo e por ser soropositivo. Ela foi discriminada pela família, sociedade e profissionais de diversas políticas sociais. Essa usuária

sofreu com a violência doméstica, a situação de rua, doenças crônicas entre outras questões que ela não conseguia nem verbalizar.

Essas violações institucionais são frequentes e a falta de punição a esses profissionais causam uma indignação diante da omissão institucional e de órgãos de fiscalização. Esses casos ilustram o cotidiano de quem está atuando na ponta, em que é preciso dar respostas a demandas difíceis que se agravaram pela ausência de atuação dos serviços que deveriam estar promovendo a proteção social. Dessa forma, a mediação na vida de sujeitos e suas famílias que é naturalmente complexa, se agrava com a desqualificação dos serviços diante do descaso e desinteresse. Ao dialogar sobre esse contexto com meu orientador, ele me fala sobre a raiva e me manda uma resenha de Fernanda Mariano (2021) sobre o uso da raiva, a partir do pensamento de Audre Lorde.

A raiva, essa sim, é uma reação apropriada às atitudes racistas porque pode ser convertida em poder e canalizada para ações dirigidas à transformação da realidade. As mulheres não-brancas, em particular as mulheres negras, ao longo da história e da vida social têm construído uma relação de aprendizado com a raiva; que precisou ser instrumentalizada para que não fossem destruídas pelas opressões do cotidiano. (MARIANO, 2021, p.17)

O Brasil é um estado estruturalmente racista. O processo de análise dessa estrutura foi desenvolvido no primeiro capítulo desta dissertação. Atuar na Assistência Social é intervir nas mais variadas expressões da estrutura racista da nossa sociedade, que para nós, mulheres negras, se soma ao sexismo, classicismo, sexualidade, entre outras questões que fazem a realidade social ser complexa, difícil e de confrontos.

Esse enfrentamento é permeado por raiva, revolta e indignação que devem ser canalizadas para as práticas antirracistas. Apesar da revisão desse texto, provavelmente a leitura está repleta dessa raiva e indignação, visto que mesmo com a necessidade de se afastar o objeto de pesquisa com a pesquisadora, a realização deste trabalho foi feita no ápice da desumanidade com a população e a sensação de impotência se transforma aqui em possibilidade de mudança e transformação. “Pois, as mulheres reagem ao racismo com raiva; e a raiva expressa e traduzida em ação para com os ideais feministas só pode resultar em empoderamento mútuo” (MARIANO, 2021, p.16).

Diante desse contexto e da orientação realizada pela banca de qualificação, a presente pesquisa foi elaborada na intenção de agregar ao debate teórico-metodológico da Política de Assistência Social, por meio de uma análise da questão racial e de gênero a partir do pensamento de mulheres negras na Assistência Social. Esse objeto de pesquisa foi pensado para responder à **pergunta de partida**, de quais as consequências para atuação do SUAS pela falta de interlocução com pensamento não branco e reprodução de estereótipos racistas?

No desenvolvimento da pesquisa, com **objetivo** de estudar a questão racial e de gênero a partir do pensamento de mulheres negras na Assistência Social, foi realizada a construção dos capítulos de forma a trazer conceitos básicos das categorias, a fim de possibilitar a discussão aqueles que não tiveram acesso ao letramento racial e de gênero, diante inviabilização que essas temáticas enfrentam.

Desse modo, foi trazido a contextualização da questão racial no Brasil e a situação da mulher negra a partir do feminismo negro, para então analisar o debate feito pelas pesquisadoras negras que escrevem sobre a Assistência Social. Então, os objetivos específicos ao geral são: analisar a questão racial a partir o contexto histórico de Diáspora, formação nacional, resistência e proteção social; estudar a situação da mulher negra pela interseccionalidade do feminismo negro e seus movimentos sociais; investigar o racismo e sexismo presentes na Assistência Social diante da pesquisa das pensadoras negras.

O processo metodológico utilizado foi uma pesquisa bibliográfica das pesquisadoras negras, a partir do Catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em busca de produções que tivessem o título com a Assistência Social, raça e gênero e suas variações³, visto que são categorias de análise para a pesquisa.

A partir dessas palavras chaves foram encontrados 13 trabalhos com as categorias raça, gênero e Assistência Social e suas variáveis. Destes foram selecionados apenas aqueles que foram escritos por mulheres negras, em que foi analisada a descrição das autoras no corpo do texto e na plataforma lattes. Todas as autoras negras se auto identificaram em sua redação. Optou-se também por obras da Política Social, a fim de evitar análises fora do campo de formação do Serviço Social. Assim, foram selecionadas 06 (seis) dissertações e 1 (uma) tese, a seguir:

- Dissertações:
 - 1) Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Gracyelle Costa Ferreira (2016);

³ As variações foram raça, questão racial, população negra, negritude, negro (a), mulher, sexo, gênero, Assistência Social e Sistema Único de Assistência Social.

- 2) Gênero, Assistência e Serviço Social: uma Análise sobre o Trabalho com Famílias Desenvolvido por Assistentes Sociais na Cidade de Salvador-Ba de Eliana Teixeira Dos Santos (2017);
- 3) [...] Botei uma coragem nas minhas costas: contradições da política de assistência social a partir das trajetórias de vida de mulheres negras usuárias de um CRAS em Salvador de Deise Sousa Dos Santos (2018) ;
- 4) A questão racial e suas implicações para o Serviço Social no Sistema Único da Assistência Social – SUAS de Meyrieli de Carvalho Silva (2020);
- 5) Mulheres, políticas sociais e racismo no Brasil: uma análise crítica da Política de Assistência Social contemporânea (2004-2019), de Flavia Azevedo Leite Silva (2021);
- 6) A Questão Étnico-Racial No Sistema Único de Assistência Social (SUAS): O reconhecimento dos quilombos no estado do Rio Grande do Sul de Bruna Ferreira Corrêa (2022);
- Tese:
 - Preta, Preta, Pretinha: o Racismo Institucional no Cotidiano de Crianças e Adolescentes Negras (os) Acolhidas (os) de Márcia Campos Eurico (2018).

Destaca-se que além revisão bibliográfica das pesquisadoras negras que pautam a intersecção de raça, gênero e o SUAS, buscou-se em toda dissertação trazer autoras negras para acrescentar ao debate de raça e gênero, o que trouxe uma questão em relação aos sobrenomes, visto que a negritude possui eles em comum diante do apagamento histórico de nossos antepassados. Assim, há várias “Silva” e “Santos”, por exemplo. A opção metodológica para diferenciar as autoras, conforme a ABNT, foi colocar nome e sobrenome.

Em continuidade ao processo metodológico, tem-se três grandes campos de pesquisa bibliográfica para a dissertação, que além das autoras negras na Assistência Social, buscou-se a revisão da literatura sobre a questão racial em geral e o feminismo negro. Para tanto foram utilizados revisão de literatura de textos produzidos pela Política Social e de feministas negras, como Davis (2016) e Crenshaw (2002; 2004; 2017).

O conhecimento da Diáspora Negra, Feminismo negro somado a perspectiva metodológica dialética⁴ permitirão formar um arcabouço teórico metodológico para

⁴ A abordagem dialética “[...] propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. [...] Busca

compreensão da raça e gênero na Assistência Social, sem uma visão colonialista, mas sim a partir da contribuição intelectual de mulheres negras, com destaque ao Serviço Social, que trazem a combinação dessas categorias para compreensão da realidade social brasileira.

Essa escolha bibliográfica se faz para buscar preencher a lacuna que existe entre a situação da mulher negra e branca, em que há a ausência de estudos na Assistência Social sobre a situação das famílias negras, como evidencia Eurico (2018).

Há, portanto, uma lacuna na maioria das análises sobre as diferenças entre nascer mulher e ser branca ou negra, no Brasil. A mudança de paradigma que se tem processado, de maneira gradual, é fruto das intensas mobilizações dos movimentos negros e das pesquisas e produções teóricas que se ocupam das lutas das mulheres negras, nos debates sobre a questão de gênero e suas particularidades. (EURICO, 2018, p.77).

Trazer o debate de raça e gênero pode tender apenas os aspectos de violações e vulnerabilidade enfrentados pela população negra. Contudo, como nos ensina Eurico (2018), essa mudança de paradigma sobre a visão da mulher negra e população negra como um todo se deu a partir de seus próprios movimentos de resistência, reexistência e lutas sociais. Por isso, também buscou-se trazer essa historicidade tanto no contexto da questão racial, como na de gênero, com fim de combater a visão de passividade da negritude.

Após a revisão de literatura e pesquisa bibliográfica foi realizada a pesquisa qualitativa, em que ao aprofundar no mundo dos significados das ações e relações humanas (MINAYO, 1993), a partir das teorias selecionadas, buscou-se compreender, por meio de síntese, antíteses e sínteses (dialética), as consequências sociais da falta de interlocução com o pensamento não branco e a reprodução dos estereótipos racistas, visto que, como afirmado anteriormente, trata-se da questão de partida dessa dissertação.

Assim, no **Capítulo 01** (um) tratou-se sobre Raça, Resistência e Política Social. O capítulo contextualiza o significado de Diáspora Negra para o entendimento da estruturação da raça na formação brasileira. O modo como o Brasil permitiu a escravização implicou na divisão social das relações sociais a partir da raça, com a marginalização e subalternização do povo negro desde Diáspora. Contudo, essa conjuntura não ocorre sem movimentos e lutas sociais do povo negro, assim, foi apresentado alguns movimentos fundamentais de resistência e reexistência como os quilombos, sindicatos, Associações, Frente Negra Brasileira, Teatro

encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e exterioridade como constitutivas dos fenômenos” (MINAYO, 1993, p.24-25)

[A dialética] considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou objetos sociais apresentam. (MINAYO, 1993, p.25)

Experimental do Negro e Movimento Negro Unificado. Após essa historicidade foi trazido como a questão racial moldou a política social, a partir de teorias eugenistas que visavam o controle social e punitivismo da população negra. Assim, há uma contrariedade entre proteção social e controle. Por fim, é iniciada uma síntese sobre a política de Assistência Social e as implicações com a calamidade pública.

O **capítulo 02** (dois), inicia-se com a explicação da importância do conceito de interseccionalidade feito pelo feminismo negro para a análise da situação das mulheres negras. Contudo, antes de falar do conceito em si, foi trazida a contribuição de Gonzalez (2018) e Angela Davis (2016) que possuem rica contribuição sobre a questão da mulher negra, antes do conceito de interseccionalidade. Neste capítulo também foi trazido os movimentos de mulheres negras a fim de evidenciar suas lutas sociais. Houve uma breve contextualização de algumas mulheres negras históricas, com objetivo de mostrar como mulheres negras sempre estiveram em luta desde diáspora e não somente a partir do feminismo negro e/ou rompimento com as feministas brancas. O capítulo finaliza com dados estatísticos para a análise da atual situação das mulheres negras.

O **capítulo 03** (três), trata-se da pesquisa em si das mulheres negras na Assistência Social. A partir das leituras dos textos, o capítulo foi dividido nas três principais questões que todas as autoras trazem sobre a raça e o gênero na Assistência Social, que foram o silenciamento da questão racial pela academia e política social; a responsabilização da mulher negra sobre a família pela matricialidade familiar do SUAS diante da reprodução do mito da democracia racial, mito da feminilidade e mito da Assistência Social como central na atuação da desigualdade, que responsabiliza as famílias por sua própria situação diante da falta de conhecimento teórico metodológico de raça e gênero. Por fim, foi evidenciada a desproteção social do SUAS com as famílias negras diante da reprodução do racismo institucional e interpessoal através da pesquisa de campo realizada por Ferreira (2016), Eliana Santos (2017) e Eurico (2018).

A dissertação finaliza com a confirmação da hipótese inicial, em que a falta de acesso e estudo ao pensamento negro contribuiu para a violação de direitos à população atendida pela Política de Assistência Social pelo não reconhecimento das suas necessidades e particularidade.

CAPÍTULO 1 - RAÇA, RESISTÊNCIA E POLÍTICA SOCIAL

Compreender a atuação da política social brasileira precisa revisitar processos históricos fundantes de nossa sociedade. Neste capítulo será desenvolvido a construção da Assistência Social a partir da análise da questão racial. Desse modo, primeiro será estudado o início da formação do Estado nacional, com o contexto da diáspora negra e escravização. Contudo, é preciso difundir que essa historicidade não ocorreu com uma inação do povo negro, o qual se movimentou por meio de várias lutas de resistência e reexistência. Assim, a partir dessa conjuntura, será possível fazer a síntese entre raça e política social a fim de associar esse cenário de desigualdade racial e movimentos sociais com o surgimento institucional da Assistência Social e sua contradição entre controle/repressão e proteção social, que atualmente perpassou pelo neoconservadorismo e período pandêmico.

1.1 - Diáspora Africana e Formação do Estado Nacional

Compreender a atual sociedade brasileira é preciso ser associada à intersecção de raça, classe e gênero, visto que essa combinação ocasionou em um processo profundo de subalternização do povo negro, em destaque com as mulheres negras. O Serviço Social desenvolveu a análise da categoria de classe para o entendimento que enquanto uns possuem os meios de produção, outros possuem apenas a venda da sua força de trabalho⁵. Contudo, há os que não tiveram oportunidade de vender seu trabalho, visto que sua própria vida foi apropriada pelo capital. O sequestro, a violência, o genocídio, o apagamento cultural e religioso, a destruição das sociedades instituídas foram processos cruciais para a destruição da humanidade de não brancos a fim de se estabelecer a modernidade e o atual poder branco.

O capital para se estabelecer retirou a humanidade de sujeitos para tratá-los como mercadoria e assim poder utilizá-los sem escrúpulos. Assim, temos que a raça é uma das principais categorias de estudo para compreender nosso país e se pensar em estratégias para

⁵ Este conceito refere-se a acumulação primitiva de Marx, constante em "O Capital", em que afirma:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2015, p. 514).

enfrentar a desigualdade social, a racial, de gênero, a sexualidade. Raça se trata, portanto, de um conceito político, conforme nos ensina Magali Almeida (2014):

[...] raça, como é concebida hoje, nada tem de biológico. É um conceito político que expressa relações de poder e dominação. É uma categoria de hierarquização social e opera na produção de desigualdades sociais. A utilização do conceito de raça abriga um histórico de dominação dos homens brancos ocidentais sobre o resto do mundo. Classe e patriarcado são atributos da sociedade patriarcal, e estão na origem da supremacia branca. Assim, o conceito de raça implica igualmente no conceito de racismo com os processos de interiorização resultantes. (ALMEIDA, 2014, p.149).

A modernidade foi instituída, então, a partir da diferenciação racial, em que a branquitude⁶ se referenciou como civilização e cultura da humanidade, hierarquizando as sociedades em busca de poder e dominação. Esse movimento de superioridade branca se transforma ao longo do tempo, tomando diferentes formas e instituindo os Estados nações, com o avanço do capital, mediado por processos históricos divisores como as navegações, a colonização e o imperialismo.

O início dessa distinção racial, que estrutura a sociedade atual, é aliado às navegações realizadas por europeus que buscavam expansão e domínio. Nessa busca por matéria prima e poder há o choque com diferentes culturas e nossa historicidade oficial ofusca o que realmente foi descoberto pela branquitude e o que ela, em si, tinha de conhecimento sobre a sua própria cultura. Isso porque os ocidentais brancos se apropriam de diversas expressões culturais e de conhecimento que obtiveram para se identificarem como "os civilizados mais avançados da humanidade".

Até o final do século XVII os debates sobre as diferenças entre os grupos humanos tiveram a península ibérica como locus em função da primazia nas navegações que propiciaram o contato com povos diferentes do padrão europeu ocidental. No século XVIII o monopólio da Igreja nas explicações para os fenômenos da vida social, cedeu lugar à racionalidade científica. O debate sobre a humanidade dos "novos" povos foi recolocado a partir do conceito de raça existente nas ciências naturais e originou as questões da Antropologia física. (SILVA, Ana., 2017, p.33)

O debate sobre a diferenciação humana em raças teve forte influência das ciências naturais e biológicas, visto que à época as ciências sociais ainda não haviam sido estabelecidas e iniciavam seu desenvolvimento. Essa ciência, que origina a antropologia física como afirma Ana Paula Procopio da Silva (2017), começa a diferenciar a humanidade a partir

⁶ Branquitude refere-se a estruturas que moldam privilégios à cultura branca. Conforme DiANGELO (2018, p.39): A Branquitude é dinâmica, relacional e operacional em todos os momentos e numa miríade de níveis. Esses processos e práticas incluem direitos básicos, valores, crenças, perspectivas e experiências que supostamente são compartilhadas por todos, mas que na verdade só são consistentemente oferecidas às pessoas brancas.

de fenótipos, hierarquizando as sociedades em diferentes características físicas, tendo a branca europeia como base de avanço frente às demais.

A classificação da diversidade humana em raças diferentes parte de um fato empírico – a variabilidade humana –, no entanto, os conceitos e classificações cientificamente construídas sob a justificativa de operacionalizar o pensamento acerca da espécie humana, na verdade desembocaram nas hierarquizações que construíram o caminho do racismo no mundo moderno. [...] A cor da pele, no século XVIII foi considerada como um critério fundamental na divisão entre raças. Assim, a partir de uma terminologia “científica” absorvida pelo imaginário coletivo, a humanidade foi dividida em branca, negra e amarela. São divisões estanques, que de forma alguma contemplam a diversidade humana. E nem mesmo estão corretas, do ponto de vista biológico, pois a cor da pele é definida pelos graus de concentração de melanina nos indivíduos. (SILVA, Ana., 2017, p.33)

Essa construção dos imaginários sociais a partir de uma classificação racial da humanidade pelas diferenças estereotipadas são desenvolvidas ao longo do tempo e serviram como justificativa para a violência colonial e imperialista que utilizou do escravismo e genocídio para dominação. Esse foi o contexto de criação dos Estados nações e estabelecimento do capital.

A difusão das ideias sobre raças faz parte de uma ideologia montada para justificar o domínio e a expansão de determinadas nações sobre povos considerados racialmente inferiores, não civilizados ou incapazes de civilizar-se sozinhos. A partir do século XIX com a intensificação do poderio das nações europeias frente aos demais povos tomaram vulto as discussões e comparações entre as diferentes culturas, a medida da evolução dos povos e a construção de teorias científicas de classificação entre os grupos sociais a partir de suas características fenotípicas e hábitos culturais. (SILVA, Ana., 2017, p.34)

Essa ideologia racista que estrutura nossa sociedade realiza essa divisão de raças e do trabalho, estabelecendo hierarquias dentro dos Estados Nações e nas relações do mercado global. Assim, há uma estratificação da sociedade baseada na raça que se utiliza da exploração do trabalho e da colonização para dominar esse mercado e conquistar poder.

Essa ideologia se faz presente no contexto de formação da nossa nação. GONZALEZ (2018) traz que a ideologia do Estado, a partir da lógica da branquitude, insere valores da cultura branca como superior e vai internalizando essas ideias a partir da memória e consciência do povo, fazendo-os esquecer de sua própria história e submetê-los a uma inferioridade a partir da violência, da simbologia, da repressão, do genocídio, da miséria, da marginalização social, da negação do racismo, do roubo intelectual entre outras formas utilizadas para dominação.

Diante desse contexto, a violência produzida pelo racismo foi sendo naturalizada e ideologicamente subvertida a um discurso de meritocracia e liberdade individual. Assim temos a construção ideal da humanidade atual baseada em uma exaltação do conhecimento e

cultura branca para eles poderem rebaixar as demais e realizar o processo de colonização, imperialismo e dominação. Portanto, "a Diáspora Negra, assim concebida, é marcada por vários processos genocidas antinegros, não apenas predominantes, mas fundantes do Estado-Nação" (ALMEIDA, 2014, p.145).

Ao falar sobre o debate de raça no Brasil, é preciso compreender, então, o significado da Diáspora, a partir do processo de sequestro e desumanização do povo negro.

[...] reconhecer o significado da Diáspora Africana, não significa, romantizar o processo de imigração forçada calcada na extrema violência. Significa, ao contrário, conferir a estes, que dali em diante foram chamados de negros, um lugar na história como sujeitos que não desistiram de si mesmos e de sua memória. Ousaram resistir sob modos variados, via insurgência ou construção de solidariedades e modos de sociabilidades. São exemplos o aquilombamento, a própria violência contra senhores, a proteção gerida coletivamente nos espaços religiosos e de "lazer". (FERREIRA, 2020, p.120).

Em um primeiro momento, é necessário compreender o significado da palavra Diáspora. Segundo Lorena Marques (2019, n.p.)⁷:

O termo *diáspora* tem a ver com dispersão e refere-se ao deslocamento, forçado ou não, de um povo pelo mundo. Foi largamente utilizado para nomear os processos de 'dispersão' dos judeus entre os séculos 6 a.C (cativeiro na Babilônia) e o século XX (perseguições na Europa). Além da diáspora judaica, outros processos diaspóricos são importantes para a compreensão das relações históricas e sociais entre os povos ao longo do tempo. Nesse sentido, é importante para nós, enquanto brasileiros e latino-americanos, destacar a *diáspora africana*.

Diáspora, portanto, refere-se ao povo negro fora do continente Africano. Almeida (2014) trata como genocídio, pois o tráfico transatlântico e a escravatura foram permeados de

⁷ Em continuidade a autora explica:

Ao embarcar nos navios negreiros, jejes, iorubas e tantos outros, eram obrigados a deixar para trás sua história, costumes, religiosidade e suas formas próprias de identificação. Passavam, então, a ser identificados pelos traficantes com base nos portos de embarque, nas regiões de procedência ou por identificações feitas pelos traficantes. Neste contexto, na diáspora, novas configurações identitárias iam surgindo: bantus (povos provenientes do centro-sul do continente), nagôs (povos de língua ioruba), minas (provenientes da Costa da Mina). Além destes, crioulos (escravizados nascidos na América) e, em um contexto de fim da escravatura, afrodescendentes. A diáspora, neste sentido, constituiu um processo complexo que envolveu a promoção de guerras em África e a destruição de sociedades; captura de homens, mulheres e crianças; travessia do Atlântico que durava em média 40 dias (entre Angola e Bahia, por exemplo); a inserção brutal em uma nova sociedade; lutas por liberdade e sobrevivência e a construção de novas identidades. As sociedades construídas com base no processo de diáspora africana, apesar das marcas estruturais decorrentes do passado escravocrata, conectam-se social e culturalmente, seja por meio da história e deste passado comum, das manifestações artísticas, da ciência, da religiosidade, da *black music*, do *jazz*, do *soul*, do *reggae*, do *samba*. (MARQUES, 2019, n.p.).

várias formas de violência que culminaram no genocídio do povo negro, que se perpetua atualmente.

A diáspora negra congregou vários povos africanos que se uniram para resistir e combater o genocídio da branquitude.

A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos tumbeiros (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. Estima-se que durante todo período do tráfico negreiro, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil.

Compreende-se que a diáspora africana foi um processo que envolveu migração forçada, mas também redefinição identitária, uma vez que estes povos (balantas, manjacos, bijagós, mandingas, jejes, haussás, iorubas), provenientes do que hoje são Angola, Benin, Senegal, Nigéria, Moçambique, entre outros, apesar do contexto de escravidão, reinventaram práticas e construíram novas formas de viver, possibilitando a existência de sociedades afro-diaspóricas como Brasil, Estados Unidos, Cuba, Colômbia, Equador, Jamaica, Haiti, Honduras, Porto Rico, República Dominicana, Bahamas, entre outras. (MARQUES, 2019, n.p.).

Trata-se, portanto, de complexo processo histórico em que a população negra se uniu, apesar das diferenças, a fim de sobreviver à opressão racial. As condições de transporte no tráfico e de trabalho nas senzalas eram extremamente precárias, causando a morte de milhares de escravizados. Em condições subumanas, a população negra trabalhou para apropriação da riqueza pela elite portuguesa, africana e brasileira, que utilizou-se do território brasileiro para exploração de recursos naturais e humanos. Almeida (2014, p.142) ressalta que o tráfico de africanos, no século XV, "[...] garantiu o enriquecimento de uma aristocracia que acumulou grandes fortunas, alicerçada em terras e escravos, retirando benefícios do trabalho escravizado".

A diáspora negra então é marcada por esse processo de genocídio e resistência negra nas sociedades coloniais que se apropriam da riqueza pela usurpação e violência baseadas em ideologia racial que se justificou pela desumanização do não branco.

Em uma sociedade “racializada” e fortemente marcada pela tradição colonial, o racismo opera, dentre outras formas, para destituir sua vítima da condição humana. Esse exercício diário transforma as pessoas em seres incapazes de reconhecer a dor do outro. O negro é inferior pela sua condição de ex-escravo, cabendo-lhe as migalhas do produto do trabalho, embora tenha, por mais de 300 anos, trabalhado forçadamente sem receber nada por isso. Assim operou a ideologia dominante na colonização, que ainda está presente no imaginário social. (ALMEIDA, 2014, p.150).

A naturalização da violência foi realizada a partir da criação e reprodução de estereótipos no imaginário social que determina a civilização a partir da representação de valores como conhecimento e cultura para os brancos, e da associação a estereótipos de ignorância e inferioridade atribuídos aos não brancos, o que implica subalternização a trabalhos forçados e braçais. Essa lógica estabelece os papéis sociais e a divisão racial do trabalho que se agregam ao patriarcado e ao classicismo capitalista.

Ainda corroborando com a ideia de Diáspora Negra como genocídio, o projeto capitalista, ao “racializar” a população negra, produz simbolicamente noções de inferioridade nas quais raça e cultura são indissociáveis, criando barreiras para a mobilidade social. O eurocentrismo, neste caso, funcionaria como estratégia para impedir o deslocamento social do grupo subjugado, ou seja, a priori define-se o “lugar social” do negro. (ALMEIDA, 2014, p.151).

Esse lugar social também foi influenciado pela religião. O cristianismo, em destaque o catolicismo, foi importante estratégia de poder que permitiu e incentivou a escravatura.

[...] a escravização é lícita em face da necessidade de dinamizar o poder da Instituição no país ao ampliar o número de pessoas submetidas, do ponto de vista religioso, ao projeto do catolicismo universal, uma vez que seu raio de atuação sofre um enorme abalo provocado por dissidentes católicos, que lideram a Reforma Protestante, ao longo do século XVI, no continente europeu. A forma como a classe dominante europeia concebe os povos africanos, acerca de um modo de ser fetichizado, com culturas e valores morais e/ou religiosos primitivos e animais, constrói as bases que justificam a dominação negra e, no caso da tradição judaico-cristã, a purificação das almas pelo sacramento do batismo, rito de passagem obrigatório e único caminho para a salvação das almas. (EURICO, 2018, p.24)

O racismo religioso foi também um violento processo deste mesmo genocídio que impediu e controlou as diversas expressões religiosas do povo negro, o qual teve que associar suas figuras religiosas às brancas, a fim que pudessem realizar suas tradições e cultos.

O historiador Clóvis Moura trouxe os conceitos de escravismo pleno e tardio para a compreensão desse período histórico de escravatura no Brasil.

O escravismo pleno definido como o período em que a escravidão era uma instituição sólida e apenas os escravos se rebelavam contra sua estrutura. E o escravismo tardio, demarcado pela proibição do tráfico de escravos no país (Lei Eusébio de Queiroz, 1850), como a fase em que vários outros setores, por motivos diversos, também passaram a demandar do Estado o fim da escravidão. Nesta última está localizada a origem das estratégias de dominação que ressignificadas perduraram no pós-abolição, dando a forma contemporânea das particularidades do racismo brasileiro. (SILVA⁸, 2017, p.27)

A divisão desse período é importante para compreensão dos acontecimentos históricos que possibilitaram a libertação do povo negro que foi por luta e resistência dos mesmos. A

⁸Ana Paula Procopio da Silva (2017) traz em sua tese de doutorado o pensamento de Clóvis Moura.

abolição ocorreu após várias formas de resistência e luta do povo negro que realizam fugas, rebeliões, quilombos, compravam alforrias.

Essa subjugação marca nossa modernidade e é reproduzida atualmente de acordo com as necessidades da branquitude capitalista. Ana Procópio da Silva (2017) traz que na transição dos séculos XX e XXI, a diferenciação racial por via biológica perdeu força para a disseminação do racismo baseado em diferenças culturais e identitárias, as quais eram as justificativas da colonização e opressão. Essa discriminação foi apoiada pelo racismo científico, que sustentou o sistema colonial e o tráfico de africanos, fundamental à acumulação branca.

O colonialismo foi utilizado como meio "civilizatório" aos povos "bárbaros" (não brancos) a partir da destituição e apropriação de culturas. Na transição para o imperialismo, o racismo toma novas formas, aumentando sua expressão na ciência, medicina e legislações com a eugenia. Costa (2021) explica que a eugenia tratou-se de um movimento social que em primeiro momento buscou o aperfeiçoamento racial por meio da reprodução daqueles de "bons" genes (brancos) e impedimentos dos demais (não brancos) por critérios de fenótipos, comportamentais e psicológicos. A eugenia envolveu várias áreas do conhecimento e influenciou a disseminação racista nos Estados nações.

No Brasil a eugenia ganha amplo espaço com vazão a elite intelectual que buscou embranquecer o país para se tornar uma "nação" aos moldes colonialistas. A eugenia possui diferentes ramos e o principal está na concepção de "pureza de raça" e miscigenação a fim de obter uma população branca de "superioridade" cultural e social. Parte dos pensadores argumentam que uma nação só seria próspera com o desenvolvimento e manutenção de "bons genes" brancos, deixando aos demais espaços segregados de trabalhos forçados e de condições subumanas.

O reforço a uma identidade nacional que colocaria o Brasil em patamar de disputa no mercado global e ser uma potência deu força às ideologias racistas, materializando o movimento eugenista no país, o que influencia e dá base a várias áreas de atuação profissionais.

Nina Rodrigues foi um dos cientistas brasileiros que incorporaram as teses racistas modernas. Como médico, via o negro como responsável pelo atraso social do Brasil. Para ele, a inferioridade biológica do negro configurava-se como um obstáculo do desenvolvimento social do brasileiro. [...] A Faculdade de Medicina da Bahia deu origem à medicina legal no Brasil, e era tão fortemente influenciada pelo pensamento de Nina Rodrigues que alguns médicos se autodesignavam como membros da "Escola Nina Rodrigues". Tendo sido considerado um dos precursores da antropologia criminal, da antropometria e da frenologia no país, o referido médico ganhou notoriedade por meio de suas publicações em relação à raça e, devido a sua forte relação com pesquisadores da Europa e dos EUA, alcançou

respeitabilidade junto aos cientistas brasileiros. Foi o primeiro pesquisador a estudar a influência africana de maneira sistemática e explicava que a inferioridade do africano fora estabelecida fora de qualquer dúvida científica. (ROCHA, 2014, p.47)

Nina Rodrigues foi "intelectual" que influenciou bases importantes como a medicina e a antropologia social. Ele argumentava sobre a inferioridade do negro a partir de fenótipos e comportamentos estereotipados, com consequências a incorporação dessas ideias ao conhecimento e memória do país. Rocha (2014) traz que em seus textos ele buscava provar a degenerescência e tendência à criminalidade dos não brancos.

Outra corrente ideológica da eugenia tratava-se da ideia de miscigenação. A autora traz a concepção de Romero sobre a mistura de raças para o desenvolvimento da nação. Romero também foi um dos "intelectuais" de destaque do século XIX.

A miscigenação era um fato, como afirmava categoricamente Silvio Romero, e diante desta constatação não havia muito o que se fazer. Contudo, tal realidade não constituiria algo irreversível no que tange à construção do país como uma nação viável. A miscigenação seria, sim, uma possibilidade real de branqueamento da população. E, nesse processo, a mistura das raças não seria mais um problema; ao contrário, seria a solução para um problema que até então era considerado insolúvel. Vê-se aí nascer o embrião da teoria do branqueamento. [...] O embranquecimento fundamentava-se na concepção de superioridade do branco, tendo a miscigenação como um processo que viabilizaria a produção de uma população mais clara. Haja vista a ideia de que o "gene" branco seria mais forte do que os das outras raças. (ROCHA, 2014, p.50-51)

Essa ideologia de branqueamento via miscigenação ganha vasta proporção pela elite brasileira que sonhava ter um país completamente branco no século XXI. Apesar de haver pensadores contra a mistura de raças, essa tese foi posta em prática pelo Estado brasileiro a fim de ter uma identidade nacional branca. Foram várias as ações realizadas pelo governo para buscar essa brancura, como a política imigratória, a violência, a subalternização, o higienismo, o aprisionamento e o controle de natalidade.

A teoria do branqueamento, longe de ficar circunscrita ao plano das ideias, se materializava por meio de ações concretas. Pereira Barreto [deputado no século XIX] propunha políticas para assegurar condições favoráveis à imigração europeia, tais como a separação da religião do Estado, a grande naturalização, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, e elegibilidade dos não católicos e mais um severo controle social sobre os negros. (ROCHA, 2014, p.53)

O Estado passou a favorecer as condições sociais tanto para imigração branca, quanto para o estabelecimento no país. Esse fato não ocorreu sem resistência e lutas, porém foi estruturante para a desigualdade racial e social do Brasil no pós-abolição. Essa ideologia da miscigenação foi aprofundada com Gilberto Freyre que romantiza a escravatura e as relações sociais criando um imaginário social falso de harmonia racial. Essa ideia causa grande atraso

para o povo negro, em que se negou a existência do racismo por décadas, apesar das denúncias do movimento negro.

A violência colonial se modificou ao longo da historicidade. Em primeiro, tem-se início da diáspora Africana, com o sequestro do povo africano para as sociedades coloniais. Aqui o genocídio se instaura com as guerras entre os povos, a morte nas travessias e o epistemicídio cultural. A branquitude usa de sua tecnologia racista para dominar países com o objetivo de enriquecimento e poder.

Quando há o período de transição entre a abolição da escravatura e libertação do povo negro, novas formas de violência são criadas para a subalternização e opressão da população negra. Esse período foi perpassado pela luta do povo negro contra a escravatura e a reação estatal ao movimento negro e à situação desse povo no país. As formas de violência e estratificação são ressignificadas.

O Estado avança no estabelecimento da libertação do povo negro, contudo foram criadas várias estratégias de opressão, as quais são reinventadas constantemente, como a falsa noção de democracia racial e o racismo científico. O processo eugênico passou a buscar embranquecer o país como forma de fazer parte do mercado internacional, desenvolvendo o Brasil a partir de ditames eurocêntricos.

Se as relações escravocratas se estabelecem sob o símbolo da inferioridade étnico-racial, enquanto uma característica natural, decorrente das diferenças que existem entre os seres humanos, ao longo do tempo, as formas de dominação e de justificação da supremacia branca se aperfeiçoam e os colonizadores lançam mão do racismo “científico” para provar a superioridade branca europeia sobre os não brancos. (EURICO, 2018, p.40)

O Estado brasileiro se apropria da eugenia, falsa ciência que afirma haver diferença intelectual a partir de características físicas, ou seja, diferenciação de raça. Assim, incentiva a imigração europeia para o embranquecimento da nação para a formação do país. São criadas leis para encarceramento da população negra, em que são proibidas práticas culturais como a capoeira.

Ressalta-se que o tráfico transatlântico, que perdurou por mais de trezentos anos no Brasil (o último país a abolir a escravidão no Planeta), só foi considerado crime contra a humanidade em 2001, na Conferência de Durban (África do Sul). Embora o regime escravo tenha findado formalmente em 1888, o Estado brasileiro não apresentou nenhuma política reparatória para a população negra e sequer garantiu direitos de cidadania no regime republicano vindouro. (ALMEIDA, 2014, p.141).

Conforme Almeida (2014), somente em 2001 o tráfico foi considerado crime contra a humanidade pela Conferência de Durban. Isso representa a força da naturalização da violência

contra a população negra e como o racismo está enraizado em nossa cultura e educação. Portanto, destaca-se a importância do estudo desse cenário histórico para compreender o Brasil de hoje e, assim, pensar realmente a atuação de uma proteção social a partir de um Estado historicamente forjado para reprimir a população negra, quando, ao mesmo tempo, sempre dependeu de sua força de trabalho.

Ressalta-se que em todos os processos, a luta do povo negro foi basilar para enfrentar o sequestro, o genocídio e a violência colonial. Nunca houve uma inação da população negra, como será detalhado nos próximos itens.

Conforme Ferreira (2020, p.118), "[...] para muitos pertencentes à população negra, a liberdade significou o acesso a outras formas de violência. Se o sujeito escravizado, em tese, se livraria da violência privada aos domínios de um senhor, o Estado passava a se incumbir da violência." Portanto, a compreensão de raça para formação do Brasil é básica, caso não, é naturalizar essa violência e reproduzir o racismo.

Sem a compreensão profunda da dimensão desse ambiente hostil e violento, a consideração das práticas de proteção social, econômica e de solidariedade produzidas pré e pós-abolição pela população negra tendem a ser vistas ou como práticas culturais (reduzindo a cultura a mera representação) ou mimetismo de práticas dos próprios colonizadores. (FERREIRA, 2020, p.121).

O Estado utilizou-se de várias estratégias para reprimir a crescente população negra no país. Com a abolição e a transição para liberdade, o racismo foi crucial para a marginalização desse povo e a continuidade de exploração. Um exemplo é o Código Criminal de 1830.

O Código Criminal de 1830, por exemplo, previu como punição prisões com trabalho para reprimir a vadiagem e à mendicância, instituiu as galés (que também pressupunha prisão com trabalho). E, como mencionado, em 1890 o Código Penal reforçou a punição as penas para mendicância e qualificou como crime a chamada vadiagem e a capoeiragem, tratando-as quase como sinônimos. Ao mesmo tempo imputou às práticas que podiam remeter às religiões de matriz africana, a condição de crime. (FERREIRA, 2020, p.118)

Essa repressão fez parte da estratégia do Estado de criminalizar pessoas negras e prosseguir com sua opressão com objetivo de utilizar esses sujeitos como mão de obra sem qualquer tipo de direito. "A violência colonial produzida por segmentos brancos europeus criou as condições para a emergência da modernidade e do capitalismo" (FERREIRA, 2020, p.122). A proibição de manifestações culturais, como a capoeira, e as práticas religiosas, mostram historicamente a perseguição estatal e epistemicídio desse povo. No próximo item será estudado a luta e resistência do povo negro a esse contexto racista, a fim de evidenciar seus movimentos.

1.2 Resistência negra e Política Social

1.2.1 Quilombos

A população negra lutou e resistiu ao racismo desde a Diáspora. Variadas foram as formas, como organização sindical, práticas religiosas, lutas armadas, associações, quilombos, assistência social, literatura, produção de conhecimento, entre outros. Beatriz Nascimento (1985) traz especificamente a resistência negra a partir dos quilombos. Ela afirma que houve várias formas de luta social como a língua, a religião, a arte, política, entre outros, contudo se ateve a essa formação de origem africana.

A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, mas somente em 1740, em 2 de dezembro, assustadas frente ao recrudescimento dos núcleos de população negra livres do domínio colonial, depois das guerras do nordeste do século XVII, as autoridades portuguesas definem, ao seu modo, o que significa quilombo: "toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles".[...] Dos primeiros quilombos brasileiros, no século XVII, sem dúvida Palmares se sobressai sem similar. Das notícias da época, a quantidade destes estabelecimentos está diretamente relacionada ao desmembramento deste grande estado que inaugura uma experiência singular na História do Brasil. (NASCIMENTO, 1985, p.43)

A autora explica a historicidade do quilombo, anterior à diáspora negra e sua proximidade com Angola, local que houve o sequestro de vários africanos. Há probabilidade das formas de resistência terem vindo de antigos líderes da região.

Certo é que o nome Angola dado ao território africano derivou do nome do rei mbundu N'gola, o qual emprestou-o aos seus diversos descendentes-sucessores. Provavelmente representantes desta dinastia africana são transferidos pelo tráfico para o Brasil. Certo é que estejam em Palmares também como chefes do estabelecimento sedicioso. Provável que o segundo nome janga - variação de Jaga - demonstra a união destas duas linhagens chefiando o Quilombo de Palmares, porque assim estavam relacionados no controle do território mbundu em Angola. (NASCIMENTO, 1985, p.44)

Dessa forma, a organização desse estado que foi o quilombo de palmares esteve fortemente influenciado por Angola, em que os líderes já tinham vivência de combates, reinos e resistência. O quilombo, portanto, não é apenas um local de refúgio, mas um meio de se preservar e continuar a cultura, língua e costumes africanos, as quais também são formas de lutar contra o racismo.

No período colonial o quilombo se caracterizou pela formação de grandes Estados, como o da Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, desmembrado em 1750. Podemos afirmar que como Palmares este quilombo age de acordo com as condições estruturais, inclusive econômica, no contexto dos "ciclos" econômicos no Brasil. Antes o açúcar de Pernambuco, agora o ouro de Minas Gerais. (NASCIMENTO, 1985, p.44).

Os quilombos possuíam grande organização, inclusive com interferência econômica e seu crescimento causa espanto e medo a branquitude, visto que ameaçam seu domínio. Nascimento (1985) traz que somente no século XVII e XIX essa organização ameaçava o sistema escravagista. As fugas para o quilombo passam a ser realmente uma forma de lutar contra o sistema colonial. As fugas, saques e conflitos passam a causar instabilidade no Império.

Neste período ele está inserido no chamado "perigo negro", movimento que assim denomina em função das guerras da Bahia e do Maranhão. Sindicâncias policiais são feitas de acordo com denúncias, muitas vezes não confirmadas. Em outras ocasiões são encontrados grupos sociais que desenvolvem nos quilombos intensivas atividades religiosas. Como o exemplo do Quilombo de N. Sa. dos Mares e Cabula, em Salvador. (NASCIMENTO, 1985, p.45-46)

Outro dado importante do período é que os quilombos de grande porte se encontram em morros e periferia dos centros urbanos mais importantes como o de Catumbi, o do Corcovado, o de Manoel Congo, no Rio de Janeiro imperial. Muitos destes quilombos se organizam dentro de um arcabouço ideológico, ou seja, a fuga implica numa reação ao colonialismo. Já existe neste momento a tradição oral ao lado de referências literárias do fenômeno no passado. (NASCIMENTO, 1985, p.46).

Essa historicidade mostra como houve variadas maneiras luta social do povo negro que o racismo apagou e silenciou para naturalizar a o estigma e discriminação a essa população. No século XX o quilombo se tornou ideologicamente uma forma de resistência à escravatura. "Justamente por ter sido durante três séculos concretamente uma instituição livre, paralela ao sistema dominante, sua mística vai alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional" (NASCIMENTO, 2014, p.46). O século XX, como visto no item anterior, foi um período de definição da identidade nacional, o quilombo foi símbolo de luta popular brasileira e de herança cultural africana.

1.2.2 Luta sindical negra e política social

Além dos quilombos, outra forma de resistência foi pela luta dos trabalhadores negros. Gracyelle Ferreira (2020) traz, com aprofundamento, a organização de trabalhadores negros para a libertação de escravizados, a proteção social, o movimento social, a sindicalização, e a resistência contras as práticas eugenistas do Estado. Essa luta foi fundamental para a

sobrevivência de pessoas negras, assegurar o local no mercado de trabalho e a formulação das primeiras iniciativas de política social, como a Lei Eloy Chaves.

A autora vai trazer dados sobre a composição do povo negro na força de trabalho das Armada e marinha, no período dos séculos XIX e XX. Inicialmente, traz dados sobre o recrutamento compulsório de indígenas, africanos, afrodescendentes escravizados e livres para compor a Armada Imperial no século XIX. A maioria que trabalhava nos portos marítimos eram homens. Foi destacado que um dos motivos da predominância masculina era o conflito corporal interno entre os trabalhadores e com a polícia.

A marinha e a armada (exército) precisavam de trabalhadores para formar sua força de trabalho. Para tanto utilizaram do recrutamento de famílias pobres, que em sua maioria eram negras, com discurso de acesso à educação, à alimentação e a melhores condições de vida. Eram recrutadas crianças e adolescentes. Na marinha a maior parte trabalhavam como estivadores e carregadores, em que os primeiros arrumavam as mercadorias das embarcações, colocando e retirando cargas, enquanto a segunda categoria carregava em terra os produtos. Na época esse serviço era essencial para a economia que se baseia na produção e exportação de café.

O retratamento, segundo Ferreira (2020), foi utilizado como solução para o alto quantitativo de pessoas em situação de rua na época, incluir práticas de disciplinamento diante da proximidade da sociedade salarial e reprimir movimentos sociais contestatórios, como a Insurreição Baiana.

O regime de contratação nos portos em geral podia ser fixo ou avulso. Durante o século XIX no Brasil, sob regime fixo podia estar o trabalhador escravizado ou contratado por longo prazo pelos armadores, proprietários de armazéns, trapiches, firmas de importação e exportação. Comumente quem estivesse na condição de trabalhador fixo liderava as turmas de trabalho. O regime avulso, porém, foi o mais comum e dialogou, como será visto, com a escravização ao ganho no período pré-Abolição." (FERREIRA, 2020, p.82).

O regime de contratação predominante foi o avulso e, para tanto, os trabalhadores realizavam sua própria organização. Os carregadores e estivadores se organizavam em grupos que variavam de nomenclatura a depender da região. No Rio chamava-se de tropa, em Salvador de Canto (FERREIRA, 2020). O Estado fez várias regulamentações para o controle dos ganhadores com a instituição de imposto, taxas, matrícula e chapa de metal para identificação. Os trabalhadores fizeram greve e pressionaram contra as regulamentações, tendo êxitos e perdas. Contudo, houve reconhecimento estatal da organização sindical desses trabalhadores. "Esses mesmos sujeitos escravizados e libertos foram os responsáveis na

cidade do Rio de Janeiro pela fundação de alguns dos mais importantes sindicatos da Primeira República." (FERREIRA, 2020, p.95).

Esses trabalhadores se organizavam de várias formas para garantir o seu trabalho, como também guardavam fundos tanto para acidentes, adoecimentos, quanto para libertar pessoas negras. "A força associativa de ex-escravizados fundou organizações de trabalhadores, clubes, jornais etc. de diversos segmentos." (FERREIRA, 2020, p.95).

Ferreira (2020) traz que, no Rio de Janeiro, trabalhadores do porto chamados de "minas" conseguiriam realizar vantajosa organização para realizar alforrias:

No Rio de Janeiro o crescimento do número de alforrias entre os minas elevou-se rapidamente entre 1840 e 1859 se comparado a outros africanos. Parte do que justifica esse resultado, para Reis e Mamigonian (2004), é que ali os minas foram o grupo com maior capacidade de poupar recursos coletivamente. Uma tradição que pode ter sido levada pelos nagôs na Bahia, grupo que cultivava há algum tempo as "juntas de alforria" – fundo criado entre escravizados com o intuito de acumular em grupo uma quantia necessária à compra de alforria de cada participante. (FERREIRA, 2020, p.148).

Dessa forma, diferentemente do que se propaga na historicidade brasileira, a libertação do povo negro não ocorreu por uma romantização da miscigenação, harmonia entre a casa grande e os escravizados. Mas sim, por muita luta e resistência negra, somada a uma pressão internacional, que não estava interessada em uma verdadeira libertação ou enfrentamento do racismo, e sim ao trabalho assalariado e livre para o mercado.

A transição entre abolição e escravatura foi marcada por trabalhos precarizados realizados por homens negros na marinha e armada. Como mencionado, houve fundamental organização da classe trabalhadora para sua própria sobrevivência e libertação. Os trabalhadores sabiam que sem luta não conseguiriam condições dignas de trabalho.

As condições de trabalho no porto entre o século XIX e início do XX eram precárias. Exigiam grande esforço físico em ambientes, muitos deles, insalubres. Os acidentes de trabalho eram recorrentes. Daí as estratégias pré e pós-Abolição organizadas pelos próprios trabalhadores diante de acidentes e falecimentos serem de grande importância. Os trabalhadores do porto tinham noção da gravidade dos riscos a que estavam expostos e isso aparecia no relatório do presidente da União, Luiz de Oliveira, em 1925. Ali foram relatadas as ações movidas contra as empresas, por meio de seus advogados do Sindicato. (FERREIRA, 2020, p.211).

A organização dos trabalhadores criou várias estratégias para melhorar as condições de trabalho, como o aumento salarial, redução da jornada de trabalho, criação de fundos para acidentes de trabalho, libertação de escravizados e aposentadorias. Também exigiam a formalização dos sindicatos para o controle coletivo do trabalho a fim de não ficarem à mercê dos capitalistas, visto que o trabalho avulso teria regras a partir dos empregadores e sem acordos coletivos.

Ferreira (2020) destaca a União e sociedade da resistência Trabalhadores em Trapiche e Café como sindicatos dos trabalhadores da marinha e armada que tiveram grande relevância e força política na época, no Rio de Janeiro. Eles anteciparam a criação de Caixas e Pensões pelo Estado, o qual, em verdade, copiou a ideia dos trabalhadores com objetivo de minar a organização sindical e favorecer o capital.

O Estado se apropriou do debate sobre a valorização do trabalhador, tomou como seu o teor de práticas que já eram parte da organização dos trabalhadores, institucionalizadas pelo Estado como Caixas e depois Institutos de Aposentadorias e Pensões. E, ao mesmo tempo em que estimulou a imigração europeia e a mestiçagem, cortejou a eugenia e elegeu os elementos que formavam os trabalhadores da nação brasileira, fruto da “harmoniosa” relação entre as três raças. (FERREIRA, 2020, p.226-227).

Essa apropriação do debate pelo Estado teve impactos graves na luta dos trabalhadores, visto que quando se estabeleceu as Caixas e Pensões, as contribuições passaram a ser obrigação dos empregadores. Estes realizam a organização delas conforme suas necessidades de expansão, lucro e processo eugênico. Assim, favoreceram o trabalhador avulso, a imigração e usavam do racismo para enfraquecer os trabalhadores negros. Os capitalistas passaram a controlar o uso das Caixas que deixava de ser destinada a seu verdadeiro fim.

A grande ironia dessa conquista foi expressa no próprio nome da Caixa então constituída: Caixa Beneficente dos Trabalhadores Livres [do serviço do café] do Porto carioca. Em 2 de setembro de 1918, a assembleia convocada pelo Centro de Comercio foi noticiada. Ali estavam os representantes de firmas e negociantes de café, que compuseram a comissão para elaboração, deliberação e homologação dos termos e diretrizes da Caixa Beneficente dos Trabalhadores Livres. Ao final formou-se também uma comissão encarregada para elaboração de um estatuto e outra para estabelecimento do capital para formação da Caixa. Trabalhadores não compuseram esse processo. Ora, financiadas pelas elites cafeeiras, seriam administradas! Nas falas registradas constam a criminalização da Resistência e seu suposto antipatriotismo. De outro lado, elogios aos representantes do Centro de Comercio de Café, alardeados como os verdadeiros defensores dos trabalhadores. Nesse dia apenas um trabalhador se pronunciou, mas para reivindicar auxílio à instituição que presidia, a Sociedade Beneficente dos Empregados do Café. O pedido foi negado sob alegação de incompatibilidade com a pauta da assembleia. (FERREIRA, 2020, p.209).

A autora traz que houve greves para garantir melhores condições de trabalho e a classe trabalhadora já havia se organizado em sindicatos. Estávamos diante de um movimento sindical por melhores condições de trabalho, liderados por trabalhadores negros, sejam os carregadores e estivadores, como também advogados e outros intelectuais. O Estado com objetivo de minar essa luta social instituiu a Lei Eloy Chaves para reforçar o individualismo contratual, e enfraquecer a força dos sindicatos.

O início do estabelecimento de políticas sociais Estatal foi marcado, portanto, pelo racismo, anti-sindicalismo, controle da organização do trabalho pelo Estado e elite, eugenia e impacto no movimento dos trabalhadores e consequente falta de liberdade. Dessa forma, o debate da política social sobre as formas de proteção social precisa aprofundar como a raça e a eugenia foram bases para institucionalização de políticas sociais e da própria profissão. É importante saber o quanto as assistentes sociais que iniciaram a categoria implementaram o serviço a partir desse contexto histórico de racismo e eugenia.

Diferentemente do nosso estudo na política social, Ferreira (2020) traz a influência da classe trabalhadora latino americana, como a Argentina que motivou trabalhadores aqui no Brasil. Esse movimento de trabalhadores negros foi fundamental para insituição pelo Estado de política públicas, como a Lei Eloy Chaves.

Dentro desse contexto, essa organização sindical⁹ também instituiu proteção social às famílias que estavam em condições de miserabilidade, libertação a escravizados, proteção a acidente de trabalho. Assim, compreende-se que políticas de proteção não estiveram restritas a movimentos de pessoas brancas e povo negro possuía sua própria movimentação de acordo com as possibilidades dentro desse sistema racista.

A autora fala da historicidade dos trabalhos exercidos nos portos e com o avanço da modernidade, com tecnologia e ideologia da elite branca, houve modificações nas relações de trabalho, com substituição da mão de obra por imigrantes.

No porto carioca, dominado por trabalhadores negros livres e libertos até 1870, a competição com os estrangeiros (maioria portuguesa) para garantir seus postos de trabalho foi uma constante na segunda metade do [século] XIX. Nesse mesmo momento, imperava o racismo científico e a preocupação com o branqueamento da nação se tornou questão de Estado. (FERREIRA, 2020, p.108)

Outro destaque importante foi o combate da luta do movimento negro diante da difusão de teorias eugenistas para o embranquecimento da população brasileira. Os

⁹ A União dos Operários Estivadores surgiu no porto do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República. Foi em 13 de setembro de 1903 que um grupo de trabalhadores majoritariamente negros da estiva criou essa pioneira organização. Após uma greve que abalou a cidade carioca ao envolver diferentes segmentos, incluindo os estivadores, surgiu a União (GOLDMACHER, 2009 Apud FERREIRA, 2020, p.96-97). A Greve Geral como mais tarde ficou conhecida, mobilizou diversas categorias na cidade do Rio de Janeiro. Da participação nessa greve formou-se uma comissão de estivadores responsável por defender junto aos patrões a redução da jornada de trabalho para 8 horas, intervalos e a manutenção dos salários (CRUZ, 2002, Apud FERREIRA, 2020, p.97). Nessa greve a comissão representante dos estivadores exigiu e conquistou reivindicações como jornada de trabalho e definição salarial. O socialismo era a tônica da organização desse levante e apareceu em outros momentos de sua existência. Foi assim que surgiu a União com quase 200 associados, cujo número aumentou para aproximadamente 1.000 em 1905 (ALMEIDA, 2003, Apud FERREIRA, 2020, p.97). Em 1941 a União apenas na sede do Rio de Janeiro congregava 2.000 sócios! (FERREIRA, 2020, p.97).

trabalhadores negros estabeleciam estratégias para não perder seus postos de trabalho a imigrantes.

A eugenia também se propagou pela Igreja Católica que começou sua instituição pelas Irmandades, as quais eram divididas a partir de critérios de classe e raça. Essas irmandades são fundamentais para se compreender a origem do serviço social e da Política de Assistência Social, pois foi a partir dessa proteção social, inicialmente caritativa e eugenista que se influenciou o nascimento da profissão e da política social.

As irmandades eram instituições católicas as quais tinham o objetivo de devoção ao divino e auxílio mútuo entre os membros, principalmente no adoecimento e morte (FERREIRA, 2020). Trata-se de formas de proteção anteriores às políticas sociais e que irão influenciar as políticas estatais. As Irmandades se diferenciavam pelo aspecto de raça e classe. A autora destaca que a mais famosa foi a Irmandade da Misericórdia, em que havia membros da alta elite. Nessa irmandade para ser aceito precisava ser “limpo”, ou seja, branco.

As irmandades negras foram criadas para cristianização dos escravizados pela igreja Católica, e não para a libertação desse povo. A Igreja em verdade justificou a escravatura por anos. Contudo, a negritude com o tempo modificou essas relações, chegando a ter espaços para o abolicionismo.

As Irmandades foram ressignificadas quando começaram a compor o universo dos africanos e seus descendentes em Diáspora. Instadas como instrumento de dominação portuguesa para cristianização de escravizados por meio de santos “de cor”, elas foram aos poucos se moldando como espaços de resistência de escravizados e libertos. No limite de tal contradição, as Irmandades negras foram espaços de aglutinação, solidariedade, ligação com o sagrado, em diálogo com referências ancestrais do continente africano. (FERREIRA, 2020, p.160).

Em meio a contradição de controle e subalternização, as irmandades foram se diferenciando entre as da elite e as do povo negro. Passando a ter importância em instituir formas de proteção como assistência médica, jurídica, sepultamento, compra de alforrias. Essas instituições vão perdendo força no pós-abolição, pela reforma da igreja católica e a busca por embranquecimento da população brasileira.

1.2.3 Frente Negra Brasileira

Dentro desses movimentos de resistência Roseli Rocha (2014) traz algumas formas de resistência na pós abolição, especificamente no século XX. A autora inicia com o marco histórico da Frente Negra Brasileira de 1931, criada por negros paulistas. A FBN combatia o preconceito racial com ênfase na educação.

Toda a sua militância atuava de forma voluntária e a manutenção da entidade se dava por meio das contribuições de seus associados que pagavam mensalidade. Dois anos após a sua fundação, criou o seu próprio jornal, A Voz da Raça. E, em 1936, foi registrada como um partido político. Sua atuação se expandiu para além das fronteiras de São Paulo, tendo ido para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Há registros de que chegou a ter cerca de 60 mil membros em seu quadro associativo. (ROCHA, 2014, p.68)

A FBN passou a ser uma referência sobre o estilo de vida da população negra. A entidade teve avanços no acesso à população negra ao lazer e admissão de recrutamento na Guarda Civil (ROCHA, 2014). Apesar dos avanços em defesa dos direitos da população negra, a instituição "[...] teve forte aproximação com as ideias fascistas de Mussolini e do nazismo na Alemanha" (ROCHA, 2014, p.70).

Essa aproximação ideológica é incoerente para uma organização que luta com a discriminação racial. Essa incongruência gerou conflitos internos no movimento, em que levou integrantes abandonarem a FNB e criarem outras instituições. "Com a ditadura do Estado Novo, em 1937, a FNB foi extinta, assim como os demais partidos políticos existentes na época, pelo presidente Getúlio Vargas" (ROCHA, 2014, p.70).

1.2.4 Teatro Experimental Negro

Outra organização destacada por Rocha (2014) foi o Teatro Experimental do Negro (TEN) de 1944. O TEN buscava realizar críticas a discriminação racial e ressaltar a riqueza cultura de africanidade brasileira, assim como dar espaço para atuação de pessoas negras que estavam marginalizadas pela branquitude.

O TEN foi criado em um momento político de crise e de fim do Estado Novo. Sua fundação foi motivada pela ideia de protesto em relação à ausência de negros nos palcos brasileiros. Nessa época, era muito comum os artistas brancos usarem maquiagem preta para representarem no palco personagens negros. A concepção do TEN surgiu, assim, a partir dessa constatação de ausência de negros encenando. (ROCHA, 2014, p.71)

A instituição teve como fundador Abdias do Nascimento, grande intelectual, político, professor, escritor negro que lutou em defesa dos direitos da negritude. "O TEN exerceu, assim, um importante papel político na sociedade brasileira no que diz respeito à crítica da desigualdade racial. Posicionava-se abertamente em defesa da afirmação da identidade afro-brasileira e denunciava, por meio da dramaturgia [...] as diversas formas de expressão do racismo" (ROCHA, 2014, p.72).

O incentivo a uma dramaturgia feita por pessoas negras com críticas à sociedade brasileira incomodou a branquitude que não aceita ser criticada em seus privilégios e dominação. Assim houve notas de repúdio ao TEN pela mídia branca. Também houve críticas ao movimento pela falta de contextualização de classe.

Ressalta-se, contudo, que o TEN, sem desconsiderar o seu valor histórico para o fortalecimento e visibilidade da luta em defesa dos direitos do negro e da valorização da tradição africana, também foi criticado por parte da intelectualidade afinada com a matriz teórica marxista por ser identificado como uma organização de cunho elitista, que não questionava as estruturas de classes buscando apenas, dentro do marco das relações capitalistas, oportunidades para os negros. (ROCHA, 2014, p.73).

Rocha (2014) traz que assim como a FNB, o TEN foi extinto pela ditadura militar. O golpe militar interrompeu várias organizações democráticas que visavam contestar as desigualdades raciais, de gênero, de classe e de sexualidade. Assim, apenas no final de 1970 "[...] que o movimento negro voltou a ocupar o cenário político com ações mais contundentes. Isso não significa, contudo, que a militância tenha deixado de existir, mas as estratégias de sobrevivência impostas pelo sistema vigente forjaram práticas mais silenciosas e restritas" (ROCHA, 2014, p.74).

1.2.5 Movimento Negro Unificado

A partir da década de 1970 cria-se o Movimento Negro Unificado (MNU). Rocha (2014) afirma que seu início deu-se em 1978, sendo Movimento Negro Unificado Contra o Racismo e a Discriminação Racial (MNUCDR).

A fundação do MNU teve como motivação uma série de acontecimentos contra negros no mês de maio de 1978 em São Paulo. A morte de um trabalhador negro dentro de uma delegacia, a expulsão de atletas negros do time juvenil do Clube Tietê e o assassinato de um operário negro por um policial funcionaram como um estopim para as organizações negras. Conforme Pinto (1993, apud ROCHA 2014), entidades como os jornais Afro-Latino-América e Abertura, de São Paulo, e Afro-Latino-América, do Rio de Janeiro, Grupo de Artistas Negros, Associação Brasileira Jovem e o Grupo de Atletas Negros lançaram uma carta convocatória para o Ato Público contra o racismo. (ROCHA, 2014, p.74)

A criação do MNU foi pelo racismo que ainda persiste atualmente causando extermínio a população negra, sobretudo homens jovens. As cenas de violência policial e discriminação são cotidianas e mostra o quanto é preciso reforçar e contuniar a luta pelo povo negro e de não brancos. Rocha (2014) escreve que o MNU foi criado em ato público, com reunião de 3 mil pessoas. "Diante da situação de desigualdade expressa em todas as esferas da

vida social do negro no Brasil e da persistência do mito da democracia racial como mantenedora das desigualdades raciais, o MNU apresenta como bandeira de suas lutas a Defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, social e cultural" [...] (ROCHA, 2014, p.75)

O MNU compreende a situação da população negra a partir de uma análise mais aprofundada sobre a sociedade e realidade, fazendo interrelação com categorias, como raça e classe.

Diferentemente das organizações que o antecederam (Frente Negra e TEN), o MNU situa a questão racial nos marcos do sistema capitalista, que utiliza o critério racial como mais um elemento de hierarquização das relações sociais e aprofundamento das desigualdades sociais. Defende a transformação da sociedade como a única possibilidade de superação da discriminação racial. A perspectiva de classe é, assim, incorporada no Brasil, no âmbito do movimento negro, aos discursos relativos à questão racial. (ROCHA, 2014, p.76)

Rocha (2014) traz que foram vários os fatores que contribuíram para que o MNU tivesse uma crítica diferente das anteriores. Destaca-se a conjuntura político econômica pela redemocratização diante do golpe militar, efervescência de movimentos sociais pela luta dos trabalhadores e influência de luta de negros de outros países. Outro destaque feito pela autora, foi a participação das mulheres negras no movimento, as quais são fundamentais para trazerem suas particularidades.

Ademais, o movimento defendia a luta pela educação e acreditava que ela podia ser um forte instrumento de libertação, desde que o seu conteúdo também incorporasse os valores da população negra. Nas propostas contidas em seu Programa de Ação havia questões que abarcavam desde aquelas tidas como mais particulares ao negro àquelas mais gerais, que envolviam toda a população trabalhadora. (ROCHA, 2014, p.77)

A educação é essencial para lutar contra o epistemicídio e manipulação que a branquitude realizada para reproduzir estereótipos e discriminações, as quais enaltecem a cultura e conhecimento branco e invisibilizam as demais. O letramento racial e a defesa de direitos precisam ser realizados com conhecimento e reconhecimento da historiografia, cultura, linguística, religiosidade, intelectuais e pesquisas de não brancos, por isso a ênfase no MNU.

Rocha (2014) descreve que o MNU teve grande ampliação e visibilidade política no país, contudo essa mesma expansão foi considerada ameaça ao sistema capitalista e falsa democracia racial pela ditadura, com consequência aos participantes que deixavam o movimento pelo receio de represálias. Também ressalta a dificuldade de encontrar lugar para a realização de assembleias. Mesmo assim, o movimento cresceu com novas estratégias de

combate ao racismo que permitiu a união de novas formas de organização, em destaque ao movimento de mulheres negras.

Ressalta-se, contudo, que em relação ao movimento de mulheres negras há registro de sua trajetória desde o início do século XX. Elas constituíram uma grande parcela da Frente Negra Brasileira (FNB). E, em 1936, criaram a primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo, sob a liderança da ativista Laudelina Campos Melo, integrante da Frente. Em 18 de maio de 1950, foi fundado por Maria de Lourdes Vale Nascimento, autora da coluna feminina no *Quilombo*, o Conselho Nacional das Mulheres Negras, formado por mulheres vinculadas à cultura, às artes e à política. (ROCHA, 2014, p.78)

A década de 1980 foi marcada por grandes movimentos sociais pró-democracia, inclusive com várias organizações de mulheres negras¹⁰. O MNU luta a favor do dia 20 de novembro como data de celebração do povo negro brasileiro. Nesse período, é aprovada "a Lei Federal no 7.716/1989 (popularmente conhecida como "Lei CAÓ"), que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor e torna o racismo crime inafiançável" (ROCHA, 2014, p.80).

Em 2001 ocorreu a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, na África do Sul. Rocha (2014) traz que a partir dessa conferência, se inicia a implementação de políticas afirmativas. "Todavia, tão ou mais importante que a aprovação das cotas para negros nos espaços acadêmicos foi a promulgação da Lei Federal n 10.639/2003, que determina a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História da África e Cultura Afro-Brasileira" (ROCHA, 2014, p.86).

Neste item procurou-se mostrar algumas formas de resistência da população negra, pelos quilombos, luta de trabalhadores negros, movimentos negros, associações, fundações, movimento de mulheres negras. Destaca-se que houve protagonismo negro em luta de sua própria libertação e resistência ao sistema que nega sua própria existência. Contudo, trata-se de algumas ênfases, visto que há outras formas de resistência não abordadas como a música, a

¹⁰ Na década de 1980, surgiram diversas organizações de mulheres negras. Dentre tantas, destacam-se: Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, criado em 1983, no Rio de Janeiro; Coletivo de Mulheres Negras da Baixada, criado em 1986, em Santos; Geledés Instituto da Mulher Negra, criado em 1988, em São Paulo; grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa, criado em 1986, no Maranhão; Grupo Maria Mulher do Rio Grande do Sul, em 1987. Nos anos 1990, amplia-se ainda mais esse número, com a fundação de novas organizações: Criola, em 1992, no Rio de Janeiro; Eleeko, em 1993, também no Rio de Janeiro; Coletivo Mulheres Negras Laudelina de Campos Mello, em Campinas/SP e o Grupo Iyalodê, em Salvador, no ano de 1995; Grupo de Mulheres Negras Malunga, em Goiás, Casa da Mulher Catarina/ SC, Nzinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, em 1993; IMENA Instituto de Mulheres Negras do Amapá, em 1999; AMMA Psiquê e Negritude, em 1995 e Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, em 1997, ambas em São Paulo (CARNEIRO, 2004, p. 313, Apud ROCHA, 2014, p.79).

arte, religião entre outros. No capítulo 02 serão analisados alguns movimentos de resistência realizados por mulheres negras, com objetivo de evidenciar suas lutas sociais.

1.3 Assistência Social, Racismo e Proteção Social

1.3.1 Historicidade entre Assistência Social e racismo

A Assistência Social é política pública de proteção social instituída a partir da Constituição de 1988. Esta institucionalização se deu a partir de muitos embates entre a classe trabalhadora, a classe dominante e o Estado, mas não somente. O estudo sobre essa política remonta ao serviço social embrionário e conservador, ligado às damas da caridade e a uma reprodução dos ideais de famílias tradicionais brasileiras brancas aos "desajustados", ou seja, não brancos e pobres. Porém, há uma história não contada de resistência e luta do povo negro que é também essencial para o estudo da proteção social no nosso país, a qual historicamente foi silenciada devido a reprodução de práticas discriminatórias e racistas, como mencionado no item anterior.

A política social se insere em contexto complexo de mínimos sociais e controle social. Ela é criada para intervenções mínimas, a partir da ideologia branca burguesa, contudo fundamental para a sobrevivência no sistema capitalista cada vez mais cruel. "Os setores dominantes enfrentaram (e enfrentam) as expressões da questão social, sobretudo, a partir de mecanismos de disciplinamento, repressão e criminalização de sujeitos e corpos negros. Essa administração da questão social mescla ações repressivas e assistencialistas" (SILVA, F., 2021, p.93). Assim, as mazelas sociais foram sendo tratadas pela assistência, criminalização e violência estatal.

Flavia Silva (2021) traz que o medo branco em relação a população acarretou em variadas estratégias para a subalternização desse povo, em que se destacou o encarceramento, higienismo e assistencialismo. A negritude é vista pela "desordem", "impureza", "corrupção", ou seja, vários estereótipos negativos para reproduzir uma imaginário social que permita a continuação dessa dominação branca. Essa concepção molda a formação do Estado e políticas sociais. "A gênese das políticas sociais brasileiras é atravessada pela institucionalização da ajuda social benemerente, do favor e do voluntarismo como características das ações interventivas do Estado". (SILVA, F., 2021, p.98). Somado a essa gênese, há a intervenção da Igreja com sua ideologia para o trato com a população pauperizada.

Essa questão está relacionada ao poder e papel da Igreja Católica e de entidades filantrópicas de cunho religioso, cuja atuação antecede esse momento, já que temos relatos da atuação caritativa desses atores desde o século XVI. Observa-se em toda a história do Brasil o papel da moral cristã como força motriz da ordem e controle social realizados pelo Estado. (SILVA, F., 2021, p.98)

O catolicismo foi o fundador do assistencialismo e Serviço Social no Brasil. Os documentos escritos para a regulamentação de políticas sociais foram a partir dessas pessoas brancas que possuem um ponto de vista e compreensão sobre proteção liberal, com responsabilização do indivíduo e da família, assim como reprodução do ideal cristão, branco, patriarcal e racista.

Meyrieli Silva (2020) traz o trato da questão social com a questão racial, compreendendo como a raça é fundante para a divisão na classe trabalhadora, sobretudo na distorção no mercado de trabalho, o qual não absorveu a mão de obra negra no pós-abolição e a subalternizou nos serviços domésticos mais precarizados.

E essa falta de inserção foi organizada, com medidas intencionais por parte das elites tradicionais, de modo que os/as escravizados/as são nesse momento os pauperizados do passado recente nos marcos de uma sociedade burguesa, na mesma medida em que também são os tornados indesejáveis para o novo Brasil que precisava ser construído. (SILVA, M., 2020, p.75).

A partir do racismo e conservadorismo, a burguesia moldou políticas sociais que tratam a questão social de forma punitivista e assistencialista, tendo a família branca patriarcal como modelo de "civildade" a ser imposto.

A moral burguesa conservadora presente nas elites precisava construir para o século XX um país onde o/a negro/a não podia estar! Tal projeto, ancorado no objetivo de produzir grupos limpos para idealizar um tipo de trabalhador, atribui ao/a negro/a recém "liberto/a" a indolência, a criminalidade, a prostituição e tantas outras justificativas que colocavam a eugenia e o racismo como mão e luva. (SILVA, M., 2020, p.78).

A eugenia se espalhou pela elite brasileira criando várias estratégias de opressão à população não branca, sendo a assistência social uma dessas formas. Pessoas negras desempregadas são vistas como "vagabundos" e/ou "criminosos" sendo encarcerados ou violados pelo Estado. As famílias e mulheres são "intervisoadas" pelo cristianismo a partir de seu moralismo que os via como desvalidos e impuros. Foram forçados a serem adeptos do catolicismo.

O movimento católico estava político e ideologicamente comprometido com a natureza elitista, autoritária e fortemente corporativista, reproduzindo inclusive a essência de instituições que flertavam com o fascismo nacional, e Iamamoto e Carvalho (2006, Apud SILVA, M., 2020) evidenciam que o alto clero brasileiro simpatizava-se pelo fascismo europeu, na defesa da trindade "Deus, Pátria e

Família”, de modo que este apresentava forte recusa ao comunismo e a garantia da “família e da propriedade” como valores a serem defendidos. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, Apud SILVA, M., 2020). Não perdendo de vista a totalidade dos fenômenos, a moralização e banalização dos considerados “indesejáveis da sociedade” alimentaram-se da influência de teorias eugênicas, do forte movimento reacionário [...]. Esses elementos nos apontam que a intervenção católica na questão social daquele contexto de produção e reprodução das relações sociais tinha por objetivo fomentar o apoio das classes oprimidas ao modelo de exploração ora estabelecido (SILVA, M., 2020, p.79-80).

A Assistência Social possui gênese em um Estado que buscava se embranquecer e subalternizar as populações não brancas, com políticas de favorecimento à imigração, as teorias racistas que tratavam a negritude com repulsa e desumanidade, urbanização segregatória, medicina higienista, mercado de trabalho com divisão sexual e racial, aumento do poder da igreja com influência nos hábitos familiares.

A partir do apanhado que combina moral, religião e ordem pública como mediações importantes na compreensão da moralização da questão social no Brasil, identificamos que tais elementos se ancoravam em estruturas racistas que mascaravam no âmago da questão social, a questão racial como uma questão fundante e estruturante do conjunto das relações sociais na sociedade capitalista. (SILVA, M., 2020, p.82).

Um exemplo dessa ação institucional trazido Meyrieli Silva (2020), trata-se da Lei de Contravenções Penais, estabelecida pelo decreto em 03 de outubro de 1941. Conforme Art. 59 do Decreto é contravenção "Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita" (BRASIL, 1941, Art.59). Essa legislação mostra o caráter punitivo do Estado em relação à questão social, assim como a sua responsabilização sobre sua condição de pobreza e racismo, diante da marginalização do mercado de trabalho pela exploração e desigualdade de raça.

O que ocorrera no Brasil sob a égide da Lei da Vadiagem, tinha por fundamentação a pobreza como fracasso e responsabilidade pessoal, e que essa lógica (moralizante) entrelaçada às teorias eugenistas e racialistas, estigmatiza e identificava nas pessoas negras e indígenas a falha, a precariedade e incapacidade à dignidade e a sobrevivência. (SILVA, M., 2020, p.82)

A moralização da questão social sem uma leitura crítica, não localiza na questão racial a sua composição e esvazia de historicidade a questão social no contexto brasileiro. A moralidade burguesa que imprime valores conservadores, combinada a influência da Igreja Católica (por meio das obras sociais), e associada à violenta criminalização da população negra impedida de vender sua força de trabalho nas mesmas condições que as pessoas brancas, mascaram o entendimento da questão racial como parte intrínseca e estruturante da questão social. (SILVA, M., 2020, p.83)

Esse contexto cria uma naturalização e reprodução do racismo, classicismo, sexismo e violência as pessoas não brancas, criando um abismo social com graves consequências para a sociabilidade brasileira, como o extermínio de jovens negros, violência contra a mulher, insegurança alimentar e nutricional, tráfico e a guerra às drogas, exploração sexual infantil, trabalho infantil, entre outras diversas situações criadas pela branquitude. Consequências que foram e são tratadas por políticas sociais, em destaque a Assistência Social a qual de forma moralista realiza intervenções que contribuem para a reprodução dessas opressões com sua ação discriminante.

Meyrielli Silva (2020) afirma que o conservadorismo foi uma das formas de concepção da Assistência Social e Serviço Social.

[...] o conservadorismo como uma concepção que se reconfigura de acordo com os avanços das forças produtivas na sociedade capitalista, uma vez que seus discursos e narrativas têm armadilhas e perigos que na aparência podem parecer inofensivos, mas que na sua essência recuperam o sentido das classes dominantes em não perderem seu lugar de privilégio e controle sobre a classe trabalhadora. (SILVA, M., 2020, p.84)

O reforço do conservadorismo deu-se no momento em que a igreja procurava reforçar seu poder, visto que perdeu forças com o avanço do capital e quando a burguesia precisou controlar a classe trabalhadora e avançar em seus projetos, uniu-se a esse pensamento como maneira de manter seu domínio. Assim, unem-se a moralidade burguesa e religiosidade cristã.

O ideário conservador é de imenso risco, sobretudo as famílias e indivíduos negros. É comum identificar nas narrativas de políticos, gestores e até mesmo de pretensos especialistas nas redes sociais que as questões que acometem as famílias ocasionando em fragilidades e rompimentos de vínculos dizem respeito a uma espécie de desagregação moral, ligadas às tradições e costumes. (SILVA, M., 2020, p.87)

Esse aspecto conservador junto com as teorias eugênicas trouxe ao serviço social e assistência social práticas profissionais que violam direitos, humilham sujeitos e provocam desrespeito a tradições e costumes não brancos. Ressalta-se que a atuação dessa profissão e política social são de relevância para mediar situações de vulnerabilidade e fazer avançar o Estado brasileiro em suas políticas de proteção social. Todavia, houve fortes influências colonizadoras, principalmente européias que marcaram essas sociedades como superiores, reproduzindo aqui lógicas de outro contexto social. Desse modo, é preciso evidenciar as marcas que esse pensamento se estruturou na intervenção profissional e como está sendo reproduzido atualmente, causando retrocesso a nosso povo.

Esse pensamento conservador Meyrielli Silva (2020, p.88) argumenta que tratava de forma individualizada as demandas sociais, com "[...] estímulo das potencialidades e habilidades dos sujeitos, de modo que estes sejam os únicos responsáveis pelas mudanças em suas trajetórias". Portanto, a visão da atual situação de pobreza e miséria era tratada pela responsabilização do sujeito, sem análise da conjuntura que o marginaliza. Essa intervenção estimula a própria reprodução da desigualdade social, retirando a responsabilidade do Estado e capital.

Essa lógica reforça a ideia de que a “formação familiar” dos sujeitos determina o comportamento “desviante” e “anômalo”, fugindo, portanto, de uma espécie de normalidade. Tal concepção encontra também nas práticas assistenciais perpetradas pelo Estado, a desvinculação das expressões da questão social das relações desiguais do modo de produção capitalistas, identificando “o problema” nos sujeitos e suas famílias. (SILVA, M., 2020, p.88)

O tratamento familiar e individual tem base na eugenia que coloca as famílias negras como "impuras" e "desconfiguradas" impondo a lógica patriarcal branca para sua "civildade". O que é um verdadeiro desrespeito e violência com essas pessoas que perpassam por enfrentamento de grande marginalidade, sofrimento, estigmatização, epistemicídio e genocídio pelo racismo. A autora afirma que essa "classificação dos sujeitos e de suas famílias com base na perspectiva que os estigmatiza e os rotula caminha em paralelo com o serviço social desde o seu surgimento até sua profissionalização nos anos 1940" (SILVA, M., 2020, p.89).

A política de assistência, portanto, foi criada para minimamente atender as demandas sociais por meio do controle e/ou repressão da classe trabalhadora com diferença de atuação perante a raça, etnia e gênero.

A configuração da repressão e do controle percorre o enfrentamento da questão social assumem “novas” roupagens nas páginas da política social no Brasil. Considerando as expressões da questão social, é perceptível a forma como a política de segurança pública, por exemplo, tem ações que na essência deflagram sua intencionalidade quando por exemplo observamos o conceito de classes perigosas. (SILVA, M., 2020, p.91).

A autora desenvolve em sua dissertação esse conceito de classes perigosas. Classes perigosas refere-se ao "processo de construção de subjetividades colocadas por equipamentos sociais que naturalizam e homogeneiza pobreza e criminalidade (SILVA, M., 2020, p.91). Esse processo está relacionado ao espaço urbano em que a criação das cidades tem-se a divisão e subalternização socioterritorial a partir de raça, classe e gênero, com aumento da

miserabilidade e a intervenção estatal pela assistência e repressão. Portanto, com objetivo de ter mínimo para a subsistência e reprodução da classe trabalhadora a assistência foi aos poucos tendo notoriedade e espaço na agenda pública. Ao seu lado, tem-se políticas de repressão à pobreza, com criminalização e encarceramento, baseado em práticas racistas.

[...] o pensamento conservador na realidade brasileira é parte de um arranjo que está prenhe da questão racial, e que, portanto, comparecerá e influenciará a resposta do Estado no “enfrentamento à pobreza” considerando os campos de saberes sócios ocupacionais apreendidos por este Estado, como por exemplo, o serviço social.
[...]Existem várias facetas no enfrentamento à pobreza nas políticas sociais, entretanto uma em especial merece destaque, uma vez que dialoga intimamente com a questão racial no Brasil, diz respeito à pobreza compreendida como crime. (SILVA, M., 2020, p.93).

Serviço Social, Assistência Social e questão racial estão entrelaçados nessa dinâmica complexa da sociedade brasileira no enfrentamento e intervenção da pobreza, com garantia de mínimos sociais, contudo a partir de práticas conservadoras que estiveram (e ainda estão) ligadas a correntes de pensamentos racistas e eugênicos que reproduzem estigmas sociais e reforçam e naturalizam a segregação racial do país.

A Assistência Social ganhou destaque em 1930, principalmente com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Destaca-se que não se tratava ainda de uma política pública organizada com princípios, diretrizes e objetivos, contudo já havia espaço no Estado e foi dirigida por mulheres brancas, geralmente companheira de políticos, estabelecendo o primeiro damismo, como foi com a Darcy Vargas que presidiu a LBA.

Entretanto, é necessário destacar que essa política não foi desenvolvida pela mínima "boa vontade" estatal. Foi um conjunto entre a pressão da população e da classe trabalhadora, frente às respostas que o capital liberal foi tensionado a fornecer. Na América Latina houveram vários movimentos que lutaram pela proteção estatal, inclusive influenciaram na criação dos primeiros institutos de Caixas e Pensões no Brasil (CAPS). "A legislação brasileira que previu as CAPs, [...] teve influência latino-americana, especificamente, argentina, ainda que remetam a aspectos do sistema bismarckiano europeu"¹¹ (FERREIRA, 2020, p.37).

Ferreira (2020) traz importante contribuição sobre a luta dos trabalhadores negros, como visto nos itens anteriores, para a criação de políticas públicas como as CAPS.

¹¹ Na formação de Serviço Social o estudo de proteção é por meio de referências ocidentais. É estudado sobre as formas de organização da proteção social a partir da sociedade salarial com Robert Castel, os seguros sociais com Bismarck, políticas de acesso universal com Beveridge. Ressalta-se que a criação dessa proteção pelos Estados Ocidentais se deu em conjunto com a luta da classe trabalhadora, conforme mostram as obras de Marx e Engels, entre outros que destacam os movimentos sociais europeus.

Ressalta-se, novamente, que não houve uma inação do povo negro, mas sim apagamento sua história de luta e resistência.

A Política de Assistência Social é reconhecida como política pública a partir da Constituição Federal de 1988 (CF 1988), no Art. 194 que trata da Seguridade Social brasileira. Já no artigo 203, ela trata que "a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social" (BRASIL, 1998, Art. 203). Neste mesmo artigo é elencado os objetivos da política como a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, às pessoas com deficiência e a promoção da integração ao mercado de trabalho.

Esta política é fruto de lutas sociais em que buscam consolidar as reivindicações da classe trabalhadora e os interesses da classe dominante. A Assistência Social é permeada por embates, conquistas, retrocessos, avanços, jogo de interesses políticos. Em 1993, ela é regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que iniciou a desenvolver uma normatização da forma de execução.

A LOAS trouxe que a gestão da política será feita a partir de um sistema único, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS é descentralizado e participativo. Ele organiza a proteção em dois níveis: a básica e a especial. A proteção social básica "visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários" (LOAS, 1993, Art. 6º-A).

A proteção social especial se divide em média complexidade e alta complexidade. A média complexidade é para famílias e indivíduos em situação de risco social e violação de direitos. A alta complexidade é para famílias e indivíduos com rompimentos dos vínculos familiares e comunitários, necessitando do acesso às unidades de acolhimento da Política de Assistência Social, seja pelas unidades disponibilizadas pela própria política, seja por Organizações da Sociedade Civil parceiras do governo.

Esta proteção social tem detalhamento na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004. Segundo a PNAS, essa proteção da política deve envolver três vertentes centrais, que são as pessoas, as circunstâncias e a família. A centralidade sociofamiliar é posta devido ao reconhecimento como a primeira forma de proteção social, assim como as relações comunitárias dentro dos diversos territórios e suas características socioeconômicas nos processos de marginalização ou inclusão social.

A Assistência Social somente foi executada em 2004 com a PNAS que estabeleceu padrões de funcionamento dos serviços dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e Serviço de Acolhimento Institucional em todo país. São, então, 19 anos de funcionamento da política. Nesse período houveram muitos avanços, contudo a interseccionalidade entre classe, raça e gênero é desafio constante para a gestão e trabalhadores/as.

A expansão da Assistência Social com o SUAS mostra que "[...]esta política deixa de ser uma política pela qual se acessa as outras políticas setoriais e passa a exercer um papel central na política social" (SILVA, M., 2020, p.97). A intervenção estatal nas mazelas sociais terá a assistência como referência, criando um mito de que será possível uma mudança somente com ela, ofuscando as desigualdades do trabalho, raça, gênero, classe, sexualidade e território.

A Assistência Social é permeada por pretensões políticas em que a necessidade e urgência das demandas da população não são sempre a prioridade. A descontinuidade dos serviços, mudanças de gestão e o primeiro damismo demonstram as fragilidades a que está submetida. Também localizada como lugar central de enfrentamento da desigualdade social, com foco em desigualdade de classe, que dificulta análises e intervenções mais profundas, tanto na gestão, como pelos/as trabalhadores/as.

O Serviço Social possui destaque de atuação na política. Assim, a categoria possui responsabilidade no conhecimento e execução do serviço, visto que desde o início esteve na luta por essa proteção social. Contudo, não podemos nos enganar que a maioria atua com uma visão crítica da sociedade. O conservadorismo se faz presente, como a reprodução do racismo e sexismo institucional.

Atuar na Assistência Social é lutar pelos direitos das pessoas marginalizadas com embate aos interesses econômicos da elite branca brasileira. É lutar pelas mulheres negras (em maioria) que enfrentam trabalhos precarizados no âmbito doméstico e com a pandemia de covid 19 ficaram sem qualquer fonte de renda; É intervir pela população em situação de rua; pelas crianças e adolescentes em abrigos; pelos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas; pelas pessoas que vivenciam violação de direitos pelo abandono, violência doméstica, discriminação, exploração sexual infantil; atuar com refugiados, imigrantes; povos originários, ribeirinhos, quilombolas; movimentos sociais.

Trata-se de complexa política de proteção social para aqueles de quem dela necessitar, conforme Lei Orgânica de Assistência Social de 1993. Dessa forma, atuar sem consciência crítica, sem compreender raça, gênero, classe, sexualidade, significa reprodução institucional

da atual desigualdade social brasileira e manutenção do poder branco. É ser a favor do genocídio do povo negro e indígena. Corroborar com a violência contra a mulher, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência. Profissionais do SUAS precisam saber que uma intervenção não qualificada também causa extermínio e corrobora para o estado de desigualdade e precarização aqui descrito.

Magali Almeida (2014, p.143-144), explica o racismo atual da seguinte forma:

Este quadro se materializa no desemprego estrutural, no subemprego, no analfabetismo, na mortalidade materna da mulher negra, na ausência de uma política de redução de danos para os usuários de álcool e outras drogas, que sejam condizentes com o atendimento à saúde de qualidade e no acesso à justiça. É expressão dessa violência, também, o genocídio da juventude negra, no qual expressiva massa de jovens negros é abatida pelo tráfico ou pela ação truculenta da polícia e dos demais agentes da “segurança pública”.

A subalternização da população negra, desde o tráfico negreiro, colocou esse povo em condições indignas de sobrevivência e com muita luta, o Estado brasileiro tem feito poucas ações para corrigir esse passado. A Assistência Social não é uma política social criada para reparar esse histórico de genocídio. Embora suscetível a interesses antagônicos, ela faz parte da lógica de proteção social capitalista que tem objetivo de reproduzir a classe trabalhadora e minimizar sua expropriação diante desse complexo contexto de desigualdade social.

Importante compreender que o racismo institucional como o concebemos neste estudo, contribui para reprodução de práticas discriminatórias que aprofundam as disparidades do acesso de qualidade das políticas públicas que a população negra busca ser atendida. Essa compreensão é importante no sentido de não culpabilizarmos individualmente sujeitos, enquanto profissionais operadores de tais políticas, por exemplo. Todavia se não enfrentamos estruturas de poder e dominação no campo individual, não é apenas por essa via que as práticas racistas devem ser enfrentadas.(SILVA, M., 2020, p.102)

Contudo, profissionais comprometidos podem, no limite de sua atuação profissional, trazer novas perspectivas para esse trabalho social. As mudanças não virão de um Estado que está aliado a interesses do mercado dominado pela branquitude, mas sim pelos movimentos sociais, somados a trabalhadores/as comprometidos com mudanças societárias. Uma visão coerente com a realidade traz mudanças significativas para as vidas das pessoas atendidas, assim como uma atuação conservadora influencia no agravamento nas condições de vida da população.

1.3.2 Assistência Social, neoconservadorismo e pandemia

A Assistência Social, atualmente, está em maioria gestada por conservadores neoliberais e fundamentalistas religiosos que reforçam a naturalização da pobreza, racismo, patriarcado e homofobia, o que tem levado a política ao atendimento particularizado voltado a concessão de benefícios sociais sem análise aprofundada das demandas das famílias que vão muito além da fome. É reforçada a ideologia de democracia racial e meritocracia. As consequências são atendimentos superficiais e individualizados que não trazem a dimensão de totalidade, particularidade e singularidades da realidade.

Silva, M. (2020) fala sobre a combinação de dois mitos, o da democracia racial e da política social como o foco de enfrentamento à desigualdade. Essa junção complexifica a questão racial e social, pois há a invisibilização das sulbaternização e genocídio da população negra pela "democracia racial" e falta de intervenção nas desigualdades por outras políticas, com a centralização na assistência.

Entretanto, o serviço social se movimentou e conquistou vários avanços no debate racial com o Código de Ética, Lei de Regulamentação Profissional, campanhas do conjunto CFESS/CRESS, as Diretrizes Curriculares, Cartilha de defesa de direitos, participação e fomento de políticas sociais, movimentos sociais, avanços em pesquisas, dissertações e teses.

A apreensão de todo este movimento nos possibilita esperar que assistentes sociais podem e devem ser sujeitos políticos na efetivação de uma profissão que contribua por meio dos/das seus/as trabalhadores/as práticas antirracistas, que construirá no movimento da história escuta diferenciada junto a população negra, e disputará narrativas nas políticas públicas, nos movimentos sociais e sobretudo junto a classe trabalhadora, no sentido de lutar com e para negros/as dentro e fora dos espaços sócio ocupacionais. (SILVA, M., 2020, p.107)

Os últimos 4 (quatro) anos foram de graves retrocessos por uma gestão ultraconservadora do governo Bolsonaro que reduziu ideias críticas como feminismo, luta antirracista a "ideologia de gênero" e "vitimização", o que aliada a forças religiosas tem influenciada a população atendida, reforçando a noção de naturalização da atual situação de precarização de suas vidas.

A falta de intersetorialidade e integralização das políticas públicas também acarretou em bastante dificuldade para atuação profissional, sobrecarregando a Assistência Social pela omissão de outras políticas sociais. Exemplo é o agravamento da situação de saúde da população por falta de atendimento, leva às famílias a dependerem dos benefícios sociais para sobrevivência, uma vez que as sequelas agravaram e impediram o retorno ao trabalho, como também as contrarreformas da previdência social e legislações trabalhista deixaram trabalhadores/as fora da proteção social contributiva.

Contudo, a fragilidade da seguridade social vem ocorrendo a alguns anos em nosso país e tem exacerbação com a intensificação das políticas neoliberais do governo Temer e Bolsonaro, causando retrocesso de direitos à população e dificuldade de acesso às políticas sociais. No governo Temer aprova-se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 95/2016, em que foi instituído um "teto de gastos" para a seguridade social, com congelamento do orçamento durante 20 anos. Essa medida de austeridade fiscal reduziu o orçamento das políticas sociais, ocasionando em precarização dos serviços, aumento das demandas de trabalho aos profissionais, aumento da fila de espera e terceirização.

As recentes transformações no cenário político e econômico brasileiro, a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016, orientaram-se pela necessidade de adequar o País à nova dinâmica do mercado mundial. Os impactos da crise de 2008 sobre a economia brasileira impuseram a adoção de um “novo regime fiscal” e de uma agenda de ofensivas ao trabalho, às políticas sociais e ao meio ambiente que conformaram a nova etapa do ajuste neoliberal, o ultraneoliberalismo. Diante da necessidade de contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro, os governos ultraneoliberais acirraram a superexploração da força de trabalho e a espoliação do fundo público. O governo ilegítimo de Temer introduziu as matrizes do programa ultraneoliberal, que foi aprofundado por seu sucessor. (CASSIN, 2022, p.30)

No governo de Bolsonaro¹² continuou-se os cortes sociais e valorização do voluntariado e assistencialismo. Este governo reforçou o neoliberalismo e a culpabilização dos sujeitos e das famílias pela situação em que se encontram. São utilizadas tecnologias de poder como o racismo e o sexismo para perpetuação da branquitude brasileira, a qual está apoiada, defendida e composta pelo governo federal. O silenciamento sobre as desigualdades raciais mostra o narcisismo em buscar a manutenção do privilégio que legitima a supremacia econômica, política e social¹³.

¹² O Bolsonaro levou a cabo a contrarreforma da previdência que Temer não havia tido força para implementar. Na sequência, deu continuidade à contrarreforma trabalhista por meio da instituição do contrato de trabalho “verde e amarelo”; aprofundou a Lei de Responsabilidade Fiscal com a proposta do Plano Mais Brasil; colocou em marcha um plano de privatização de diversas empresas estatais; extinguiu o programa Bolsa Família; entre vários outros retrocessos que não cabe aqui recuperar. No fundamental, a agenda econômica do governo Bolsonaro centra-se no rebaixamento do custo da força de trabalho; na ampliação dos espaços de valorização do capital por meio da privatização de empresas estatais e da mercantilização de direitos e políticas sociais; e na intensificação do ajuste fiscal e das contrarreformas, a fim de favorecer a pilhagem do fundo público. (CASSIN, 2022, p.31).

¹³ “[...] a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais”. (BENTO, 2002, p.2).

[...] o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. (BENTO, 2002, p.3).

Esta branquitude com o governo federal de Bolsonaro ganhou mais espaço e poder, causando graves retrocessos que se exacerbaram com a Covid 19. O cenário de expropriação e precarização da vida foi acelerado a partir do contexto pandêmico. Com um número de mortes assustador e cortes de gastos sociais, várias cirurgias e tratamentos são adiados, negando acesso à saúde e causando mais perdas e danos. A precariedade da vida¹⁴, com aumento do desemprego e custo de vida, causa um adoecimento mental e psíquico da população, o qual implica ainda em mais necessidade de atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) que não tem estrutura para tal. A pandemia superlotou hospitais públicos que não possuem capacidade para atendimento adequado à população e evidenciou a relevância da política social e a gravidade de seu sucateamento.

Quando os dados percentuais do Brasil são comparados com os do restante do mundo até o final de junho de 2021, torna-se evidente a magnitude do desastre que ocorreu no país. Em 30 de junho de 2021, com cerca de 2,7% da população mundial, o Brasil respondia por 10% dos casos e 13% dos óbitos acumulados no mundo. A pandemia teve grande impacto no país em termos de óbitos, mas além disso teve impactos expressivos na morbidade, por gerar complicações agudas e crônicas que precisam ser mais bem estudadas, como a Covid-19 longa, além de afetar a atenção a outros agravos, em razão da sobrecarga dos serviços de saúde. (FREITAS; PEREIRA; MACHADO, 2022, p.306-307)

Na previdência social, os atendimentos passam a ser cada vez mais remotos devido à situação de calamidade, marginalizando famílias sem acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)¹⁵ e/ou as que têm dificuldade em utilizá-las, como idosos e pessoas com deficiência (PCD). Além da tecnologia, as contrarreformas da previdência dificultam o acesso a aposentadorias e benefícios, com grandes filas de espera e negativa de benefícios.

O teletrabalho, substancialmente, se vincula às contingências geradas pelas transformações tecnológicas combinando-se à prática do trabalho remoto com o acesso aos serviços e benefícios previdenciários também na forma remota. Para além dessa transformação de cunho mais tecnológico existem as imensas

¹⁴ Em síntese, diante da precariedade das condições de vida de grande parcela da população brasileira (de renda, inserção laboral, habitação, saneamento, transporte urbano, entre outras) e das acentuadas desigualdades sociais, as medidas adotadas em termos de controle de mobilidade, promoção de distanciamento físico, apoio à economia e ao emprego e proteção social foram fragmentadas e insuficientes para dar conta da gravidade dos efeitos da crise multidimensional associada à pandemia de Covid-19. Acrescentem-se as mensagens conflitantes por parte de autoridades públicas e a insuficiência de estratégias de comunicação e de apoio aos diferentes grupos sociais para a adoção de medidas como o uso de máscaras. Estabeleceu-se um círculo vicioso que dificultou o controle da pandemia, levando ao seu prolongamento no tempo, com longos períodos de sobrecarga do sistema de saúde, e a elevados patamares de incidência da doença e mortalidade. (FREITAS; PEREIRA; MACHADO, 2022, p.311-312).

¹⁵ A pandemia de COVID-19 e respectivas medidas de isolamento social apresentam justificativas exaustivas para a predisposição do teletrabalho, embora seu molde no INSS é anterior à pandemia, especialmente, ante a ausência de concursos públicos. Trabalhadores e trabalhadoras do setor administrativo da PS foram inseridos no sistema de teletrabalho para a análise de benefícios, com determinações da sua ocorrência definitiva após a pandemia. (SOUZA, 2021, p.14)

mudanças provocadas pela aprovação da contrarreforma da PS ocorrida em 2019 e pela revisão frequente dos benefícios previdenciários (Souza; Anunciação, 2020). Essas medidas impactam diretamente o acesso ao direito e o processo de trabalho na PS, que vem intensificando os mecanismos de análises e controle das solicitações de benefícios, dos documentos exigidos, em um contexto marcado pela ausência de concurso público e de quadro reduzido de funcionários e funcionárias, tendencialmente intensifica-se o trabalho a tal ponto de gerar o mal-estar no trabalho. (SOUZA, 2021, p.14).

A Política de Assistência Social também se insere no processo de atendimento por TICS, com o fechamento dos CRAS para atendimento presencial em 2020. A Portaria Nº 54, de 1º de ABRIL de 2020 do Ministério da Cidadania traz recomendações aos gestores e trabalhadores do SUAS para a atuação durante o período pandêmico, trazendo a perspectiva do trabalho remoto, suspensão temporária de atividades não essenciais e revezamento de jornada de trabalho¹⁶.

Neste período amplia-se o público dentro dos critérios para o acesso à política de assistência social, aumentando a demanda reprimida. No Distrito Federal, o Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF publicou que

Um total de 493.872 pessoas (quase meio milhão de pessoas!) encontram-se cadastradas na assistência social. Outros 248 estão em cadastramento. Se somarmos aos 1.014.151 que foram excluídos do cadastro, por razões diversas, inclusive porque não fizeram atualização cadastral, temos mais de um milhão e meio de pessoas que foram atendidas na assistência social, em algum momento. Isso significa quase 50% da população do Distrito Federal. (SINDSASC GDF, 2021).

Com o gradual retorno do trabalho presencial, no DF, em abril/maio de 2021, a Assistência Social passa por mudanças no público atendido com a inserção de parte da população trabalhadora que perderam seus postos de trabalho. Esta realidade é constatada em pesquisa com o Auxílio Emergencial, o benefício implementado pelo governo federal, após muitas manifestações sociais, que transferiu renda à população que ficou sem acesso ao trabalho em consequência da pandemia e das medidas de contenção do vírus.

Ao analisarmos a implementação do Auxílio Emergencial no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19, foi possível perceber como o aumento do número de fechamentos de postos de trabalho tem sido proporcional ao aumento do acesso ao benefício. Essa situação tem ratificado as precárias condições de trabalho e, sobretudo, de vida da população brasileira. (LEAL;PANDOLFI;BRAGA; BARBOSA;BORGES, 2022, p 322-323).

Inserido na dinâmica internacional do capitalismo mundial como periférico e dependente, o Brasil constituiu uma classe trabalhadora bastante heterogênea. Assim, quanto à situação de trabalho, mas também de acesso material dessa classe, destacamos as importantes desigualdades de gênero e raça em seu interior, sendo que

¹⁶ A decisão sobre a adoção de regime de jornada em turnos de revezamento, a permissão para trabalho remoto, a suspensão temporária ou a manutenção de atividades dos serviços deve ser local, viabilizando, contudo, a oferta dos serviços e atividades essenciais e a adequação das atividades às recomendações sanitárias para assegurar a proteção de trabalhadores e usuários (BRASIL, 2020, p.3);

as mulheres negras são as que se inserem nos mais precários postos de trabalho. (Idem, p.323).

Os benefícios de transferência de renda e a Política de Assistência Social, assim, estão cada vez mais reforçados pela gestão do Estado como forma de enfrentamento das desigualdades sociais. Boschetti (2016, p.26) afirma que "[...]a expansão da assistência social em todo o mundo é proporcional à corrosão dos direitos do trabalho, dos direitos sociais de modo geral e do aumento da pauperização da classe trabalhadora". Portanto, o Estado tem expropriado com mais intensidade a classe trabalhadora e em contrapartida, para a reprodução da mesma diante a pauperização e empobrecimento, investe na Assistência Social. "Ou seja, cresce a assistência social como estratégia de superação da pobreza na mesma medida em que se agudizam as expressões da questão social" (BOSCHETTI, 2016, p.26). O cenário pandêmico aprofundou gravemente este cenário.

A pandemia demonstrou a profunda desigualdade social, racial, sexual e territorial no Brasil. Os brancos¹⁷ que trouxeram a doença tiveram atendimento com os melhores equipamentos da saúde pública, enquanto a primeira pessoa a falecer foi uma mulher negra, doméstica, sem recursos para o tratamento. Diante da calamidade pública, o Estado mostrou a sua pior perspectiva, promovendo ações genocidas¹⁸ e absurdas que fizeram a população sofrer e morrer por interesse político, ideológico e lucrativo.

Durante esse período iniciei a atuação na política de Assistência Social. Em 2021, o atendimento à população era remoto. Nossa única resposta a toda essa tragédia foi a concessão de benefícios eventuais como o auxílio vulnerabilidade social temporária (408, reais) e auxílio calamidade pública (408 reais). A fila para atendimento passou a ser online e de tamanho irreal para a realidade dos CRAS do Distrito Federal. As questões de fortalecimentos de vínculos, violação de direitos ficaram extremamente prejudicadas.

Em 2022, com a mudança do Programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil, há aumento do valor no benefício continuado, contudo a precária e incoerente legislação não conta a composição familiar e cria regras irreais para benefícios complementares, baseado

17

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>

18

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/07/28/interna_politica.1526312/governo-bolsonaro-escondeu-projecoes-de-casos-e-mortes-na-pandemia.shtml
<https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-ignorou-avisos-de-abin-e-do-gsi-sobre-colapso-na-pandemia/>
<https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/03/10/pandemia-negacionismo-e-falta-de-incentivo-baixa-vacinacao-contraria-a-polio-se-agrava-no-brasil-apos-covid.ghtml>

no “esforço individual”¹⁹. O governo Bolsonaro desestruturou um programa de anos para utilizar de ferramenta para as eleições. Pós Bolsonaro, em 2023, o país está atuando em um "boom" de cadastro único de famílias unipessoais que prejudicaram o Censo do IBGE, havendo uma incorreta informação sobre os núcleos familiares²⁰.

Este primeiro capítulo teve a intenção de resgatar brevemente a historicidade brasileira para a compreensão do racismo como estrutura da modernidade. Foi debatido sobre diáspora, formação do Estado Nação e a condição da população negra durante esse processo.

Destaca-se que o projeto eugenista de construção de uma nação majoritariamente branca e colonial não ocorreu sem movimentos e/ou resistência negra, mostrando brevemente, movimentos de resistência, luta, combates e associações fundamentais para a cultura, conhecimento, ideologia e políticas públicas. O movimento negro se fortalece e ganha espaço na agenda pública com vários desafios e combates.

Neste último item, buscou-se mostrar como o Serviço Social e Política de Assistência Social são criados a partir do conservadorismo e eugenia com graves repercussões para controle e repressão do povo não branco. Foi feita uma explanação geral sobre a política social, chegando à sua atual realidade em 2023.

Nesta dissertação, acredita-se que a política pública de Assistência Social precisa aprofundar em pesquisas e estudos que abordem a desigualdade racial e de gênero para a compreensão das circunstâncias perpassadas pelo público atendido, sobretudo as mulheres negras que se encontram na em maior quantitativo em condição de pobreza.

Para tanto, será aprofundado as críticas da política social no terceiro capítulo com a

¹⁹ Art. 5º Além dos benefícios financeiros previstos no art. 4º desta Lei, compõem o Programa Auxílio Brasil os seguintes incentivos ao esforço individual e à emancipação: (Revogado pela Medida Provisória nº 1.164, de 2023) (Revogado pela Lei nº 14.601, de 2023)

I - o Auxílio Esporte Escolar; (Revogado pela Medida Provisória nº 1.164, de 2023) (Revogado pela Lei nº 14.601, de 2023); II - a Bolsa de Iniciação Científica Júnior; (Revogado pela Medida Provisória nº 1.164, de 2023) (Revogado pela Lei nº 14.601, de 2023); III - o Auxílio Criança Cidadã; (Revogado pela Medida Provisória nº 1.164, de 2023) (Revogado pela Lei nº 14.601, de 2023); IV - o Auxílio Inclusão Produtiva Rural; (Revogado pela Medida Provisória nº 1.164, de 2023) (Revogado pela Lei nº 14.601, de 2023); V - o Auxílio Inclusão Produtiva Urbana. (Revogado pela Medida Provisória nº 1.164, de 2023) (Revogado pela Lei nº 14.601, de 2023);

²⁰ Entra em curso o processo de Averiguação Cadastral das Famílias Unipessoais que tiveram cadastros incluídos ou atualizados, no Cadastro Único, entre novembro de 2021 a outubro de 2022, com renda familiar por pessoa de até meio salário-mínimo. [...] A Averiguação Cadastral de composição familiar será feita pelos municípios até dezembro. O objetivo central é checar os arranjos unipessoais, que tiveram um aumento fora da curva e vínculo com a dinâmica demográfica das famílias brasileiras entre o final de 2021 e os últimos meses de 2022. No total, serão analisados 8,2 milhões de registros, sendo cinco milhões deles de beneficiários do Bolsa Família. (BRASIL, 2022).

análise do pensamento das pesquisadoras negras na área. É preciso ressaltar aos trabalhadores, às trabalhadoras e à gestão que o conhecimento sobre desigualdade de classe não é suficiente para compreensão da realidade brasileira e da atuação e implementação da Assistência Social. Assim, é defendido a divulgação do conhecimento de autoras não brancas que tratam das questões raciais, gênero, classe e sexualidade em conjunto.

CAPÍTULO 2 - PATRIARCADO, RAÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O entendimento da situação das mulheres negras no Brasil para se pensar na execução e gestão de políticas sociais precisa se basear no conhecimento produzido por intelectuais negras que contextualizam sua realidade, a partir de uma intersecção de estruturas de opressão como raça, patriarcado e classe. Este capítulo, portanto, traz, com base no feminismo negro e movimento de mulheres negras, a contextualização da desigualdade social a partir da interseccionalidade, em que as mulheres negras, pela união de estruturas, são expostas a situações mais complexas e graves. Contudo, também é ressaltado a força, a potência e a resistência delas para a modificação dessa sociedade racista, sexista e classista.

2.1 Feminismo Negro: a interseccionalidade em questão

Neste item pretendo contribuir com o debate sobre gênero, raça e classe, a partir do pensamento e das obras de mulheres negras, com sua crítica ao patriarcado, racismo, classismo, homofobia, entre outras discriminações que complexificam a violência sofrida por pessoas não brancas e mulheres.

A crítica à sociedade patriarcal, racista e classista foi realizada por mulheres negras que sabiamente compreenderam, por vivência e intelectualidade, o impacto dessas questões na vida de mulheres não brancas. Contudo, não somente mulheres negras escrevem sobre esse debate, e elas possuem diversidade de pensamento, com diferentes abordagens metodológicas sobre a modernidade. Nessa escrita será focado na análise de feministas negras.

Carla Akotirene (2020) escreve livro sobre a interseccionalidade, parte da produção sobre feminismos plurais coordenada por Djamilia Ribeiro. Em sua escrita destaca que este conceito foi criado por feministas negras e, portanto, não podemos utilizá-lo sem referir a essas mulheres. A palavra foi criada pela intelectual negra estadunidense Kimberlé Crenshaw²¹.

Conforme explica Akotirene (2020, p.19), a interseccionalidade "visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos

²¹ Kimberlé Williams Crenshaw é uma intelectual afro-estadunidense. Ela é professora na Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia, especializada em questões de raça e gênero. Defensora dos direitos civis norte-americanos e estudiosa da teoria crítica da raça. Fonte: <https://www.law.columbia.edu/faculty/kimberle-w-crenshaw>.

aparatos coloniais". Este conceito ganhou destaque e críticas tanto da branquitude, como de intelectuais negros/as. Porém, é de importância para compreender a complexidade das desigualdades sociais, sobretudo em países colonizados como o Brasil.

Antes de aprofundar sobre o conceito de Crenshaw, é preciso destacar autoras negras que antes da formulação do termo interseccionalidade, já realizavam a correlação entre as categorias e são bases para o debate. Trata-se de Gonzalez (2018)²² e Davis (2016).

Gonzalez (2018) traz importante reflexão para compreensão da situação da mulher negra no Brasil. A mulher negra é tratada a partir da subalternização imposta pela branquitude, desde o tráfico negreiro e a escravatura. As mulheres negras sempre foram colocadas no papel de servir pelo trabalho doméstico, do cuidado e do trabalho braçal.

Na escravatura havia a utilização da palavra "mucama" para se referir às mulheres negras que prestavam serviços domésticos e sofriam vários tipos de violência dentro da casa grande, sobretudo a sexual. Essa violência se propaga na figura da "mulata". "Mulata"²³ é termo racista imposto às mulheres negras pela miscigenação violenta (abuso sexual) do branco com o negro. O prefixo de mulata, "mula", se refere ao cruzamento do cavalo com a égua, e assim foi utilizado em tom pejorativo para subalternizar a mulher negra.

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. (GONZALEZ, 2018, p.44)

Gonzalez explica que a mulher negra é vista, a depender da situação como doméstica, mulata e mãe preta. A autora argumenta sobre o contexto histórico em que mulheres negras escravizadas eram submetidas a serviços domésticos e a violência sexual, o que atualmente se reflete no trabalho doméstico, hipersexualização e responsabilização pela maternidade tanto de seus filhos, como de pessoas brancas como "babás". A "mulata" quando não é objetificada sexualmente e glorificada no carnaval, é "relegada" ao trabalho doméstico.

De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação "profissional": doméstica e mulata. A profissão de "mulata" é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de "mercado de trabalho". Atualmente, o significante mulata não nos remete

²² Gonzalez possui relevante contribuição teórico e política na luta de mulheres e do povo negro. Ela escreve textos sobre a situação da mulher negra e debate sobre um feminismo afrolatinoamericano. Dessa forma, analiso a autora dentro da proposta do feminismo negro, apesar de haver divergências sobre a identificação dela como feminista.

²³ Gonzalez (2018) usa o termo "mulata" em seus textos em tom crítico.

apenas ao significado tradicionalmente aceito (filha de mestiça de preto/a com branca/o), mas a um outro, mais moderno: "produto de exportação". A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupas possíveis), através do "rebolado", para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetivos sexuais, mas como provas concretas da "democracia racial"; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista: "preta pra cozinhar/mulata pra fornicar/ e branca pra casar. (GONZALEZ, 2018, p.45-46).

Gonzalez traz essa questão da mulata se referindo, principalmente, ao carnaval, em que a mulher negra passa da invisibilidade do trabalho doméstico para ter admiração e exploração de seu corpo na festividade, a qual foi utilizada pela branquitude para a manipulação e exploração sexual dessas mulheres. Dessa forma, reforça-se a questão da sexualidade da mulher negra que a coloca em risco social e vulnerabilidade.

Essa exploração da sexualidade das mulheres negras pelos homens brancos, produziu “[...] uma iconografia de corpos de negras que insistia em apresentá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todas a ideia de que as negras eram só corpo, sem mente”. (CARNEIRO, F., 2006, p. 37-38). Dessa forma, a masculinidade branca buscou “justificar” o estupro com esteriótipos racistas, com graves consequência para a reprodução da violência com as mulheres negras.

Em continuidade ao pensamento de Gonzalez (2018), ela argumenta que após esse período de exaltação da mulher negra no carnaval, essa mesma mulher volta aos serviços domésticos e/ou outros trabalhos precarizados e de baixa remuneração, ressaltando como a opressão da mulher negra é ampliada por unir o racismo, sexismo e o classicismo.

Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da "inferioridade" que lhe seriam peculiares. É tudo isto acrescido da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. [...] Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (refúgios) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de "servente" (que se atente para as significações que tal significante nos remete). (GONZALEZ, 2018, p.44-45)

A mulher negra além de enfrentar o abuso/exploração sexual, estereótipos racistas e trabalhos precários, ainda enfrenta a solidão e sobrecarga de tarefas, em que precisa trabalhar, cuidar de seus afazeres domésticos e de sua família. Esse contexto agrava-se pela violência e genocídio do Estado penal racista, que faz elas perderem vínculos familiares e/ou sofrerem com o abandono, tendo que carregar todo o peso de sobreviver, cuidar e trabalhar sozinha. Isso é uma verdadeira carga psíquica e física exaustiva e adoecedora.

A autora também destaca o papel da mãe preta, que é considerada, pela branquitude, como um exemplo de dedicação e amor, pois “sua tarefa” é criar crianças brancas. Gonzalez (2018) ao falar da mãe preta, destaca sua importância e critica aqueles que pensam sua submissão aos "senhores". A mãe preta é uma mãe, a qual muito sabiamente "[...] passou todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira". (GONZALEZ, 2018, p.205). A partir dessa figura foram interiorizados na sociedade brasileira elementos culturais negros, como os aspectos linguísticos.

Essa interpretação da autora trata sobre as bases do racismo e sexismo nas vidas das mulheres negras que estão tanto no âmbito no serviço tratado como femininos, como o doméstico e o cuidado, quanto o racismo a partir da desvalorização do trabalho e intelectualidade dessas mulheres, como a hipersexualização e violência.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, "mãos brancas" estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALEZ, 2018, p.199).

Essa citação da autora é importante para a compreensão de como ela sempre relacionou a questão de classe, raça e gênero, como também a análise da violência perpetrada por homens negros, os quais também são tratados pela hipersexualização, violência, e criminalização. O estudo sobre a situação da mulher negra requer, também, a investigação sobre o racismo enfrentado pelos homens negros.

Destaca-se, assim, como a interseccionalidade entre raça, gênero e classe impõe à mulher negra pobre uma complexa opressão pela sociedade que faz sua vivência ser extremamente sofrida, por enfrentar diversas desigualdades e ser constantemente silenciada e marginalizada em suas necessidades e dores. Os diversos espaços no cotidiano, como trabalho, família, comunidade, acesso à direitos sociais, movimentos sociais, são objetos dialéticos de luta por pertencer e sofrer discriminações. Essa marginalização da mulher negra é contínua e se transforma e se desenvolve ao longo dos processos históricos.

A discriminação da mulher se desenvolveu ao longo da modernidade. A branquitude brasileira deu continuidade a apropriação do trabalho dessas mulheres no pós abolição a partir de criação do "quarto da empregada doméstica", em que utilizavam a condição de extrema pobreza enfrentada pela maioria das famílias negras para não pagar a força de trabalho, sem qualquer tipo de relação trabalhista, como extensão de precariedade da vida imposta desde o

tráfico atlântico. Essa condição social ainda é realidade, apesar dos avanços obtidos a partir das lutas das mulheres negras e movimento negro, contudo com grandes desafios diante do racismo que se recusa a garantir direitos trabalhistas a elas.

Não surpreende que somente em 1970 as trabalhadoras domésticas começam a poder ter a carteira de trabalho assinada e acesso à previdência social. Apenas em 2013, com a Emenda Constitucional nº 72, que este serviço é equiparado juridicamente aos demais trabalhadores brasileiros (COSTA, 2015). Todavia, houve muitos ataques aos direitos das trabalhadoras com flexibilização das relações de trabalho, sobretudo com o trabalho por diária.

Os resultados práticos obtidos pelas trabalhadoras domésticas ao longo desses últimos 10 anos foram frustrantes. Como se viu nesse trabalho, entre o final de 2013 e o final de 2022, houve aumento expressivo da proporção de profissionais do sexo feminino sem carteira de trabalho assinada e sem proteção previdenciária no setor, além de estagnação dos rendimentos e ampliação das desigualdades raciais na categoria. [...] Adicionalmente, percebeu-se piora da situação de pobreza e extrema pobreza das trabalhadoras domésticas, inclusive de forma mais intensa em relação à totalidade das mulheres ocupadas. Essa tendência ocorreu principalmente no período da pandemia de covid-19, evidenciando os profundos impactos da crise sanitária para as mulheres. Mas como há forte viés de responsabilidade familiar entre as trabalhadoras domésticas no Brasil, muitas das famílias chefiadas por elas se encontram agora em situação de extrema vulnerabilidade econômica. (DIEESE, 2023, p.23).

No capítulo anterior foi visto como o Estado e a branquitude criaram estratégias para a subalternização da população negra, a partir da criminalização de sua cultura, impedimento de acessar lugares de poder e riqueza, violência, miscigenação, imigração europeia e eugenia. Gonzalez (2018) traz que a partir dos estereótipos impostos à negritude pelos brancos, a sociedade brasileira foi naturalizando o racismo pela memória e consciência.

Ela traz esses conceitos a partir da psicanálise, principalmente de Lacan²⁴. Assim, a autora argumenta sobre uma neurose cultural brasileira, de forma que o neurótico oculta a realidade de modo a se privilegiar da situação. "Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento" (GONZALEZ, 2018, p. 200). Portanto, temos que a propagação do racismo precisará sempre reinventar formas de discriminação para dar continuidade a esse privilégio branco.

O racismo se propaga a partir dessa neurose cultural brasileira, que tem culpa e negação. A figura da pessoa negra foi desconstruída pela branquitude, para ser atribuída ao

²⁴ Jacques Marie Émile Lacan nasceu em Paris em 1901. Formou-se em medicina e se especializou em psiquiatria. "Sua obra foi responsável por construir alicerces filosóficos para a psicanálise e transbordou sua influência a outros campos das ciências humanas". (PRADO, 2021).

negativo, de forma a se naturalizar o racismo perpassado. Também é reforçado o ideal de cultura branca, colocando a africanização do Brasil como um atraso. Contudo, quando se fala em que o Brasil criou como cultura, religião, a brasilidade se volta para aspectos da cultura negra, como samba, candomblé e umbanda. Pois, como a autora diz, "o golpe já está dado". A mãe preta, que é a mãe, já passou sua cultura durante o cuidado materno, pela linguagem e costumes. Mesmo com a branquitude tentando se distanciar.

A autora também traz a explicação do racismo a partir de duas diferenças socioculturais básicas que estruturam essa dominação de forma diferentes em países sul americanos, como Brasil e nações mais estratificadas como os Estados Unidos e África do Sul. Ela trata do racismo aberto e disfarçado. O racismo aberto é aquele que considera negro a pessoa descendente. Não há possibilidade de miscigenação, pois afirma-se a necessidade da manutenção da falsa "pureza" de raça. Esse racismo é exposto e uma de suas manifestações foi o Apartheid social²⁵, regime político de segregação racial.

O racismo disfarçado já é aquele que diz não haver racismo. Este romantiza a miscigenação e afirma haver uma democracia racial. É o típico racismo presente na América Latina e o mais eficaz. A autora coloca que quando o racismo é aberto há um movimento com uma força mais combativa para enfrentá-lo, todavia quando é disfarçado seu enfrentamento está mais na resistência.

No Brasil é evidente que se trata de um racismo disfarçado, fruto dessa neurose cultural branca que tenta negar o que é em benefício próprio, contudo se contradiz permanentemente. Lélia aborda que o silenciamento do racismo se deu principalmente no pós-abolição. Muitos países deixaram de utilizar a raça em seus censos demográficos. Isto se remete a eficácia da dominação ideológica da "democracia racial".

Outro fato que mostra a efetividade da negação racial é a supervalorização do eurocentrismo e seu efeito neocolonialista como formas de alienação que são percebidas como liberdade. Como exemplo, temos um discurso popular que o Brasil "evoluiu" devido à colonização europeia. Esse conceito traz a ideia de superioridade de valores europeus aos colonizados. E esta suposição fica marcada no inconsciente psicológico. Conseguindo propagar, assim, por gerações essa mancha racista.

Essa questão racial, portanto, se complexifica quando tratamos da mulher negra que precisa lidar com várias opressões conjuntamente. Na história do feminismo, não é diferente.

²⁵O Brasil é um país segregado, com divisões nítidas de espaços acessados a brancos e não brancos. Contudo, o Estado brasileiro utilizou-se da ideologia da democracia racial para disfarçar esse racismo que é evidente. E esse processo fortalece a dominação e o poder da branquitude.

Essas mulheres negras, que lutam contra o patriarcado, vão ter que lidar com a naturalização e reprodução do racismo dentro do movimento. Mulheres negras são silenciadas e menosprezadas por mulheres brancas pelo não interesse em suas necessidades, omissão da questão racial, desprezo da precariedade da vida de seu povo, disputa de diálogos, não acesso às estruturas de poder, apropriação do trabalho precário, desmobilização política pela conveniência branca com os privilégios raciais e impedimento de participação e ação dentro do movimento.

No movimento negro há também embates a partir da falta de intersecção de gênero, havendo, portanto, reprodução de postura sexista por parte de homens negros. Mulheres negras apresentam dificuldades de debater o impacto do patriarcado dentro do movimento negro, o qual tendeu a favorecer espaço de participação e ação política ao masculino. Essa dualidade evidencia a necessidade de um feminismo afrolatinoamericano. Gonzalez (2018, p.309) aborda que a omissão do debate do racismo no movimento feminista se explica pela "[...] cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista da realidade".

Dessa forma, negar o racismo é ao mesmo tempo enfraquecer a própria luta feminista que também precisa da força dos movimentos negros e indígenas para se propagar. Então, as mulheres negras e indígenas, ao longo da história, passaram a organizar seus movimentos de mulheres, colocando a importância da pauta racial e étnica (GONZALEZ, 2018).

Angela Davis (2016) também ressalta essa interseccionalidade, apesar do termo ter sido posterior a suas obras. Ela traz críticas à falta de conteúdo sobre mulheres negras durante a escravidão e ressalta as opressões por elas perpassadas que diferem do homem negro e da mulher branca.

Em, "Mulheres, Raça e Classe", Davis contextualiza a situação do povo negro e mulheres a partir da escravidão, em que traz a situação dos sujeitos nos diferentes períodos históricos (escravidão e abolição), as lutas sociais e críticas aos movimentos abolicionistas e feministas, ressaltando a situação de tripla discriminação sofrida pela mulher negra.

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida de mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p.17).

A compreensão da atual situação da mulher negra necessita revisitar a historicidade, a partir do período escravocrata, em que as pessoas negras são tratadas como propriedade privada. Homens e mulheres trabalhavam em serviços braçais sem distinção de sexo. A

mulher negra não foi considerada frágil ou sem força física. Ela trabalhava tanto como o homem e ainda cumpria com os serviços domésticos aos brancos e de sua própria família.

Ela precisou enfrentar a destruição de sua família negra pelo regime racista, em que seus companheiros e filhos eram vendidos e/ou assassinados. Dessa maneira, a mulher negra teve que lutar pela sobrevivência de sua família, assumindo o cuidado e o prover. Isso mostra como esse sistema patriarcal e racista se utilizou da mulher negra conforme seus interesses, sobretudo a necessidade de dominação para manutenção do poder.

A autora afirma que "[...] pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias" (DAVIS, 2016, p.17-18). Isto porque a mulher negra é vista em suma como uma trabalhadora, diferente das mulheres brancas que, a partir da ideologia da feminilidade²⁶, são reconhecidas pelo papel de esposa e mãe.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modo cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016, p.19).

A mulher negra historicamente, assim, foi imposta ao trabalho degradante, aos serviços domésticos, ao cuidado familiar e ao abuso sexual e físico. A separação de sua família e companheiros também foram estratégias de punição a essas mulheres que resistiam à exploração e opressão.

A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, "mulher" se tornou sinônimo de "mãe" e "dona de casa", termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p.25).

Essa ideologia da feminilidade marca a modernidade inferiorizando a mulher ao cuidado e serviço doméstico. Contudo, é fundamental destacar que não se trata apenas de uma questão de gênero, mas também racial, visto que há um tipo de mulher que foi simbolizada

²⁶ Davis (2016) destaca que se trata de subproduto da industrialização. Isso porque a mão de obra das trabalhadoras brancas pobres passou a ser substituída pelas máquinas. Isso resultou em uma disseminação do ideal da mulher branca fora do mundo do trabalho produtivo.

como ideal, e ela é branca. A mulher negra não era tratada com inferioridade quando se trata de necessidade de trabalho. Isso não significa que não havia diferenças de tratamento em relação ao homem negro e mulher negra.

A relação de papéis sexuais às pessoas negras era diferente da ideologia branca da feminilidade. Davis destaca como a mulher negra teve um papel central na sobrevivência do seu povo, sendo protagonista de rebeliões, fugas, resistências e embates. Ela também traz, no interior das senzalas, a relação de reciprocidade entre pares.

A questão que se destaca na vida doméstica nas senzalas é a da igualdade sexual. O trabalho que escravas e escravos realizavam para si mesmos, e não para o engrandecimento de seus senhores, era cumprido em termos de igualdade. Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais. (DAVIS, 2016, p.30).

Interessante esse trecho para o debate das relações de gênero e analisar como a discriminação a mulher parte da branquitude. A questão do sexismo sobre as mulheres é uma crítica que ganha notoriedade na contemporaneidade, contudo nesse debate há vasto silenciamento da opressão vivenciada por homens negros e os esteriótipos que lhe foram impostos e negam essa cooperação e união com as mulheres.

Precisamos, portanto, aprofundar a crítica e reconhecer as omissões e reproduções racistas dos movimentos feministas brancos. A perspectiva hegemônica branca feminista historicamente reproduziu o racismo e se colocou em condição de universalidade sobre as demais raça e territórios. Não houve o reconhecimento das variadas necessidades de pessoas não brancas e de regiões subalternas. Assim, esse movimento também agiu de forma injusta e favorável às relações de privilégio. Somente com a crítica de mulheres não brancas e daquelas verdadeiramente antirracistas, foi possível ampliar esse movimento e agregar novos pensamentos de gênero, como o feminismo negro, feminismo marxista e o feminismo decolonial.

Em continuidade ao contexto histórico do capitalismo industrial que instituiu a divisão sexual e racial do trabalho, Davis (2016) traz que, segundo a teoria da feminilidade, a destruição da família pela escravidão coloca um arranjo patriarcal a população escravizada, em que a falta de superioridade do homem provoca um "emaranhado de patologias". A autora critica esse argumento, visto que a destruição é pela própria condição de propriedade, em que os parceiros e filhos das mulheres são vendidos. Havia, em verdade, uma cooperação e resistência entre homens e mulheres negras para sobrevivência desse sistema de opressão.

Davis (2016) apresenta vários movimentos contra a escravidão, a começar pela resistência e fuga do povo negro. Há também o movimento abolicionista em que há participação de pessoas brancas e é destacado o movimento de mulheres brancas que também são oprimidas por homens brancos. As mulheres brancas apresentam posturas racistas no movimento, com comparação do casamento com a condição de escravizado, ou omissão da questão racial dentro do movimento de mulheres.

O movimento de mulheres brancas ganha força com o reforço das teorias da feminilidade impostas pela industrialização. A inferioridade no mercado de trabalho e no âmbito doméstico causam muitos incômodos. "No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência" (DAVIS, 2016, p.45).

A autora traz o período de 1830 como a década de resistência, tanto da população negra em sua condição de escravatura, como das mulheres brancas inferiorizadas. "Em 1831, ano da rebelião de Nat Turner²⁷, nasceu o movimento abolicionista organizado. O início da década também foi de greves e paralisações nas fábricas têxteis do Nordeste do país, operadas em grande parte por mulheres jovens e crianças" (DAVIS, 2016, p.45-46). O movimento abolicionista e de mulheres brancas se unem com controvérsias e reprodução de opressões, contudo não deixam de marcar sua importância histórica.

Em 1833, quando a Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia foi criada, na esteira da convenção de fundação da Sociedade Antiescravagista Estadunidense, o número de mulheres brancas simpatizantes à causa da população negra era suficiente para estabelecer o vínculo entre os dois grupos oprimidos. (DAVIS, 2016, p.47)

Essa união dos movimentos foi fundamental para a resistência tomar mais força. Pessoas negras e mulheres brancas foram e são oprimidos por homens brancos que buscam propagar seu poder. Essa opressão fez o interesse em juntar forças, apesar das contradições. Ressalta-se, conforme DAVIS (2016), que a primeira associação feminina antiescravista foi criada por mulheres negras.

²⁷Nat Turner (Nathaniel Turner, 2 de outubro de 1800 – 11 de novembro de 1831) foi um escravo americano que liderou uma revolta de escravos, a qual resultou em 55 mortes, o número mais elevado a ocorrer durante uma rebelião, antes da deflagração da Guerra Civil, no sul dos Estados Unidos. Seus partidários foram recrutados no condado de Southampton, Virginia. (MOURA, 2019).

Nat se apoiou inicialmente em alguns escravos de confiança. Os rebeldes iam de uma casa a outra, libertando os escravos e matando todos os brancos que encontravam. No final haviam conseguido reunir mais de 50 escravos e negros livres. [...] Até Nat e os rebeldes enfrentarem a resistência por parte de uma milícia branca, eles mataram, ao todo, 55 homens, mulheres e crianças. (MOURA, 2019).

No movimento de mulheres brancas a autora também traz a crítica da falta de compreensão sobre a classe, em que trabalhadores e trabalhadoras também são explorados pelo capitalismo e possuem seus direitos violados.

As líderes do movimento pelos direitos das mulheres não suspeitavam que a escravização da população negra no Sul, a exploração econômica da mão de obra no Norte e a opressão social das mulheres estivessem relacionadas de forma sistemática. No interior do movimento de mulheres, em seus primeiros anos, pouco se discutia sobre a população branca trabalhadora - nem mesmo sobre as mulheres brancas trabalhadoras. Embora muitas mulheres apoiassem a campanha abolicionista, elas não conseguiam integrar sua consciência antiescravagista à análise que faziam da opressão das mulheres. (DAVIS, 2016, p.75).

Apenas com o aumento da participação de mulheres trabalhadoras no movimento, a questão de classe é desenvolvida, sobretudo com mulheres não brancas que sofrem ao mesmo tempo impactos do classicismo, sexismo e racismo. Nesse contexto, Davis (2016) traz historicamente como o movimento operário também foi/é essencial para os demais por trazer a crítica da sociedade capitalista e a exploração intrínseca a esse sistema político econômico.

Em continuidade, Davis (2016) explica que após a abolição da escravatura nos EUA, a inserção da população negra na sociedade “livre” perpassa por variadas formas de violações, como o apartheid social, impedimento ao sufrágio, linchamentos, falta de acesso a políticas públicas, encarceramento, reforço de trabalhos precarizados e domésticos. Dessa forma, a população negra possui luta social pela sua sobrevivência, contudo há vários impedimentos de colocar suas necessidades em pauta em movimentos sociais, como o feminista, diante do racismo.

Portanto, enquanto o movimento de mulheres permite às mulheres brancas rejeitar o trabalho doméstico pela crítica feminista, para as mulheres negras continuam sendo uma de suas únicas fontes de renda visto a marginalização imposta e a necessidade de subsistência. Esse contexto também é próximo da realidade brasileira.

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de "instituição doméstica", e as escravas eram designadas pelo inócuo termo "serviçais domésticas". Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, "serviço doméstico" devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo o tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza. Nas outras regiões, as brancas que trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes européias que, como suas irmãs ex-escravas, eram obrigadas a aceitar qualquer emprego que conseguissem encontrar. (DAVIS, 2016, p.98).

A mudança de estrutura de trabalho não significa liberdade. A abolição ocorreu simultaneamente pela luta do povo negro, movimentos sociais e interesses capitalistas. O trabalho continuou sendo fonte de expropriação e exploração, a partir da sociedade salarial e de geração de valor. A sobrevivência da população negra ocorre a partir da inserção em serviços precários e domésticos, com continuidade da discriminação racial. A branquitude inova suas tecnologias para propagação de sua dominação de raça e poder, com novas estratégias de genocídio e marginalização.

A última década do século XIX foi um momento crítico para o desenvolvimento do racismo moderno - seus principais pilares institucionais e as justificativas ideológicas concomitantes. Foi também um período de expansão imperialista para Filipinas, Haváí, Cuba e Porto Rico. As mesmas forças que tentavam subjugar as populações desses países eram responsáveis pela deterioração da situação da população negra e de toda a classe trabalhadora nos Estados Unidos. O racismo alimentava essas iniciativas imperialistas, ao mesmo tempo que era condicionado pelas estratégias e apoloéticas do imperialismo (DAVIS, 2016, p.123)

Contudo houveram avanços nas lutas sociais, principalmente na união de movimentos sociais pela educação. Educar foi tido como ferramenta para combater a escravização e defender a liberdade. A abolição não significou emancipação e como citado anteriormente, a população negra é marginalizada ao realizar serviços domésticos. A integração do povo negro à sociedade capitalista nunca se realizou por completo. Há muitos desafios pela frente. Porém, a coragem e vontade dos sujeitos conseguiram conquistar muitos progressos, como no caso que a autora destaca sobre a educação.

Com a ajuda de suas aliadas brancas, as mulheres negras tiveram um papel indispensável na criação dessa nova fortaleza. A história da luta das mulheres pela educação nos Estados Unidos alcançou o auge quando as mulheres negras e brancas comandaram juntas, depois da Guerra Civil, a batalha contra o analfabetismo no Sul. A união e a solidariedade entre elas ratificaram e eternizaram uma das promessas mais férteis de nossa história. ((DAVIS, 2016, p.116).

As mulheres negras tiveram amplo papel na libertação de seu povo. No pós-abolição se uniram pela educação mesmo diante das dificuldades pelas ameaças e violência. Elas também organizaram associações.

As experiências de organização das mulheres negras remontam ao período pré-Guerra Civil e, como suas irmãs brancas, elas participavam de sociedades literárias e organizações beneficentes. Seus esforços principais durante aquele período estavam relacionados à causa antiescravagista. Entretanto, ao contrário das mulheres brancas, que também se uniram à campanha abolicionista, as mulheres negras eram motivadas menos por preocupações com a caridade ou por princípios morais gerais do que pelas necessidades palpáveis de sobrevivência do seu povo. Foi em reação à desenfreada onda de linchamentos e ao abuso sexual indiscriminado de mulheres negras que as primeiras associações de mulheres foram estabelecidas (DAVIS, 2016, p.134).

Essa violência, a falta de acesso à educação e a precariedade de vida eram as principais pautas para as mulheres negras que viviam essa realidade, mas não tinham espaço

para debater seus pontos em movimentos feministas brancos. Assim, passaram a se organizar entre si.

No período pós abolição, as pessoas negras enfrentam várias expressões do racismo, como o linchamento e a violência sexual contra as mulheres. Os linchamentos foram meios de genocídio a população negra a fim de legitimar o supremacia branca. Homens, mulheres e crianças eram cruelmente assassinados e utilizava-se o estupro para afirmar o poder do homem branco.

Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos - especialmente com poder econômico - possuiriam um direito incontestável de acesso ao corpo de mulheres negras. [...] A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (DAVIS, 2016, p.180)

Nessa questão da deturpação e violação da sexualidade negra, o racismo em relação criou o mito do estuprador negro para justificar a violência contra a população negra, que influenciou a cultura estadunidense a justificar a discriminação e ataques aos direitos conquistados.

Atrelado a esses linchamentos e as incontáveis barbaridades neles envolvidas, o mito do estuprador negro foi trazido à tona. Seu terrível poder de persuasão só poderia existir no interior do irracional mundo da ideologia racista. Por mais ilógico que seja o mito, não se trata de uma aberração espontânea. Ao contrário, o mito do estuprador negro era uma invenção obviamente política. [...] Antes que os linchamentos pudessem ser consolidados como uma instituição popularmente aceita, entretanto, a barbaridade e o horror que representavam precisavam ser justificados de maneira convincente. Essas foram as circunstâncias que engendraram o mito do estuprador negro - pois a acusação de estupro acabou por se tornar a mais poderosa entre as várias tentativas de legitimar os linchamentos de pessoas negras. A instituição do linchamento, por sua vez, complementada pelos contínuos estupros de mulheres negras, tornou-se um elemento essencial da estratégia de terror racista do pós-guerra. Dessa forma, a brutal exploração da força de trabalho negra estava garantida e, após a traição da Reconstrução, a dominação política do povo negro como um todo estava assegurada (DAVIS, 2016 p.188-189).

A branquitude colonial sempre cria estratégias para justificar sua crueldade e violência a partir de reprodução de estereótipos e ideologia sobre o outro. A deturpação da imagem do povo negro pela mídia é essencial para legitimar o poder branco. Assim, a violência e o terror são respostas para o movimento e luta de pessoas negras contra o sistema que busca explorar essa divisão racial e sexual na sociedade para enriquecimento e supremacia branca. Esse ideologia branca consegue enfraquecer os movimentos sociais, visto que o racismo desfavorece a classe trabalhadora negra e “justificam” a violência aos demais por mitos

racistas. Davis (2016) traz como o povo negro perdeu apoio após grande repercussão do mito do estuprador negro.

A colonização da economia do Sul pelos capitalistas do Norte deu aos linchamentos seu impulso mais vigoroso. Se a população negra, por meio do terror e violência, podia continuar a ser o grupo mais brutalmente explorado no interior das fileiras cada vez maiores da classe trabalhadora, os capitalistas poderiam tirar disso uma dupla vantagem. Lucros extras resultariam da superexploração da força de trabalho negra, e a hostilidade da mão de obra branca contra seus empregadores seria neutralizada. Trabalhadoras brancas e trabalhadores brancos que concordavam com os linchamentos assumiam necessariamente uma postura de solidariedade racial com os homens brancos que eram seus verdadeiros opressores. Tratava-se de um momento crítico na popularização da ideologia racista. (DAVIS, 2016, p.193).

A branquitude, portanto, estimulou o racismo para desmobilizar a luta do povo negro e enfraquecer a união de trabalhadores e trabalhadoras contra o opressor comum. O apoio a violência contra a população negra permitia uma exacerbada exploração da mão de obra, o que, conseqüentemente, impactava os operários e operárias brancas, fortalecendo o capital. Assim como, o sexismo²⁸ traz ataques aos direitos do proletariado. Pois, "A proliferação da violência sexual é a face brutal de uma intensificação generalizada do sexismo, que necessariamente acompanha essa agressão econômica" (DAVIS, 2016, p.202). Mulheres que não lutam por seus direitos, estão mais vulneráveis e passíveis de maior expropriação.

Dessa forma, tanto o racismo, o sexismo e o classismo são opressões que impactam a sociedade, causando desigualdades com objetivo comum, o domínio e poder burguês branco. Há de se notar que quando falamos de pessoas não brancas, sobretudo mulheres, essas opressões se somam, tendo um complexo processo de discriminação. Por isso, se ater às demandas das mulheres negras é bastante importante para estabelecer meios concretos de reivindicações, lutas, movimentos e políticas públicas.

Pensar especificamente na situação da mulher negra, é entender como historicamente ela esteve exposta a mais de um tipo de discriminação simultaneamente. Assim, sofre com a violência sexual por ser mulher, com o linchamento por ser negra e por condições precárias de vida pela pobreza. Assim, não há como analisar a questão de gênero, raça e classe separadamente. É preciso pensar, também, na combinação²⁹ dessas estruturas.

A questão do direito reprodutivo exemplifica essa situação. O controle do corpo feminino tem o aspecto do sexismo que quer controlar a reprodução da vida e o racismo com

²⁸Seguindo o padrão estabelecido pelo racismo, o ataque contra as mulheres espelha a situação de deterioração da mão de obra de minorias étnicas e a crescente influência do racismo no sistema judicial, nas instituições de ensino e na postura de negligência calculada do governo em relação à população negra e a outras minorias étnicas. (DAVIS, 2016, p.202).

²⁹Combinação, encruzilhada, cruzamento e intersecção são palavras próximas de sentido semântico nesse contexto. Porém, o significado de interseccionalidade é mais profundo e requer estudo de pensadoras negras. A intenção desse texto é trazer alguns termos de proximidade semântica para não deixar a palavra "intersecção" repetidas vezes e possibilitar uma leitura mais fluida.

o classicismo que escolhem quais tipos de vida serão protegidas e outras que serão negadas. A mulher branca como "protetora da raça" terá privilégios de acesso a tecnologias e condições de reprodução de vida. Contudo, se forem pobres enfrentam a falta de recursos, mas acessaram minimamente políticas públicas estatais. Quando se trata de mulheres não brancas, haverá um maior controle e políticas que incentivam sua esterilização, sobretudo das mulheres negras pobres.

O controle de natalidade - escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários - é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres. Uma vez que o direito ao controle de natalidade é obviamente uma vantagem para as mulheres de todas as classes e raças, seria de se esperar que mesmo os grupos mais diversos de mulheres tentassem se unir em torno da questão. Na realidade, entretanto, o movimento pelo controle de natalidade raramente foi bem-sucedido em reunir mulheres de diferentes origens sociais, e as líderes do movimento quase nunca divulgaram amplamente as verdadeiras preocupações das mulheres da classe trabalhadora. Além disso, algumas vezes os argumentos desenvolvidos pelas defensoras do controle de natalidade se basearam em premissas flagrantemente racistas. O potencial progressista do controle de natalidade continua sendo indiscutível. Mas, na verdade, o histórico desse movimento deixa muito a desejar no âmbito da contestação do racismo e da exploração de classe. (DAVIS, 2016, p.205).

O controle do corpo feminino, portanto, não se trata apenas do poder entre homem e mulher, mas também sobre qual raça e classe interessa ser reproduzida ou não para o capital. Dentro desse privilégio branco, as mulheres caucasianas se beneficiam em se defender frente às demais, sendo a favor de práticas que condenam para si. Davis (2016, p.217) afirma que nos Estados Unidos, "o potencial progressista do movimento [de controle de natalidade] foi roubado quando passou a defender não o direito individual das pessoas de minorias étnicas ao controle de natalidade, e sim a estratégia racista de controle populacional".

Em síntese, Davis (2016) traz em seu livro o cruzamento entre raça, mulheres e classe. Essas três opressões conjuntas trazem um maior complexidade para a situação das mulheres negras. A compreensão da questão de raça, classe e gênero é fundamental para analisar as relações sociais e o modo que nossa sociedade é estruturada. O estudo dos movimentos sociais mostra o seu cuidado em trazer a luta social de cada segmento, com suas críticas, mas sem minimizar a relevância de cada um.

Racismo, sexismo e classicismo são opressões sociais e cada uma precisa ser reconhecida e combatida. Assim, não adianta defender a classe trabalhadora, sem compreender o sofrimento das pessoas não brancas, mulheres, da homofobia, do capacitismo. Defender a luta social só de um viés é apoiar a própria estrutura capitalista que fragmenta os movimentos para diminuir sua força. É preciso analisar e relacionar cada grupo, como a autora nos traz, para perceber a realidade concreta.

Esse argumento é amplamente defendido por Crenshaw. Ela defende que ao tratar sobre a mulher negra, não há como analisar o racismo e sexismo separadamente, pois nesse caso essas opressões se cruzam resultando em complexo processo de discriminação. Assim, ao tratar da discriminação da mulher no mercado de trabalho, por exemplo, precisa-se estudar tanto o patriarcado que não permite as mulheres chegarem a altos cargos e o racismo que não contrata negras para serviços compostos de maioria branca.

O desafio é incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. Isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. [...] Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas freqüentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade. (CRENSHAW, 2004, p.9)

Gonzalez (2018) e Davis (2016) trazem com profundidade essas diferenças de discriminação. Esse conceito de interseccionalidade de Crenshaw é importante para dar nome a uma análise já realizada por mulheres negras que sempre lutaram para o reconhecimento de suas demandas, contudo foram marginalizadas pelo gênero e raça. Por isso, Akotirene (2020) reforça que falar de interseccionalidade é discutir sobre o feminismo negro.

Esse desafio da interseccionalidade, então, é contemporâneo e enfrenta a marginalização no pensamento dominante branco conservador, como no pensamento crítico marxista, também embranquecido, que privilegia os cânones do conhecimento, reforçando teorias e histórias do eurocentrismo. E, como visto anteriormente, também se faz presente essa perspectiva nos movimentos sociais.

Crenshaw (2004) traz uma análise interessante para pensar no estudo das opressões sociais, que é a questão da subinclusão, a qual "[...] ocorre quando há um problema que é claramente de gênero que não é incluído na agenda geral de gênero pelo fato de afetar apenas um subgrupo de mulheres (CRENSHAW, 2004, p.14). Ela exemplifica com a situação do tráfico humano de mulheres que afetam em maior proporção as não brancas e acaba sendo invisibilizado nos movimentos sociais feministas dominantes de maioria branca. Na verdade, a maior parte das pautas das não brancas são sub-incluídas e por isso que precisamos reforçar a importância desse debate, visto que a falta de discussão leva a omissões aos direitos humanos, feminicídio e genocídio.

Precisamos reconfigurar nossas práticas que contribuem para a invisibilidade interseccional. Isso inclui a integração dos diversos movimentos e inclui a nomeação de uma mulher para chefiar a seção que cuida da discriminação racial e não considerar isso incomum de forma alguma. Essas são medidas que podem ser

tomadas para quebrar a tendência de pensarmos sobre raça e gênero como problemas mutuamente exclusivos. [...]Precisamos identificar especialistas, no nível mais local e básico. Identificar pessoas que efetivamente trabalham com mulheres negras e em prol das mulheres, e que compreendem as influências que afetam suas vidas. Só assim a discriminação interseccional deixará de ser uma causa de desproteção para as mulheres. Só assim as discriminações racial e de gênero serão mais corretamente redirecionadas com o objetivo de garantir soluções mais eficazes. A interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas. (CRENSHAW, 2004, p.15-16)

Atualmente, ainda há muito a ser discutido sobre essa junção de categorias. A falta de conteúdo sobre a situação das mulheres negras ainda é cotidiana. Apesar de haver grandiosas contribuições acadêmicas, como Angela Davis, Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, este conhecimento é pouco difundido academicamente. Essa omissão de conhecimento é um epistemicídio para uma população de maioria negra em diáspora, em que a raça é estrutura de subalternização e opressão.

A academia e profissionais que atuam nas políticas públicas precisam ser alertados da gravidade dessa falta de conhecimento e esforço para tratar a realidade brasileira. Nossa formação histórica nos foi negada e estrategicamente modificada para propagação da ideologia burguesa racista e sexista. Pensadores latinoamericanos são ensinados a introjetar uma subalternização colonialista que diz sermos inferiores por estarmos dentro de um continente de economias emergentes, mas que na verdade foi expropriada e intencionalmente marginalizada.

A nação brasileira, que possui como povo a maioria negra, é reprimida pelo racismo imperialista e colonial, o qual influencia a gestão estatal e econômica, reproduzindo as dominações genocidas utilizadas para expansão dos países de capitalismo cêntrico. O racismo "disfarçado" brasileiro se renova constantemente e em consequência tira muitas vidas, ocasionando muitos sofrimentos cruéis e perdas para nossa diversidade e cultura.

Compreender, então, a interseccionalidade é negar essa dominação colonial que quer apagar nossa grandeza e diversidade. É não aceitar a supremacia branca que reforça a condição de serviçal aos não brancos. Sobre enfrentar as várias violações aos direitos humanos, a violência, a pobreza, a discriminação, as desigualdades em si.

A interseccionalidade está além de uma simples análise de raça, gênero e classe. É, portanto, um cuidado teórico profundo dos cruzamentos dos eixos de opressão para compreender a marginalização dentro e fora das minorias. Nas palavras da autora, trata-se então de "[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (CRENSHAW, 2002, p.177).

Isso significa reconhecer que ao tratar por exemplo de direitos reprodutivos, há o debate sobre o direito ao aborto; a esterilização forçada que ocorre pelo racismo e sexismo; pessoas que menstruam as quais tratam, também, sobre homens trans; acesso aos métodos contraceptivos; violência sexual que impacta mais mulheres não brancas, entre outros debates que perpassa por questões de sexualidade, deficiência, idade, territorialidade, imigração, ou seja, um variedade de situações que trazem complexidade aos temas. Por isso, a autora traz as noções de superinclusão e subinclusão (explicada acima).

A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância. O problema dessa abordagem superinclusiva é que a gama total de problemas, simultaneamente produtos da subordinação de raça e de gênero, escapa de análises efetivas. Por consequência, os esforços no sentido de remediar a condição ou abuso em questão tendem a ser tão anêmicos quanto é a compreensão na qual se apóia a intervenção. (CRENSHAW, 2002, p.174 -175).

Um exemplo é a violência doméstica. A noção da violência a partir da desigualdade de gênero não será suficiente para combater o problema. Reconhecer o patriarcado como eixo que marca a subalternização e inferiorização da mulher sobre o homem é importante, mas não explica a diferenciação racial da questão. Mulheres negras são mais vulneráveis que as brancas e se trata, sobretudo, de racismo. Pois, as mulheres brancas que têm mais acesso a rede de proteção e possuem recursos financeiros e são mais acreditadas em seus relatos de violência. Ao contrário das mulheres negras. Então, compreender o sexismo não é suficiente para a intervenção.

Em outro texto, a autora explica como o estupro é tratado diferencialmente diante da intersecção de raça e gênero, em que as não brancas são menos protegidas e acreditadas pela sistema justiça, principalmente, em crimes intraraciais. O movimento feminista branco afirma o estupro a partir de uma questão de gênero (a tal superinclusão) e impacta a vida das mulheres que possuem questões específicas, como a imigração que faz elas ficarem em relacionamentos abusivos para não serem deportadas. Na questão sobre a violência sexual, ela traz interessante reflexão sobre a falta de intervenção nos abusos interraciais, pela agressão não interferir na pretenciosa "pureza de raça" branca, marginalizando mulheres não brancas.

[...] as mulheres negras não são discriminadas, simplesmente porque os homens brancos podem estuprá-las com pouca sanção e ser punidos menos do que homens negros que estupram mulheres brancas ou porque homens brancos que as estupram não são punidos do mesmo modo que homens brancos que estupram mulheres brancas. As mulheres negras também são discriminadas porque o estupro intraracial de mulheres brancas é tratada mais seriamente do que o estupro intraracial de mulheres negras. Mas a proteção diferencial que as mulheres negras e brancas recebem contra estupro intraracial não é vista como racista porque o estupro

intra racial não envolve uma disputa entre homens negros e brancos. Em outras palavras, a forma como o sistema de justiça criminal trata estupros de mulheres negras por homens negros e estupros de mulheres brancas por homens brancos não é vista como questões de racismo porque homens negros e brancos não estão envolvidos com as mulheres do outro. (CRENSHAW, 2017, n.p)

Por esta razão o desenvolver de variadas políticas públicas acabam não alcançando o seu propósito, como as políticas de proteção a mulheres, em que temos, também, a Assistência Social. A Política de Assistência Social quando afirma que possui como objetivos fortalecer vínculos familiares, trabalhar com situações de violação de direitos e com vínculos rompidos, na conjuntura de responsabilizar as mulheres sobre o cuidado, se trata de uma política voltada ao feminino³⁰. Destaco, principalmente, o trabalho com mulheres que sofrem com a violência doméstica e possuem os CRAS e CREAS como referência de proteção social.

A assistência social por meio de equipe de recursos humanos e gestão trabalham essa questão a depender de sua análise social da realidade. Essa lente pode permitir uma atuação restrita ou ampliada de suas necessidades, pois conhecer a totalidade do objeto depende da capacidade da leitura dos fenômenos diante de questões estruturais, particulares e singular. Portanto, gestores/as e executores/as que fazem o serviço a partir de perspectivas de superinclusão e/ou subinclusão por falta de análise interseccional, partem do pensamento branco eurocêntrico.

É menos provável que a vulnerabilidade interseccional seja identificada onde a análise dominante está estruturada como uma investigação categórica (ou de cima para baixo) sobre como as discriminações colorem nosso mundo social. As consequências interativas do racismo e da discriminação sexual somente serão reveladas se essa abordagem de cima para baixo for reconfigurada de forma a seguir as pistas da discriminação até o ponto onde as práticas de subordinação interagem com, influenciam e são influenciadas por outras formas de subordinação. (CRENSHAW, 2002, p.182).

A falta de associação dos eixos tem graves consequências aos direitos humanos, sobretudo sobre a manutenção e reprodução da vida. O que temos hoje é que a maioria de pesquisadores, políticos atuantes em políticas públicas possuem o pensamento de cima para baixo, não realizando a correta interação entre os eixos, reproduzindo, dessa forma, a estrutura racista e sexista moderna. Contudo, a gravidade não é por eles enfrentada e há a marginalização e silenciamento de opressões a mulheres e não brancos.

São vastos os exemplos dessa relação. Em relação a violência doméstica, ainda é forte a relação sexista de que a mulher fica com o homem porque gosta e não sai dessa relação por falta de vontade. Há críticas ao comportamento, à vestimenta. Porém, destaca-se o julgamento

³⁰Essa questão será aprofundada no capítulo 03.

estereotipado baseado em raça, em que a mulher branca é "pura" e a negra possui "sexualidade aflorada", impactando as intervenções em casos de violência. Isso resulta na falta de intervenção na causa, reproduzindo essa violação³¹.

O reconhecimento e a aceitação desse problema requerem que os protocolos interseccionais focalizem principalmente a análise contextual. Portanto, a atenção à subordinação interseccional exige uma estratégia que valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas. É especialmente importante descobrir como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas mulheres que não estão expostas à mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas. (CRENSHAW, 2002, p.182).

Por isso a importância e urgência da leitura de trabalhos que tratam da interseccionalidade, majoritariamente produzidos por mulheres negras. Elas realizaram essa contextualização, trazendo as especificidades dos contextos que a elas foram expostas. Gonzalez (2018), nos trouxe com riqueza, a situação da mulher negra no Brasil, mostrando como a violência por ela enfrentada foi naturalizada e romantizada para disfarçar o racismo e sexismo que são impostos. Principalmente, aquelas que estão em espaços segregados, em favelas. A cultura brasileira sexualizou a mulher negra como tentativa de justificar a brutalidade da branquitude. Infelizmente, até hoje nós colhemos as gravidades dessa ideologia, com propagação da violência.

Compreender os contextos para uma análise interseccional significa romper com a visão branca e eurocêntrica dos cânones do conhecimento e ter atenção ao que especialistas latinos estão pesquisando sobre nossa própria realidade colonial. O Brasil como país continental e diverso, precisa se ater a vários detalhes que fazem toda a diferença nas particularidades e singularidades da vida das mulheres. São mulheres negras, indígenas, brancas, imigrantes, refugiadas. Cada uma está inserida em contextos raciais, geográficos, culturais, religiosos, sociais e econômicos diversos.

Assim, é preciso formular protocolos especiais de pesquisa, a fim de desenvolver uma base de informação adequada a partir da qual se analisem as consequências específicas da raça e do gênero. Esses protocolos especiais de pesquisa podem envolver especialistas de várias áreas, que desenvolvam métodos de pesquisa capazes de desvendar aspectos-chave da subordinação interseccional. Essa informação poderia, assim, formar a base para um exame mais detalhado dos problemas ou das condições que estruturam as realidades da vida de mulheres marginalizadas. (CRENSHAW, 2002, p.183)

³¹Em suma, as mulheres negras que são estupradas são discriminadas racialmente porque seus estupradores, sejam negros ou brancos, são menos propensos a serem acusados de estupro e, quando acusados e condenados, são menos propensos a receber uma pena de prisão significativa do que os estupradores de mulheres brancas. (CRENSHAW, 2017, n.p).

Essa perspectiva de ação da autora possibilita uma adequação das políticas públicas à realidade das mulheres marginalizadas. A interseccionalidade não será uma resposta a todos os problemas e não está isenta de críticas. Contudo, é um grande passo para a realização de análises mais concretas da realidade para a intervenção nas desigualdades sociais. Essa proposta não colocará fim ao racismo, sexismo e classismo, entretanto, permite pensar em alternativas para a atual situação de desprezo das questões enfrentadas pelas minorias.

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/ com encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido nesse campo discursivo precisa ser apreendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (AKOTIRENE, 2020, p.23)

A análise realizada perspectiva interseccional, relaciona os eixos estruturais de opressão e agrega, também, as relações de sexualidade, religiosidade, deficiência, classe, etnia. Isso porque dentro da intelectualidade negra e movimento negro há uma pluralidade de pensamento que possuem especificidades, as quais não podem ser subincluídas, como nos ensina Crenshaw. Há mulheres negras transexuais, homossexuais, com deficiência, entre outras características que somam ao debate, trazendo diversidade e aprofundamento do conhecimento sobre as discriminações existentes.

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais potencialidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2020, p.43-44)

As identidades não são analisadas fora dos eixos que as estruturam a fim de não haver uma incoerente interpretação de sobreposição de opressões. Pois, é justamente o que a interseccionalidade pretende enfrentar. As estruturas de raça, classe, gênero e sexualidade não são estáveis e se relacionam com outras formas de discriminação, fundamentais para intervenção na marginalização. A branquitude capitalista renova seu potencial de exploração a partir desses eixos, com diferentes meios de subalternização ao longo da história moderna.

A interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos, porém não significa dizer que mulheres negras, vítimas do racismo de feministas brancas e do machismo praticado por homens negros, não exerçam técnicas adultistas, cisheterossexistas e de privilégio acadêmico. (AKOTIRENE, 2020, p.44).

As mulheres negras são um grupo heterogêneo que possuem em comum estruturas subalternizantes, contudo não significa que todas reconheçam essa inferiorização, mesmo que sofram discriminação. Há mulheres negras com condição de classe que podem ou não apoiar as demais, como também heterossexuais que sejam homofóbicas. Por isso, as minorias precisam ser entendidas ao concreto, visto que o abstrato inviabiliza outras questões dentro do grupo social.

Akotirene (2020)³² traz um exemplo disso na questão da microcefalia. Essa grave doença é ocasionada pela má formação da cabeça dos bebês, ficando menor que o esperado. Assim, o cérebro também não cresce e não se desenvolve de forma adequada. A doença é causada pelo Zika vírus que atinge mulheres negras pobres diante do racismo "[...] gerador de pauperização, atendimento público precário, ausência de saneamento, impedindo os mosquitos de picarem trabalhadoras brancas com mesma frequência" (AKOTIRENE, 2020 p.40). Dessa forma, mulheres negras pobres e residentes de áreas segregadas estão mais expostas a violações, às quais precisam de adequada análise para propostas de intervenção.

Desse modo a interseccionalidade proposta pelo feminismo negro possibilita estar mais próximo da realidade concreta e evitar a marginalização de grupos específicos. Longe de abarcar todas as desigualdades, ou mesmo de dar conta de acabar com racismo e sexismo, a interseccionalidade é um meio de proposta a nossa atual, cruel e genocida sociedade colonial.

A partir do feminismo negro e seu movimento foi possível realizar diferentes organizações, eventos, marchas, participação em conferências que foram e são de relevância para avançar a pauta das mulheres negras e mulheres como um todo. No próximo item será debatido sobre os movimentos de mulheres negras e suas conquistas para nossas políticas públicas. Destaca-se que esses movimentos são diversos e se dão desde Diáspora, portanto, com objetivo trazer um pouco dessa historicidade, também foram analisadas as lutas sociais de algumas mulheres negras históricas a fim de evidenciar suas marcas em nosso país e enfrentar a invisibilização a qual foram submetidas.

³²A autora traz em seu texto a disputa do termo "interseccionalidade" que tem sido apropriado sem a devida referência afrocêntrica do feminismo negro. Ela afirma que: O feminismo negro substituído por feminismo interseccional equivale explorar a riqueza intelectual de África e chamar isso de modernidade. [...] Acredito, por identidade política, que devemos mencionar a interseccionalidade como sugestão das feministas negras e não dizer feminismo interseccional, uma vez que este escamoteia o termo negro, bem como o fato de terem sido as feministas negras proponentes da interseccionalidade enquanto metodologia, visando combater multideterminadas discriminações, pautadas inicialmente no binômio raça-gênero. (AKOTIRENE, 2020, p.51-52).

2.2 Movimentos de resistência e reexistência de mulheres negras

Viva aos nossos ancestrais!

Viva Angola, viva o Congo!

Viva à África, riqueza!

E às raízes culturais!

Jarid Arraes³³

2.2.1 Jurema Werneck e a tradição iorubá

O estudo de mulheres negras não pode se limitar às suas dores e processos de subalternização. A sobrevivência e conquista de direitos sociais foram resultados, também, de contínuas lutas e enfrentamentos organizados por essas mulheres. São movimentos que se realizam antes mesmo da Diáspora Negra e vão muito além do feminismo negro. O que pretendo trazer neste item são algumas lutas históricas de mulheres negras que o racismo invisibiliza. Diante do tempo de pesquisa e do objeto de estudo em questão, será trazido de forma simples e sem o aprofundamento que requisita. Contudo, a continuidade de estudo da literatura utilizada deve ser objeto de interesse e investigação futuras.

Início então com artigo de Jurema Werneck³⁴ (2010) sobre alguns movimentos de mulheres negras. Esse texto traz algumas tradições da cultura africana, trazidas a nós a partir da Diáspora Negra. Em sua pesquisa, Werneck destaca a contribuição da tradição iorubá, a qual nos passaram o conhecimento sobre algumas entidades, na qual ela ressalta as femininas, como *Nanã, Iemanjá, Iansã, Oxum e Obá*.

A tradição ioruba – dos povos africanos sub-saarianos, especialmente aqueles que vieram de onde se localizam hoje Benin e Nigéria a partir do século XIII – disponibilizou-nos diferentes exemplos. Não deve ser coincidência estes mitos terem resistido à travessia transatlântica nas condições sub-humanas em que suas portadoras vieram, resistindo ao regime de aniquilamento e terror racial, às investidas do eurocentrismo cristão, à violência patriarcal, sendo preservados (e, é claro, transformados, pois se trata de culturas vivas) na tradição afro-brasileira do século XXI. Cito aqui algumas delas, que tiveram, em diferentes momentos

³³Livro “Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis”, 2020.

³⁴A tese de doutorado (2007) de Werneck, “O Samba Segundo as Ialodês: mulheres negras e a cultura midiática”, traz mais aprofundamento a esse assunto.

da história, diferentes utilidades e pertinências, mas que, a partir da década de 1970, retornaram como idéias – força organizativa das diferentes facções do movimento anti-racista e, principalmente, o anti-racismo feminista das mulheres negras e suas organizações. (WERNECK, 2010, p.11–12)

Em síntese *Nanã* refere-se a mulher idosa, ligada à morte, ao passado e à preservação da tradição. *Iemanjá* é dona das águas do mar, está ligada à parceria entre mulheres, a maternidade e o divórcio (também visto como sagrado). *Iansã*, senhora dos ventos e raios, é guerreira, perigosa e insubordinada. *Oxum* senhora do ouro e riqueza, possui sensualidade e sabedoria da arte. Por fim, *Obá* é especialista em luta corporal, em que sua força só pode ser rivalizada pela astúcia. (WERNECK, 2010)

A conservação da mitologia é fundamental para a existência de um povo. Pelos mitos são guardados ensinamentos filosóficos e simbólicos que revelam a sabedoria da cultura que os cultiva. A propagação da tradição ioruba revela o cuidado que desse povo negro, que foi sequestrado, teve em resguardar sua história e cultura, apesar de toda adversidade e tentativas de extermínio. Werneck (2010) mostra como a africanidade tratou de forma diferente a figura feminina, em que ela representa força, saber, proteção e sabedoria.

Temos também as tradições de origem nos povos bantus (especialmente onde hoje estão Angola e Moçambique), que foram os primeiros povos africanos trazidos à região. Estas propagam também modelos de mulheres fortes, guerreiras, sensuais, muitas delas com os mesmos nomes e atributos das divindades iorubas. Entre as diferenças, destacam-se as novas modalidades de articulação cultural que estabeleceu a partir de intercâmbios com outras culturas marginalizadas, e com as mulheres destas culturas, nas periferias urbanas do país e das áreas rurais. Assim, ao lado das diferentes divindades de origem africana, cultuam também divindades indígenas, entre elas as índias guerreiras (chamadas de caboclas – a uma delas devo meu nome, Jurema), as ciganas, as prostitutas, as que vivem nas ruas. (WERNECK, 2010, p.12)

A religião também é processo de reexistência na Diáspora. Por meio da religiosidade afrocentrada foi possível ressignificar a vida do povo negro e dar força a resistência ao sistema colonial de extermínio. Werneck afirma que a partir da religião foram criadas irmandades negras femininas, como visto no capítulo 01, as quais estabeleceram “[...] condições materiais de subsistência para as mulheres de diferentes etnias africanas e para as afro-brasileiras, bem como propiciaram as articulações necessárias para o confronto ao regime da época, até mesmo para as ações e estratégias políticas de massa, como as revoltas urbanas que antecederam a derrubada do regime (WERNECK, 2010, p.13).

Outra figura de potência histórica trata-se da Ialodê. Ialodê significava um título de liderança feminina que existiu em cidades iorubás pré-coloniais. Também era símbolo de associações públicas de mulheres. (WERNECK, 2010). A autora conta que em território brasileiro, a figura de Ialodê foi preservada pela religiosidade, e foi vinculada ao sagrado.

Ao mesmo tempo, na prática cotidiana não religiosa, ialodê chegou a ser utilizado como um dos atributos de uma importante Ialorixá (sacerdotisa das religiões afro-brasileiras) que viveu no início do século XX na Bahia, no Brasil. Ela, que ficou conhecida como Mãe Senhora, foi uma das principais responsáveis pelas negociações políticas, culturais e sociais que permitiram a manutenção da tradição e da religião de origem ioruba entre nós. Manteve também importantes relações com a África, especialmente com as regiões iorubas. Atualmente, ialodê é termo apropriado pelo movimento social de mulheres negras brasileiras, para nomear organizações e atributos de liderança e representação. (WERNECK, 2010, p.13)

Destaca-se, portanto, a força política de mulheres negras, vinda de África, anteriores à criação do feminismo (WERNECK, 2010). Dessa forma, a compreensão dos movimentos de mulheres precisa se aprofundar para além dos ditames coloniais de gênero, e investigar o quanto essas forças possuem sua origem a partir de africanidade. Um exemplo de corrente de pensamento nesse contexto é o mulherismo africana.

Mulherismo Afrikana é um termo que cunhei e defini em 1987, após quase dois anos debatendo publicamente a importância da auto-nomeação para todas as mulheres de ascendência Afrikana. Seu objetivo principal é criar seus próprios critérios para avaliar as suas realidades, tanto no pensamento como na ação. A primeira parte da cunhagem, Afrikana, identifica o contexto étnico da mulher que está sendo considerada, e essa referência à sua etnia, estabelecendo sua identidade cultural, relacionando-se diretamente com a sua ancestralidade e base terrestre - África. A segunda parte do termo, o Mulherismo, além de nos levar de volta ao rico da feminilidade Afrikana, recorda o poderoso discurso improvisado de Sojourner truth “E não sou eu uma mulher?”, no qual ela luta com as forças alienantes dominantes em sua vida, lutando como sua vida, lutando como Mulher Afrikana, questionando a ideia aceita de feminilidade. Mesmo que ela tenha ido a uma convenção de mulheres brancas em Akron, Ohio, em 1852, para expressar sua opinião sobre o absurdo da subjugação feminina, ela foi forçada a falar primeiro sobre a questão racial, ela foi vaiada e zombada porque ela era negra, não porque ela era uma mulher, já que ela estava entre a comunidade de mulheres. ((HUDSON-WEEMS , 2000, p.22)

Essa corrente de pensamento rompe com o feminismo por acreditar que por sua origem ser ocidental e branca, a agenda sempre está ligada à pauta e demandas de mulheres brancas, deixando as demais em segundo plano e à mercê de seus interesses dominantes. Apesar de dessa pesquisa ser voltada ao feminismo negro, destaco a importância dessas mulheres negras que trazem sua própria epistemologia e rompem com o paradigma de gênero colonialista.

2.2.2 Mulheres quilombolas e guerreiras: resistência e enfrentamento à escravidão

Houve muitas mulheres no período da escravatura que foram força e resistência para o enfrentamento do sistema colonial. Abordaremos de forma breve algumas dessas potências. “É possível encontrar em diferentes relatos sobre os quilombos no Brasil, ainda que de forma indireta, pistas da participação e liderança femininas em diferentes posições de comando, exemplificados pelas figuras de quilombolas como Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula [...]” (WERNECK, 2010, p.14-15).

Dados históricos sobre heroínas negras são difíceis diante do epistemicídio que o povo negro perpassou. Embora haja algumas fontes sobre essas mulheres, não existem certezas sobre os processos. Aqualtune é exemplo dessa inconsistência. O que foi possível resgatar é que tratava-se de uma princesa de origem da República do Congo que foi sequestrada ao Brasil a fim de ser uma escravizada reprodutiva. No Brasil ela conhece sobre o Quilombo de Palmares e consegue realizar fuga.

Aqualtune era uma princesa africana, de um reino do Congo. Foi uma grande guerreira e estrategista e liderou um exército de 10 mil homens para combater uma invasão de seu reino, em 1665. Quando perdeu a guerra, foi escravizada e trazida ao Brasil, onde foi vendida como escrava reprodutora. Grávida, Aqualtune organizou uma fuga para Palmares, onde deu à luz Ganga Zumba e Gana, que mais tarde seriam chefes dos mais importantes mocambos de Palmares, e também Sabina, mãe do grande líder de Palmares, Zumbi. (ARRAES, 2020, p.24)

Aqualtune possui importância de organização política em Palmares, assim como, seus descendentes também marcaram a história posteriormente. Outra liderança feminina que foi relevante para Palmares, é a Acotirene.

A história de Acotirene exemplifica bem essa visão mítica e real do Quilombo dos Palmares. Enquanto mito, era a conselheira de todos os Palmarinos; como fato real, seu nome foi dado a um importante mocambo. Acotirene era um dos Mocambos do Quilombo dos Palmares, instalado no litoral dos Estados de Pernambuco e Alagoas, em homenagem a uma das primeiras mulheres que habitou o Quilombo dos Palmares e que exerceu grande influência na vida dos negros quilombolas. O mito conta que Acotirene chegou à Serra da Barriga – primeiro povoado quilombo – antes de Ganga-Zumba assumir o poder. Ela era a matriarca do Quilombo dos Palmares, exercia a função de Mãe e Conselheira dos primeiros negros refugiados na Cerca Real dos Macacos – Serra da Barriga. [...] O mocambo de Acotirene ficava situado no norte do Quilombo dos Palmares, a 21 léguas do povoado de Porto Calvo, entre os mocambos de Amaro, Damba-banga, Zumbi e Tabocas. Pela situação geográfica, esse mocambo tinha a função agrícola, na organização do Quilombo dos Palmares. (BARROS, 2015, p.19)

Acotirene possuía função organizativa política, em importante liderança para o quilombo. Sua história também não é reconhecida pelo nosso país, entretanto é marco para o povo negro. Mariana Crioula é outra figura heróica entre mulheres quilombolas. No período de 1838, ela “participou da maior revolta de escravos do Rio de Janeiro, liderada pelo Ferreiro

Manuel Congo, que reuniu cerca de quatrocentos negros de fazendas vizinhas” (ARRAES, 2020, p.97). Foi capturada com outros quinze fugitivos e alegou ter sido induzida à fuga. Ela conseguiu sua absolvição junto às demais mulheres. (ARRAES, 2020). A astúcia e coragem de Mariana Crioula apoiou uma fuga histórica de escravizados e ainda possibilitou a absolvição de todas as mulheres.

Dessas figuras heroínas, a mais conhecida é Dandara. Companheira de Zumbi, o guerreiro e posteriormente líder do quilombo de Palmares, ela lutou contra a escravatura e participou da resistência do quilombo. Não há certezas sobre o seu nascimento, que pode ter sido em África ou Brasil. Dandara comete suicídio para não morrer em condição de escravizada (ARRAES, 2020). Atualmente, ela é um dos maiores símbolos nacionais representativos de resistência e luta contra a escravatura. De forma significativa que o dia da consciência negra, 20 de novembro, foi quando seu companheiro Zumbi faleceu.

Em continuidade temos Luísa Mahin. De origem africana, foi escravizada no Brasil. De grande inteligência, sua escrita apoia os movimentos de lutas, fugas e resistência. Sua religião islâmica a permitiu escrever em árabe que assegurava que as mensagens fossem repassadas com segurança. Ela é perseguida e detida. Há apenas suposições sobre o seu paradeiro.

Luísa Mahin foi uma africana vinda da Costa da Mina, onde teria sido uma princesa, vendida depois como escrava. Foi trazida ao Brasil e alforriada em 1812. Viveu como quituteira em Salvador (BA) e deu à luz Luís Gama, importante abolicionista e poeta brasileiro. Luísa era praticante da religião islâmica e repassava bilhetes em seus quitutes, envolvendo-se em muitas rebeliões, como a Revolta dos Malês, em 1835, e a Sabinada, em 1837. [...] Quando descoberta, foi perseguida e fugiu ao Rio de Janeiro (RJ), onde foi detida. Não se sabe se foi levada para Angola, na África, ou se conseguiu fugir. Alguns autores afirmam que ela teria se instalado no Maranhão onde desenvolveu o tambor de crioula. (ARRAES, 2020, p.72)

Além de apoiar os movimentos de resistência, Luísa Mahin nos presenteia com o abolicionista Luís Gama que foi fundamental para a libertação de escravizados no Brasil. Outro princesa sequestrada ao Brasil, trata-se de Zacimba Gaba. Zacimba era princesa na região Angolana e foi escravizada. A inveja de sua posição social a fez ser cruelmente violentada fisicamente e sexualmente. Contudo, mesmo enfrentando atrocidades, sua força e resistência foram maiores, em que planejou o assassinato de seu algoz, levando a uma rebelião e criação de um quilombo para sua existência e a dos seus.

Zacimba Gaba era princesa da nação Cabinda, na região de Angola, mas foi escravizada e levada à região de Sapê do Norte (ES) em 1690. O fato de ser princesa enfureceu o barão da fazenda, que torturava Zacimba e a proibia de sair da casa-grande. Foi então que, com a ajuda de outros escravos, Zacimba começou a envenenar o barão lentamente, durante anos, utilizando um pó preparado com a cabeça moída de uma jararaca, feito às escondidas na senzala. Após a morte do

barão, Zacimba liderou a fuga com outros negros e formou um quilombo. Passou a comandar emboscadas noturnas para libertar escravos dos navios negreiros que vinham ancorar naquela região. (ARRAES, 2020, p.129)

Admirável a força e cautela de Zacimba para conseguir a sua libertação e dos demais escravizados. O apoio e organização dos negros foram as principais armas para a abolição. A união permitiu ter força para grandes mobilizações em todos esses anos. Para finalizar essa seção, será tratado de mais duas mulheres: Na Agontimé e Tereza Benguela.

Na Agontimé foi rainha do reino africano Daomé. Foi vendida ao Brasil no século XVIII. Mudaram seu nome em terra brasileira, passando a chamar Maria Jesuína. (ARRAES, 2020). No maranhão “conseguiu comprar sua liberdade e fundou o Querebentã de Zomadônu, conhecido como Casa das Minas, onde construiu, com ajuda de outras mulheres, altares e templos religiosos” (ARRAES, 2020, p.105). Assim, Na Agontimé deixou relevante religiosidade africana ao Brasil.

Por fim Tereza de Benguela, rainha quilombola, liderou seu povo com organização política e econômica. Sua importância é celebrada anualmente em julho.

Tereza de Benguela viveu no Mato Grosso durante o século XVIII. Após o falecimento de seu marido, José Piolho, chefe do Quilombo do Quariterê, Tereza se tornou uma rainha quilombola. Ela mantinha um sistema de armas com os brancos e comandava toda a administração, economia e política do quilombo, onde também desenvolviam cultura de algodão, dominavam o uso da forja e comercializavam tecidos e alimentos excedentes. Os negros e indígenas sob sua liderança resistiram à escravidão por vinte anos, até 1770, quando o quilombo foi destruído. Em sua homenagem, o dia 25 de julho foi instituído Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. (ARRAES, 2020, p.113)

A partir do livro de ARRAES (2020) busquei trazer algumas heroínas negras pouco conhecidas que resistiram, enfrentaram, lutaram e reexistiram durante o período de escravatura. O objetivo foi evidenciar a não passividade do povo preto, com destaque para as mulheres negras. Antes mesmo da diáspora negra, já havia união, força e companheirismo. Esse povo sequestrado lutou antes de chegar em terras brasileiras.

Possuímos grandiosas heroínas ancestrais que devem nos inspirar e dar fôlego para continuar nossa caminhada. Como afirma Jurema Werneck, nossos passos vêm de longe, e não temos apenas histórias tristes de violações, miséria e sofrimento. O povo negro é uma potência e essas mulheres mostraram sua capacidade de reviver diante de uma crueldade, tortura e aniquilamento.

Hoje, se resistimos e sobrevivemos, precisamos reconhecer e honrar pela coragem dessas figuras históricas que não se permitiram sucumbir, assim como, não deixaram perder sua cultura, religiosidade e tradições. O Estado brasileiro precisa evidenciar que o

desenvolvimento social desse país se fez, também, pela luta de mulheres negras. Assim, antes de desenvolver sobre os movimentos que pautaram as necessidades das mulheres para obter mudanças em políticas públicas, foi revisto como essa luta social sempre esteve presente e as mulheres negras brasileiras possuem grandes referências que são esquecidas.

2.2.3 Movimento de mulheres negras: encontros nacionais, conferências internacionais, marchas e ONGs

As mulheres negras sempre estiveram em movimento. Vimos como suas lutas desde África e Diáspora negra foram fundamentais para a sobrevivência de seu povo. Muitas pesquisas tratam o movimento de mulheres negras a partir do rompimento com o feminismo branco liberal. Há o debate sobre as ondas feministas e o desenvolvimento no movimento. Porém, diante do acúmulo acadêmico desse contexto, não irei trazer essa historicidade.

Iniciei esse capítulo com a perspectiva do feminismo negro, a qual acredito e continuo a me aprofundar, mas também ressalto sobre a diversidade entre as mulheres negras, em que seus movimentos são anteriores ao próprio feminismo, são plurais, e há inúmeras contribuições que não se pautam por ele. Assim, trouxe nos itens anteriores essa (nossa) ancestralidade cheia de riqueza e de pouco conhecimento dentro da política social, sendo portanto, uma forma de as reverenciar.

Neste item trarei, também, algumas mulheres negras que são inspirações para as organizações e lutas, como também a contribuição de movimentos de mulheres negras, em que o feminismo negro é bem presente, para colocar em pauta de políticas públicas e conferências as suas necessidades e de seus povos.

Em fechamento, abordei sobre outras formas de organização de mulheres, feministas ou não, que se somam a essa comunidade que enfrenta o racismo, o sexismo e o classicismo, por meio de ONGs e coletivos. Antes de iniciar, ressalto que a religiosidade, a arte e a cultura também fazem parte do movimento de mulheres negras para a luta social, contudo não haverá tempo hábil para um item específico, visto que há necessidade do cuidado teórico com as pautas.

Há muitas mulheres negras para realizar destaque sobre sua contribuição à sociedade. É uma tarefa difícil selecionar. Contudo, toda mulher negra que se desenvolve, se reconhece e ascende, independente de classe, contribui a todas. Como afirma Angela Davis, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Desse

modo, ressaltando algumas que deveriam ter mais reconhecimento acadêmico e político, como Esperança Garcia, Antonieta Barros, e Laudelina de Campos.

Esperança Garcia é considerada a primeira advogada do Piauí em 2017 e em 2022 a primeira do Brasil, pela carta escrita ao governador da capitania com denúncias dos abusos e torturas que ela e seu filho sofreram. (CONJUR, 2022). Em sua carta, escrita em 1770, ela escreve:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peitada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. (GARCIA, 1770)³⁵

Escrever essa carta foi um ato de coragem, pois era proibido por lei a alfabetização de escravizados. Ela “foi uma mulher negra alfabetizada ilegalmente por padres jesuítas no final do século XVIII” (ARRAES, 2020, p.48). Os mesmos que a escravizaram até a expulsão dos padres jesuítas pelo Marquês de Pombal, em que passou a viver em fazenda de algodões e posteriormente em fazenda administrada pelo governo (ARRAES, 2020). Apenas no século XXI, Esperança Garcia foi reconhecida pelo Estado brasileiro, o que revela o grave desinteresse pela história negra.

ARRAES (2020) traz informações sobre Antonieta de Barros, a primeira mulher negra a ser deputada estadual no Brasil. Atuante política, ela aprendeu a ler e escrever, formou-se (ensino médio) e passou a lecionar. Em 1922, aos 21 anos de idade, ela fundou o Curso Particular Antonieta de Barros que era destinado à alfabetização. Dirigiu essa formação até o ano de sua morte em 1952 (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2023).

Antonieta de Barros foi uma política e jornalista catarinense que lutou contra o racismo e o machismo. Nascida em Florianópolis em 1901, foi eleita para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tornando-se a primeira mulher a assumir cargo de deputada no estado e a primeira deputada estadual negra em todo Brasil. Antonieta atuava como professora, escritora e jornalista. Fundou o jornal *A Semana* entre 1922 e 1927, e ali falava de seus ideais contra a discriminação de gênero e racial. Em 1937, escreveu o livro *Farrapos de ideias*, com o pseudônimo Maria da Ilha. Anualmente, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina concede a Medalha Antonieta Barros a mulheres que combatem a desigualdade de gênero³⁶. (ARRAES, 2020, p.16)

³⁵Carta disponível pelo site da OAB de Pernambuco.

³⁶ E o próprio Estado não reconhece a luta antirracista novamente.

Antonieta é um marco para todas as mulheres brasileiras. Sua dedicação e luta política deu força ao voto feminino no Brasil, atuou contra o racismo em vários campos como a política, mídia, literatura e educação, enfrentando ambientes hostis às mulheres e não brancos. Trata-se de grande referência para nós.

Outra referência na luta de mulheres negras, trata-se da Laudelina de Campos. Em julho de 2023 foi sancionada a Lei Nº 14.635 que inscreveu Laudelina como Heroína da Pátria. Ela fundou o primeiro sindicato de empregadas domésticas no Brasil. Atuou no Partido Comunista Brasileiro e no movimento negro pela Frente Negra Brasileira e Teatro Experimental Negro.

Laudelina de Campos Melo foi defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas. Nascida em Poço de Caldas (MG), em 1904, perdeu o pai e teve de largar os estudos e trabalhar como empregada doméstica ainda criança para cuidar dos cinco irmãos mais novos. Aos dezoito anos, mudou-se para São Paulo, e dois anos depois foi para Santos. Recém-casada, participava junto com o marido da agremiação Saudade de Campinas, um grupo de valorização da cultura negra. Em 1936, Laudelina se filiou ao Partido Comunista Brasileiro e fundou a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos no Brasil. Separou-se do marido em 1938, mas se envolveu cada vez mais com movimentos políticos de esquerda, militando também na Frente Negra Brasileira. Anos depois, mudou-se para Campinas, onde integrou o Movimento Negro de Campinas e protestava contra o racismo. Em 1961, fundou a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, que mais tarde se tornaria o primeiro Sindicato das Empregadas Domésticas. (ARRAES, 2020, p.64)

Essas mulheres negras evidenciam como o povo negro sempre esteve em movimento e possui repertório de luta racial, social, de gênero e classe em sua própria historicidade. Por isso, Sueli Carneiro (2004, p.117) afirma que “o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional”. Assim, a luta de trabalhadores e trabalhadoras dentro da política social precisa reconhecer e se pautar também pela luta do povo negro e mulheres brasileiras e não se reduzir em reprodução dos movimentos sociais brancos europeus e estadunidense.

O movimento de mulheres possui relevância para o avanço de nossa políticas públicas, como afirma Sueli Carneiro:

Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams),

os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. (CARNEIRO, 2004, p.117)

Apesar de haver várias fragilidades na gestão e execução de políticas públicas, a existência atual de órgãos para a proteção de mulheres, direitos humanos, questão racial mostram o avanço conquistado pelas mulheres não brancas e brancas, pessoas racializadas e homossexuais. Foram vários anos de lutas em reuniões, congressos, associações, marchas, conselhos e conferências para chegar no cenário contemporâneo.

As décadas de 1980 e 1990 marcam essa organização histórica, visto que são o período de democratização do país, anos anteriores são de difícil mobilização pela perseguição no período de ditadura militar, mas não significa que inação dos movimentos, visto o exemplo de mulheres negras atuantes anteriormente, e o próprio movimento negro como foi trazido no capítulo 01.

Em 1988, no Brasil, “[...] foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, no qual verificamos a demarcação de um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional” (RIBEIRO, 2008, p.988). A partir dessa década, o movimento de mulheres negras passa a ter organização nacional e internacional, com influência mundial das políticas públicas. O Brasil possui destaque internacional em sua luta social.

Constata-se esse impulso no processo de organização da V Conferência Mundial sobre as Mulheres (China/Beijing, em 1995) e da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (África do Sul/ Durban, em 2001). Isto é apontado em dois dossiês da Revista Estudos Feministas – “Mulheres Negras” (coordenado por Matilde Ribeiro, em 1995) e “III Conferência Mundial contra o Racismo” (coordenado por Luiza Bairos, em 2002). As coordenadoras dos dossiês argumentam que é impossível analisar a condição e/ou organização das mulheres em âmbito mundial sem o reconhecimento da positiva movimentação das mulheres negras no Brasil e na América Latina e no Caribe e das contribuições para as conferências de Beijing e de Durban. (RIBEIRO, 2008, p.988).

Essas conferências permitiram o debate da questão racial no Brasil obter relevante avanço, como a Lei de Cotas raciais nas universidades públicas e concursos públicos e desenvolvimento de políticas públicas ao povo negro. (FERREIRA, Sibelle., 2023). Outro evento que marca esse avanço, trata-se da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, em 1995. “Em ato oficial, por meio da coordenação da Marcha, foi entregue ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, o qual apresentava uma série de

reivindicações visando à inclusão da população negra nas políticas públicas” (RIBEIRO, 2008, p.990). Esse ato conseguiu reunir 30 mil participantes.

Essa marcha ocorreu novamente em 2005, a II Marcha de Zumbi dos Palmares. “Em comum, essas mobilizações tiveram o intuito de apresentar reflexões, críticas e proposições ao Governo Federal para o incremento da política de igualdade racial, demandando a aceleração de medidas para a superação do racismo” (RIBEIRO, 2008, p.990). “Um dos resultados da Marcha também foi a inclusão do tópico sobre população negra no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) em 1996, que demonstrava o compromisso em combater as desigualdades raciais por meio de políticas para a população negra” (FERREIRA, Sibelle., 2023, p.6). Uma dessas marchas foi a política de ação afirmativa, as cotas raciais.

Sibelle Ferreira (2023) também destaca que na Conferência de Viena em 1993, as mulheres negras estiveram presentes, a qual tratou sobre os direitos das mulheres que devem também ser interpretados pela situação das não brancas. “As mulheres estavam, portanto, presentes em toda a trajetória de formação de políticas públicas pelo combate à desigualdade racial no contexto brasileiro ao final dos anos 1990” (FERREIRA, Sibelle., 2023, p.7). As mulheres buscaram pautar suas necessidades nas conferências internacionais, com objetivo de implantar políticas públicas de reparação.

No processo regional pós-Durban, as mulheres expressaram formas específicas de organização. No período de 24 e 25 de julho de 2006, compuseram o Comitê Internacional da Conferência Regional das Américas e realizaram o seminário Diálogo entre as Mulheres das Américas contra o Racismo e todas as Formas de Discriminação; e, em 2008, rerepresentam suas demandas, a partir da Declaração das Mulheres, no Fórum da Sociedade Civil das Américas para Avaliação dos resultados de Durban. (RIBEIRO, 2008, p.999).

O movimento de mulheres negras trouxe força para pautar a questão da saúde, violência doméstica, sexual, desigualdade no mercado de trabalho, falta de infraestrutura, ou seja, a dignidade humana para elas e seu povo. Com esses movimentos foi possível criar secretarias para igualdade racial e de mulheres. Atualmente, 2023, conseguimos o Ministério da Igualdade Racial, após anos de retrocessos durante o governo Bolsonaro. São séculos de luta que mostram que tudo conquistado sempre estará em risco diante das tecnologias da branquitude. “Chegamos aos 120 anos da abolição com experiências efetivas de implementação de políticas públicas e leis buscando responder ao nefasto quadro de discriminação e racismo, no entanto, a realidade é de uma abolição inacabada”(RIBEIRO, 2008, p.1001).

Embora haja muito a ser modificado, o movimento de mulheres negras têm construído inúmeros meios de reexistência. “Instituto Geledés, ONG Criola, Fala Preta, Casa de Cultura

da Mulher Negra, Centro da Mulher de Favela e Periferia, Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Confederação das Mulheres do Brasil, Maria Mulher, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Themis Núcleo de Assessoria e Estudos Jurídicos de Gênero” (FERREIRA, Sibelle., 2023, p.17) são algumas organizações contemporâneas históricas que têm buscado enfrentar o racismo e sexismo em âmbito nacional e internacional e precisam ser evidenciadas em sua competência e relevância para o enfrentamento dessa discrepância social brasileira.

[O] papel das ONGs de mulheres negras no país é como essas organizações traduzem (e transformam) aquelas experiências de conflito (tensões) em estratégias concretas de luta, em ação política. A meu ver, alguns indícios para essa questão podem ser respondidos a partir do que denomino de perspectiva racial de gênero adotada pelas ONGs de mulheres negras. Tal perspectiva tem se revelado como exemplo de como um dado fundamental da realidade de opressão cotidiana (e histórica) das mulheres negras – a intersecção do sexismo e do racismo – foi decodificado e transformado em instrumento de ação política. Em outras palavras, na medida em que as feministas e ativistas negras constataram que a natureza da opressão que elas experienciaram se dava de forma interseccional – ou seja, que elas eram vitimadas pela ação simultânea de sistemas de opressão tais como raça e gênero (e que estes serviam de veículos para outras formas de opressão como classe e sexualidade) –, estas foram capazes de criar uma abordagem que desse conta de ler essa realidade, instrumentalizar a si próprias e ainda mobilizar os ‘outros’ (os homens, a população branca, os médicos, os operadores do direito e da política pública, etc.), que não só não experienciavam a discriminação da mesma forma que elas, mas que também eram produtores e reprodutores de tal opressão. (SANTOS, Sônia., 2009, p.281-282)

A ativista Edilamar da ONG Federação Habitacional do Sol Nascente (FEHSOLNA) me disse, em uma visita técnica do CRAS, que enquanto o governo não vier as favelas, periferias não haverá mudanças. Não devemos esperar que as famílias cheguem às unidades de Assistência Social para mudar a sua realidade, é preciso que o SUAS vá as comunidades, participe de seus eventos culturais e políticos e se somem a esse movimento. As organizações sociais resistem à colonialidade, mostram sua força, apoiando mulheres que não possuem acesso às creches, a trabalhos com vínculos empregatícios, enfrentam a violência doméstica, o sexismo, a fome e a miséria. Esses coletivos permitem a união de forças para o enfrentamento da dura realidade enfrentada por mulheres negras e, portanto, necessitam do devido reconhecimento. Desse modo, ao debater sobre a questão de gênero e o movimento de mulheres negras, foi destacado que houve várias contribuições que se dão desde a diáspora negra, até as associações, coletivos e outras organizações atuais.

2.3 Desigualdades raciais e de gênero: estatísticas atuais e precariedade da política social

Gracyelle Ferreira (2016, p.129) faz importante reflexão sobre a função do CRAS em ser referência de “gestão da rede socioassistencial local, promovendo o diálogo entre as diferentes políticas setoriais e serviços”. O conhecimento territorial para o trabalho com famílias é um passo fundamental para a intervenção social. Compreendendo, então, que se trata de um público majoritário de mulheres, negras, a assistência social precisa entender as particularidades e singularidades que essas mulheres perpassam, assim como, investigar sua historicidade, comunidade, associações, coletivos, religiosidade, cultura, a fim de permitir um atendimento que tenha as dimensões de totalidade, particularidade e singularidade e seja possível fazer mediações dentro da sua realidade social.

É preciso entender, então, como a intersecção entre racismo, sexismo, classismo e sexualidade impactam em seu acesso no mercado de trabalho, na violência, na saúde, nos meios de comunicação, nos vínculos familiares, em síntese em todos os aspectos de sua vida, tendo em vista o histórico de subalternização e marginalização estudados nos itens anteriores. Contudo, também deve ser ressaltado as suas potências e seus movimentos que vem influenciando mudanças nas políticas públicas no Brasil e em âmbito internacional.

A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc), “Políticas Sociais : Acompanhamento e Análise”, exemplifica por estatísticas essa desigualdade de racial e de gênero que a Assistência Social precisa de aprofundar para oferecer uma proteção adequada às famílias que procuram o seu serviço.

No tópico de “Igualdade Racial” a pesquisa do Ipea mostra que o desemprego entre brancos e não brancos sempre teve alta discrepância, contudo após período pandêmico, a situação de disparidade social agravou-se.

A partir de 2015, com a crise econômica e política que se instala no Brasil, as taxas de desemprego voltam a subir e, em 2019, já alcançavam 16,6% das mulheres negras, valor que é mais do que o dobro da taxa encontrada para homens brancos (8,2%).²⁶ A comparação entre população branca e negra mostra uma diferença de quase 5 pontos percentuais (p.p.) a mais para estes últimos (9,6% versus 14,1%). É nesse cenário de elevadas taxas de desemprego que a pandemia da Covid-19 se instala no Brasil, adicionando às crises em curso também uma crise sanitária de proporções inéditas (BRASIL, 2021, p.366).

As estatísticas de desemprego possuem uma tendência em que as mulheres negras estão sempre na pior situação e os homens brancos na melhor. Há, portanto, uma discrepância histórica no acesso delas ao mercado de trabalho.

Outro indicador que ajuda a entender a maior precariedade da inserção dos negros no mercado de trabalho diz respeito à taxa de subutilização da força de trabalho.

Enquanto 28,5% da força de trabalho negra estava subutilizada, em 2019, entre os brancos esse valor era 10 p.p. menor. Na conjunção de gênero e raça, chegamos a um cenário no qual um terço das mulheres negras estava subutilizada, valor que era 20 p.p. menor para a população de homens brancos. Desde 2016, a taxa de subutilização da força de trabalho vem crescendo de forma generalizada. Com a pandemia da Covid-19, esse movimento se intensificou ainda mais, com redução da força de trabalho feminina, por exemplo, para menos de 50% das mulheres em idade ativa. (BRASIL, 2021, p.366-367)

A consequência é inserção em trabalhos precários e busca de sobrevivência a partir da política de Assistência Social em busca dos benefícios de transferência de renda. Essa desigualdade não se trata apenas de não inserção por baixa escolaridade, visto que o racismo coloca a questão da aparência como meio de subvalorizar as mulheres não brancas, reforçam estereótipos racistas para explorar sua força de trabalho exponencialmente, as moradias possuem difícil acesso à locomoção, e perpassam por ciclos geracionais de pobreza e subalternização.

Outro indicador que o Ipea traz sobre a desigualdade no mercado de trabalho é sobre a renda mensal. Nesses dados mostram que avanços em programas sociais de transferência de renda não são suficientes para intervir nessa desigualdade racial. O que mostra que a ausência de estudos de raças pelas políticas sociais as tornam ineficazes. A mudança do cenário em nosso país é complexa e precisa valorizar estudos interseccionais, assim como reconhecer os movimentos e pautas das pessoas não brancas.

Um último indicador, que resume as condições mais precárias do trabalho do povo negro, é o que traz as remunerações médias mensais recebidas pelos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos anos. Depois de uma década e meia de redução das desigualdades de renda (ainda que a ritmo lento), a estabilidade das desigualdades raciais e de gênero neste campo volta a marcar a sociedade brasileira. [Os] negros permanecem recebendo menos de 60% da renda dos brancos – proporções que alcançaram o maior valor (58%) em 2016 e 2019 e o menor valor (55%) em 2017 – e mulheres negras não conseguem chegar nem mesmo a 45% da renda média dos homens brancos – proporções que variaram entre 42% e 44% nos quatro anos aqui analisados. Esta desigualdade é reflexo da presença proporcionalmente maior de negros (e, em particular de mulheres negras), em ocupações informais, precárias, que remuneram mal e de forma instável, com baixa proteção social e menor reconhecimento e valorização social, além da ainda persistente desigualdade educacional existente entre negros e brancos que, a despeito de ter se reduzido ao longo dos anos, segue elevada e produzindo efeitos também no mercado de trabalho. Neste contexto, a pandemia encontrou terreno fértil para ampliar essa sobre-representação dos negros nos postos de maior vulnerabilidade, reduzindo seu acesso a postos de trabalho e à renda de forma geral. (BRASIL, 2021, p.367-368)

Durante e pós pandemia, o povo negro foi majoritariamente afetado. Mulheres negras que realizavam trabalhos domésticos foram dispensadas e por ausência de proteção social estavam em um cenário de grande precariedade e risco de sobrevivência. A assistência social

passa a ser a única alternativa, porém, diante de uma gestão neoliberal e de mínimos sociais, as filas de atendimento não dão conta da quantidade de pessoas, colocando essas mulheres a buscarem cada vez mais a sua subsistência em trabalhos de risco e as deixando em maior empobrecimento.

No Distrito Federal a falta de gestão levou a uma desorganização das filas que passou de digital para presencial. Várias famílias passaram a se arriscar e dormir em frente aos CRAS para garantir um atendimento. Crianças, idosos, pessoas com comorbidades graves em plena calamidade pública dormem no chão frio. Uma mulher acabou falecendo nessa situação, que evidenciou o descaso com a população e desproteção realizada pelo SUAS distrital.

Uma mulher morreu durante a madrugada desta quarta-feira (17) na fila para regularizar o Cadastro Único do governo federal. Era na fila que Janaína Nunes Araújo, de 44 anos, estava nesta terça (16). Quem também estava ali, disse que ela começou a passar mal por volta das 20h, mas não deixou a fila para procurar atendimento médico. Às 4h, Janaína piorou. Quem acompanhou tudo disse que várias pessoas tentaram chamar o Samu, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Sem conseguir uma ambulância do Samu, a companheira de Janaína a levou para o hospital próximo ao Cras. Ela foi encaminhada para a emergência, mas não resistiu e morreu meia hora depois. (JORNAL NACIONAL, 2022)

As famílias que precisam das políticas sociais enfrentam essa precariedade que coloca suas vidas em risco. A gestão neoliberal que reduz o orçamento das políticas sociais e não oferece um serviço digno e de cobertura insuficiente é uma resposta ao povo negro, em que o Estado demonstra a sua escolha em não priorizar das vidas de quem dele necessita. O Ipea nos mostra que o povo negro possui menos acesso ao mercado de trabalho e menor renda, que significa que dependerá de políticas públicas para a sua subsistência. Consequentemente, são as pessoas que mais requisitam os serviços e sofrem com a ausência. O desconhecimento desse contexto também é ser a favor dessa conjuntura.

A pesquisa do Ipea buscou mostrar as desigualdades raciais na pandemia. Contudo, a primeira dificuldade trata-se da falta de dados pelo não preenchimento dos quesitos raça/cor pelos profissionais de saúde, mesmo com “a Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), e a Portaria nº 344/2017, ambas do MS, regulamentem o preenchimento do quesito cor/raça nos formulários dos sistemas de saúde”(BRASIL, 2021, p.371).

Uma das fontes utilizadas foi a notificação de óbitos. “Ao se analisar os indicadores populacionais e de óbito por Covid-19 por faixa etária e cor/raça, há uma sobre-representação de negros em todas as faixas etárias quando se compara a proporção de negros vitimados pela Covid-19 e a sua representação na população” (BRASIL, 2021, p.372). Isso representa que a população negra foi mais exposta ao vírus pelos serviços precarizados, não isolamento social,

pouco acesso ao trabalho remoto, falta de atendimento em saúde, maior risco por possuírem mais comorbidades, habitações precárias, falta de acesso ao saneamento básico, não acesso à medicação. Ou seja, a exposição das consequências do racismo em suas vidas.

Apenas a título de exemplo, dados da PNAD Contínua 2019 mostram que, entre os domicílios chefiados por uma pessoa branca, o abastecimento de água era diário em 93% das vezes, valor que cai para 85% quando se consideram os domicílios chefiados por negros (ou 70% entre os domicílios de chefia negra no Nordeste). Além disso, 1,7% dos domicílios de chefia branca eram considerados como excessivamente adensados, ou seja, existindo mais de três moradores por dormitório. Para os negros, esse valor salta para 4,2% dos domicílios, atingindo 8,6% dos domicílios chefiados por mulheres negras na região Norte. Os domicílios chefiados por negros tinham menor acesso à internet: em 2019, 80% dos domicílios chefiados por pessoas brancas tinham acesso à internet, nos chefiados por pessoas negras esse percentual era de 72,3%. A vida isolada em condições irregulares de oferta de água e comunicação à distância tem sido relatada com muito sofrimento emocional pela população em geral e, com mais intensidade, pela população negra e periférica. Condições precárias de habitação e trabalho fazem com que o distanciamento social e o fique em casa seja um objetivo ainda mais difícil para a população negra. (BRASIL, 2021, p.375-376)

As iniquidades sofridas pela população negra teve uma exacerbação na calamidade pública do Covid 19. O alto risco de contágio somado à precariedade de políticas sociais, ocasionou em expressivo números de mortes, vidas que poderiam ter sido salvas se o Estado tivesse uma gestão adequada na pandemia. Na assistência social, mulheres chefes de famílias que perderam seus postos de trabalho, não conseguem reinserção, aumentando o empobrecimento de suas famílias.

O Ipea traz que a pandemia traz o retorno das altas taxas de pobreza no Brasil, com aumento da fome. Em 2020 o povo negro sofre acentuadamente com a insegurança alimentar. “Entre os brancos, 48,9% apresentaram algum grau de insegurança alimentar, contra 66,8% dos pretos e 67,8% dos pardos. Ou seja, a população negra, além da violência da negativa de emprego aqui ilustrada, também sofre a violência causada pela fome” (BRASIL, 2021, p.395).

Nesse grave cenário há ainda a violência policial e a guerras às drogas que causam extermínio à negritude. No ano de 2021, “ [...] a comunidade do Jacarezinho, o maior quilombo urbano do Rio de Janeiro, sedia a operação policial mais letal da história do Brasil. Um massacre que deixa na favela mais negra do Rio de Janeiro o luto por 29 mortos” (BRASIL, 2021, p.398).

Outro caso noticiado em 2020, foi de “[...] João Pedro, um menino de 12 anos, é baleado pela polícia em operação no município de São Gonçalo. Já em novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira Freitas, homem negro, é espancado até a morte por seguranças de um conhecido supermercado” (BRASIL, 2021,

p.397). A ausência de políticas públicas, subalternização e violência policial são as respostas do Estado racista que causam o genocídio ao povo negro.

A dupla violência que se abate mais fortemente sobre os negros, causada pela sua sobremortalidade pelo vírus e pela maior incidência de fome, infelizmente não termina aí. A essas violências, soma-se também a violência do Estado, seja provocada pelo racismo institucional, seja diretamente pela sua força policial. Assim, se já é grande a vulnerabilidade de negros provocada pelas dificuldades de acesso à saúde, este quadro é ainda pior no ambiente prisional, também com sobre-representação de negros, caracterizado fundamentalmente pela aglomeração e privação de recursos para a higiene e cuidado pessoal. (BRASIL, 2021, p.397)

Os dados da pesquisa do Ipea evidenciam o que mulheres negras e homens negros vem denunciando a anos, os impactos do racismo em suas vidas. No capítulo 01 (um) e capítulo 02 (dois) foi trazido o contexto da questão racial no Brasil e a particularidade das mulheres negras. Explicou-se como foram criadas ideologias para esse cenário exposto pelas estatísticas ser acobertado pelo mito da democracia racial. Antes de estudar especificamente a atuação da Assistência Social, foi preciso contextualizar o país e ressaltar que esse povo sempre lutou contra essas opressões e possuem heróis e heroínas desde a África.

Ressalta-se que a sobrevivência do povo negro se deu a partir de seus movimentos de resistência e reexistência que vem transformando as relações sociais e políticas públicas em âmbito nacional e internacional. Nesse capítulo buscou-se debater a questão de gênero aliada a questão racial e de classe, em que tem-se o destaque para o feminismo negro e a interseccionalidade. Ao tratar sobre o movimento de mulheres negras, buscou trazer uma breve historicidade de figuras femininas a fim de evidenciar que a luta sempre esteve presente e não se iniciou a partir do rompimento com feministas brancas.

Nesse contexto foi compreendido a importância dos movimentos de mulheres negras para o avanço das políticas públicas e avançar pautas fundamentais como o enfrentamento da violência contra a mulher. Por fim, analisou-se algumas estatísticas para debater a realidade do povo negro e as assimetrias raciais que se ampliam durante e pós pandemia, com aumento da insegurança alimentar e desemprego, em que essas famílias vão buscar a Assistência Social para assegurar sua sobrevivência e o entendimento da conjuntura racial e de gênero combinadas serão base para uma adequada intervenção social.

Dentro do impacto da questão racial e de gênero, veremos no próximo capítulo as consequências do sexismo e racismo institucional e interpessoal na Assistência Social, a partir da pesquisa de pensadoras negras na Política Social.

CAPÍTULO 3 - RACISMO E SEXISMO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CRÍTICAS A PARTIR DE PESQUISADORAS NEGRAS

A pesquisa desta dissertação possui como objetivo compreender a questão racial e de gênero na Assistência Social para aprofundamento das categorias na atuação profissional, visto a invisibilização das temáticas pela área. Dessa forma, a partir da qualificação do projeto de pesquisa, foi escolhido realizar uma pesquisa bibliográfica com as autoras negras que debateram sobre essas categorias na Política Social, a fim de evidenciar o estudo de pensadoras negras no âmbito acadêmico.

A pesquisa bibliográfica foi realizada pela plataforma de Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A bibliografia mostrou como esse assunto tem sido tratado recentemente, com dissertações e teses a partir de 2016. Também ressalto que há um número considerável de trabalhos de autoras negras que não têm sido evidenciados na área. Neste trabalho foram selecionadas 06 (seis) dissertações e 1 (uma) tese, a seguir:

- Dissertações:
 - 1) Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Gracyelle Costa Ferreira (2016);
 - 2) Gênero, Assistência e Serviço Social: uma Análise sobre o Trabalho com Famílias Desenvolvido por Assistentes Sociais na Cidade de Salvador-Ba de Eliana Teixeira Dos Santos (2017);
 - 3) [...] Botei uma coragem nas minhas costas: contradições da política de assistência social a partir das trajetórias de vida de mulheres negras usuárias de um CRAS em Salvador de Deise Sousa Dos Santos (2018) ;
 - 4) A questão racial e suas implicações para o Serviço Social no Sistema Único da Assistência Social – SUAS de Meyrieli de Carvalho Silva (2020);
 - 5) Mulheres, políticas sociais e racismo no Brasil: uma análise crítica da Política de Assistência Social contemporânea (2004-2019), de Flavia Azevedo Leite Silva (2021);

- 6) A Questão Étnico-Racial No Sistema Único de Assistência Social (SUAS): O reconhecimento dos quilombos no estado do Rio Grande do Sul de Bruna Ferreira Corrêa (2022);
- Tese:
 - Preta, Preta, Pretinha: o Racismo Institucional no Cotidiano de Crianças e Adolescentes Negras (os) Acolhidas (os) de Marcia Campos Eurico (2018).

A análise dos textos, a partir da pesquisa qualitativa, mostrou algumas questões centrais em todos eles que se tornaram base para a escrita do Capítulo 3 (três). A primeira questão trata-se que a falta de letramento racial e de gênero ocorre pela ausência de conteúdo dentro da formação profissional. Desse modo, a atual dificuldade de compreensão da realidade brasileira tem responsabilidade na colonização do pensamento, que se pauta nos cânones intelectuais, sobretudo europeus, que desvalorizam a pesquisa nacional e de pensadores/as negros/as. Contudo, isso não isenta a busca de renovação teórico-metodológica e técnico-operativa das/os trabalhadoras/es do SUAS.

Analisou-se, também, como as pensadoras obtiveram um foco em pesquisas de campo, com entrevistas a profissionais e famílias. Nas pesquisas de campo, a proteção social básica do SUAS teve mais evidência, com mais pesquisas sobre o CRAS. Contudo, a tese de Eurico (2018) trouxe um debate de extrema relevância do acolhimento institucional.

Todavia, todas as pesquisas trouxeram a crítica ao familismo colocado pela Política de Assistência Social e a visão racista e sexista sobre essas famílias, trazendo a soma de três mitos, o da democracia racial, o da feminilidade e da assistência social (como central na política social). Assim, esse capítulo foi dividido em três partes. A primeira trata brevemente sobre a invisibilização acadêmica e da política social sobre a questão racial.

O segundo item aborda sobre a relação entre a matricialidade familiar e a mulher negra, com análise sobre a reprodução racista e sexista dos estereótipos negativos com as famílias negras, que levam à culpabilização dos indivíduos sobre sua atual situação de vulnerabilidade. Por último, destacam-se as pesquisas de campo realizadas pelas intelectuais, em que elas trazem como o racismo institucional causa desproteção social ao público atendido e expõem às famílias a mais violações de direitos.

3.1. Silenciamento da questão racial e pesquisadoras negras: invisibilização acadêmica e da política social

O avanço das políticas sociais sempre foi movido pela luta social, de vários movimentos políticos, como o movimento negro, os movimentos de mulheres, movimentos sindicais, socialista, comunista, LGBTQIA +, dentre outros em prol dos direitos humanos e sociais. Quando realizo pesquisa para entender sobre a questão racial e de gênero na Assistência Social e encontro bons trabalhos, entretanto, de anos recentes, reflito duas questões, a primeira é a omissão da questão racial e de gênero pelo Serviço Social e demais profissões e a ausência dentro a gestão das políticas sociais e agendas de governo. A segunda é a modificação recente das universidades com as políticas de cotas raciais que, com a inserção de estudantes negras e negros, tem possibilitado haver avanços dos debates raciais, que caminha lentamente para a modificação dentro do Estado, visto a complexidade de pautar raça e gênero na política brasileira.

A compreensão da política de Assistência Social deveria ter como base a questão racial e de gênero, pois trata-se do campo de atuação profissional, visto o histórico de subalternização do povo negro, com peso do cuidado, a matricialidade familiar, à mulher negra. Contudo, nas bibliografias pesquisadas, a maioria de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS tendem reproduzir estereótipos por falta de conhecimento das categorias e reprodução da ideologia neoliberal, colonial e branca.

Fato que também observo empiricamente no meu cotidiano profissional, mesmo por aqueles que se dizem críticos e “antirracistas”, mas não questionam seus privilégios e práticas profissionais enviesadas, como também não realizam leituras de intelectuais negros e negras. Essa ausência de saber possui graves consequências para a população brasileira, como será debatido neste capítulo.

Esse silenciamento, que também é racismo, é bem explicado por Sueli Carneiro (2005), quando trata do epistemicídio, que trata o outro (referindo-se ao não branco) com inferioridade intelectual, desqualifica conhecimentos produzidos por negros/as, não possui estima pelo trabalho negro e age com discriminação nos processos educacionais.

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade européia. O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de “coisa que fala”. (CARNEIRO, 2005, p.99)

A epistemologia branca para se auto afirmar como superior precisa de um imaginário social que cria estereótipos de povos não brancos com objetivo de afirmar uma suposta inferioridade, a qual justificaria uma subordinação à cultura europeia. Assim, realizam-se processos de destituição da humanidade dos “outros” pela violência, destruição da cultura e apropriação de sua intelectualidade, marginalização das relações sociais, com destaque ao campo educacional que marca um controle sobre o saber. “Nesse sentido, colonialismo/racismo se constituíram num aparato global de destruição de corpos, mentes e espíritos. De vinculação e subordinação da sobrevivência cognitiva do dominado aos parâmetros da epistemologia ocidental” (CARNEIRO, 2005, p.101-102).

Assim, a história do epistemicídio em relação aos afro-descendentes é a história do epistemicídio do Brasil, dado o obscurantismo em que o país foi lançado em sua origem. O projeto de dominação que se explicita de maneira extrema sobre os afrodescendentes é filho natural do projeto de dominação do Brasil, um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios (CARNEIRO, 2005, p.104).

No capítulo 01 foi analisado a estruturação do racismo no Brasil pelo poder e privilégios que marcam o Estado brasileiro, em que o povo negro foi alvo de inúmeras atrocidades, contudo a partir de processos de lutas, resistências e reexistências, assim como o movimento de mulheres negras, tratado no capítulo 02. Compreender essa estrutura na política social, em específico na Assistência Social, é investigar como o epistemicídio se encontra no SUAS. Nesse contexto, a ausência acadêmica e nos documentos e orientações do SUAS revelam dominação.

A desvalorização da intelectualidade negra permite que o cenário da Assistência Social atualmente caminhe a passos curtos para preencher as ausências presentes no meio acadêmico como um todo, não apenas no Serviço Social. Assim, tanto na gestão da Assistência Social, como pelos trabalhadores e trabalhadoras, a falta de conhecimento reflete o desinteresse em saber da própria realidade do público atendido e do país, com naturalização da própria barbárie.

FERREIRA (2016) traz que a pioneira em trazer o debate racial ao Serviço Social e Assistência Social foi Elisabete Pinto em seu Trabalho de Conclusão de Curso de 1986. O percurso entre esse trabalho e as pesquisas para essa dissertação é de 30 anos. Ressalto que houveram outras contribuições sobre o debate racial no Serviço Social, contudo as três categorias juntas, raça, gênero e Assistência Social são recentes no campo de Dissertações e Teses. No momento, após as políticas afirmativas e a inserção de estudantes de classe

trabalhadoras e negros/as nas universidades, a produção dessas temáticas têm sido ampliadas, porém não sem embates.

Nesse contexto, ao refletir sobre os principais documentos de referência da Política de Assistência Social terem sido realizados no governo Lula e Dilma, mandatos de 2003 a 2016, como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, a Norma Operacional Básica do SUAS de 2005³⁷, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de 2006 e a Tipificação de Serviços Socioassistenciais de 2009, compreende-se que o debate racial e de gênero para a Política Social ainda estava bastante silenciado academicamente.

Assim, intelectuais da gestão, a partir de suas perspectivas acadêmicas coloniais, vão pautar essas normas, em que o Serviço Social possui referência, e privilegiam uma visão de branquitude que marginalizou questões centrais como raça e gênero. Embora não poder deixar de considerar o avanço legislativo que esses documentos trouxeram ao país, eles são insuficientes e precisam de atualização.

Ferreira (2016) traz como a PNAS (2004) e a NOB SUAS (2005) assentiram de modo tímido as questões raciais e de gênero e ressalta que apesar do reconhecimento do povo negro e mulheres como público alvo da política, não houve um desenvolvimento do assunto.

Ao reconhecer como “possível perfil”, o serviço se volta a trabalhar este público como possibilidade. Não se consubstancia o reconhecimento da população negra e do sexo feminino como majoritária; combinação que conforme visualizamos através de dados estatísticos, já os posiciona em situações iminentes de discriminação e desigualdades (FERREIRA, 2016, p.131).

Essa ausência nas normativas permite um extenso espaço para a ação conforme a subjetividade da equipe técnica. O principal instrumento de trabalho da Assistência Social são suas trabalhadoras e seus trabalhadores. A falta de uma direção mais alinhada dentro das legislações e normativas permite que haja grande discrepância de atuações profissionais dentro do mesmo serviço, visto que dependerá do preparo dos recursos humanos.

Há muitos técnicos, agentes sociais (nível médio), que chegam na política social sem noção da complexidade do serviço que irão executar e a falta de uma adequada capacitação e direcionamento fortalece perspectivas conservadoras e funcionalistas que impactam o desenvolvimento de um trabalho crítico. Isso por que “a pedra fundamental, a desigualdade, foi apenas citada de modo superficial, sem construir a problematização sobre como esta questão se dá no interior da sociedade, e [...] com o público que compõe a maioria dos usuários atendidos pela Assistência Social, as mulheres negras” (FERREIRA, 2016, p.132).

³⁷ Ressalta-se que a NOB SUAS possui nova versão em 2012.

Também especialistas encontram diversas dificuldades e desafios em seu campo profissional, principalmente com a falta de divisão técnica da atribuição profissional de cada área que deveria ser feita pelo conjunto de trabalhadoras e trabalhadores do SUAS. Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Direito, Antropologia atuam com poucas diferenças, a partir da formação profissional, o que gera uma incoerência na execução da política. São propostas teórico-metodológicas diferentes e de relevância que deveriam possuir direcionamento, mas estão ausentes nas normativas que leva a autonomia de descrição de cargos pela administração pública de cada município, estados e Distrito Federal.

Diante da abordagem destes documentos emerge a preocupação quanto à possibilidade do desconhecimento dos profissionais sobre a realidade anteriormente apresentada, que envolve as relações de gênero, étnico-racial, aliadas à condição de classe no bojo da realidade brasileira. Esta ausência de entendimento poderá conduzir os profissionais à “cegueira” de gênero e raça no cotidiano das atividades e desconsideração da realidade a qual os usuários vivenciam. Como brevemente vislumbrou-se os documentos orientadores do serviço CRAS aludem a esta questão de modo a não considerar estas dimensões como centrais no trato com as famílias, distanciando-se ainda da consideração quanto à sua percepção como relações complexas e entrelaçadas, denotando a transversalidade da abordagem de forma perene (FERREIRA, 2016, p.133-134).

No Distrito Federal, por exemplo, Educadores Sociais (qualquer formação) estavam atuando de forma genérica no período pandêmico, com solicitação de benefícios eventuais que precisam de análise da situação de vulnerabilidade temporária diante de questões de risco social, danos e perdas, conforme a Lei Distrital N° 5.165/2013. O questionamento é como qualquer profissional irá realizar uma intervenção adequada sem capacitação ou treinamento e atuação genérica. Como um educador ou educadora física irá encaminhar mulheres que relatam situações graves de violência doméstica. A falta de orientação em normas isenta a gestão de criar critérios de qualificação profissional que permite a omissão de inúmeros casos complexos.

Desse modo, várias questões de racismo e sexismo são omitidas diante da falta de direcionamento pelas normativas, gestão e inação dos próprios profissionais. No item 3.3 será analisada essas situações pelas pesquisas de campo das bibliografias selecionadas. Porém, a título de ilustração, cito algumas cenas que me chamaram atenção no cotidiano de trabalho. A Assistência Social do Distrito Federal está em greve desde outubro de 2023. Na assembleia da categoria, um técnico afirma que quando iniciou seu exercício de trabalho no SUAS, não tinha noção da complexidade do serviço e qualquer preparo para a atuação, e assim, sem capacitação ou gestão, inicia os atendimentos com várias dificuldades de encaminhamentos dos casos.

O não direcionamento revela o quanto há falta de interesse de gestão, principalmente, político, o qual impacta na execução do serviço e entrega às famílias. Apesar da falta de normatização e capacitação não serem as únicas razões para a ineficácia do SUAS, esse desinteresse revela como racismo e sexismo dentro da política, com a população e trabalhadoras e trabalhadores. Isso evidencia que ter uma política social efetiva não é prioridade pela própria despreocupação estatal em oferecer uma proteção social à população pobre e negra, como nos ensina Carneiro (2005), por ser forma de controle pelo biopoder.

A racialidade no Brasil determina que o processo saúde-doença-morte apresente características distintas para cada um dos seus vetores. Assim, branquitude e negritude detêm condicionantes diferenciados quanto ao viver e o morrer. Foucault, ao inscrever o racismo no âmbito do biopoder, esclarece-nos que este, enquanto tecnologia de poder voltada para a preservação da vida de uns e de abandono de outros à exposição da morte, presta-se à determinação sobre o deixar morrer e o deixar viver. Com a máxima do “deixar viver, e deixar morrer” como expressão do biopoder, Foucault delimita a função do racismo que integra o biopoder como elemento legitimador do direito de matar, intrínseco ao poder soberano, que no contexto das sociedades disciplinares será exercido pelo Estado, por ação ou omissão. (CARNEIRO, 2005, p.77)

A política social se insere nesse poder de escolha do Estado, em que ao não priorizar a seguridade social que tem a população negra como o maior público atendido, mostra-se como ele abandonou esse povo e trabalhadores e trabalhadoras, permitindo a concessão de mínimos existenciais, a quem conseguir atendimento, se oferecido, como também explora e adocece profissionais com a precarização dos serviços.

Voltando à questão da falta de direcionamento do SUAS, CORRÊA (2022) faz uma interessante análise sobre os principais documentos da Assistência Social, buscando conteúdos sobre a questão étnico-racial, em que busca analisar as orientações sobre o trabalho com os povos quilombolas. A autora traz com riqueza, o avanço e as faltas dos documentos.

Atualmente a execução dos serviços socioassistenciais segue as orientações descritas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e os princípios, objetivos e diretrizes elencadas na NOB/SUAS 2012. Ademais, outras normativas como a própria Tipificação necessitam de revisões, tendo em vista a premência de contemplarmos um SUAS que leve em consideração o reconhecimento da diversidade étnico-racial, de identidade de gênero, pluralidades, dentre outras questões. (CORRÊA, 2022, p.90)

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e NOB SUAS 2012 são as principais referências para a atuação no SUAS. Assim, como FERREIRA (2016), CORRÊA (2022) destaca que elas tratam do reconhecimento da questão racial, porém não há uma análise aprofundada. Além desses documentos centrais, há também pesquisa de cadernos de orientações técnicas que vão dar continuidade ao processo de direção aos serviços.

Dentre esses cadernos, ressaltam-se as: “Orientações Técnicas do CRAS” (2009); a “Guia de Políticas Sociais Quilombolas” (2009); a “Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas” (2009); as “Orientações Técnicas do CREAS” (2011); as “Orientações Técnicas do PAIF, volume 1” (2012); “Orientações Técnicas do PAIF, volume 2” (2012); o “SUAS sem Racismo: promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social” (2018); “Orientações Técnicas ao Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica” (2019) e por fim há o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) que traz importantes propostas à política social. CORRÊA (2022), analisou cada um deles, para compreender o avanço da Assistência Social sobre a questão étnico-racial, com foco nas comunidades quilombolas, objeto de sua dissertação.

Os documentos do SUAS aqui descritos e analisados ratificam que maior parte do público que acessa a política de assistência social consiste na população negra, assim como os povos quilombolas consistem como público prioritário no SUAS. Ainda se faz necessário avançarmos nas discussões, superando algumas concepções que reproduzem uma perspectiva individualista de atuação como, por exemplo, a ideia de autoestima positiva³⁸ enfatizada no caderno do PAIF. É preciso adensar nas ações de educação permanente e nas construções de documentos do SUAS – em especial, nos cadernos, guias, cartilhas que permitem a consulta pública de trabalhadores/as e demais atores e atrizes do SUAS – metodologias de direcionamento dos processos de trabalho que acolham e reconheçam as demandas ligadas às relações étnico-raciais e as suas repercussões na vida dos/as usuários/as do SUAS e no agravamento da vulnerabilidade social. A partir disso, podemos pensar em ações coletivas propositivas nos territórios de enfrentamento às discriminações e ao racismo. (CORRÊA, 2022, p.119)

Esses documentos tratam-se de orientações, não são taxativos como as normativas das legislações. Portanto, apesar deles ressaltarem a importância da questão racial, o respeito às diferenças, a necessidade de reconhecer as especificidades de cada povo, que são avanços dentro da Assistência Social, não se trata de uma obrigação aos profissionais e gestores, que podem se reduzir às Leis. Por isso, assim como há a necessidade de aprofundar sobre a temática, é preciso ser reforçado como dever, dentro da normatização, com reforço da educação permanente de trabalhadoras e trabalhadores.

CORRÊA (2022) traz que no II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026), há como objetivo estratégico a revisão das normativas para assegurar as diversidades dos públicos e territórios. A autora também destaca que o Plano Decenal possui como um dos desafios, o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero, contudo voltado a intervenções identitárias. Assim, ela afirma que “[...] um desafio voltado para a subjetividade dos indivíduos sociais e ligado à família, apesar constituir dimensões importantes da vida

³⁸ O Caderno de Orientações do PAIF, volume 1, traz esse conceito de autoestima, que consiste em reconhecer o próprio valor no processo de socialização, em uma sociedade hierarquizada. Trata-se de um conceito voltado à psicologia que tende a individualizar as desigualdades. (CORRÊA, 2022).

social, não é suficiente para fomentar ações concretas de combate ao racismo estrutural e institucional[...]” (CORRÊA, 2022, p.89).

Essas normativas e orientações mostram o longo caminho que a Assistência Social precisa avançar como política para se adequar a realidade das famílias brasileiras, como também evidencia que faltam intelectuais negras na gestão e planejamento da política social para de fazer avançar as pautas raciais e de gênero.

Outras questões que demonstram essa invisibilização são os poucos recursos humanos, as faltas de condições de trabalho, a terceirização dos serviços e reforço de um atendimento por números, do que por qualidade.

[...] o Estado social capitalista irá direcionar os limites da política social no capitalismo, principalmente, no âmbito da orientação neoliberal que dissemina o reducionismo e a focalização das políticas sociais, através do contingenciamento, redução e congelamento de recursos para o sistema de proteção social. As precarizações dos serviços, das relações e dos espaços de trabalho também configuram o desmonte das políticas sociais no Estado social capitalista. Esse cenário incide fortemente na política de assistência social, uma vez que vem sendo reduzida as suas fontes de financiamento, bem como essa política vem sendo focalizada em ações e programas pontuais. Mesmo compreendendo os limites da política de assistência social como inscrita na lógica reprodutora do capital, considerasse que o desmonte dessa política desqualifica a amplitude da sua atuação no território e nas relações sociais. (CORRÊA, 2022, p.87)

A redução de investimento social, a focalização e a precarização reforçam uma prática pontual e mínima dentro do SUAS que impacta em intervenções de casos mais complexos como as questões de violações de direitos e perda de vínculos familiares. A fragmentação da Assistência Social a deixa com dificuldade na interlocução intersetorial, entre as proteção social básica e especial, com desafios para um atendimento integral e qualificado.

A falta de estrutura entre CRAS e CREAS, por exemplo, dificulta o estudo de caso e a continuidade de acompanhamento familiar entre as proteções sociais da Assistência Social por falta de profissionais e recursos. Desse modo, as demandas das famílias estão cada vez mais reduzidas a transferência de renda, com os benefícios continuados e eventuais, sem o devido desenvolvimento das demais necessidades.

É a velha ideia de que para o pobre “qualquer coisa serve”, de “política pobre para os pobres”, o que vai ter reflexo nos vínculos de trabalho das profissionais, muitas vezes até por meio da inexistência destes. Das profissionais entrevistadas, a maioria não tinha qualquer tipo de vínculo formal de trabalho (carteira assinada, contrato, etc.), sendo as mesmas remuneradas via ordem de pagamento, apontando para uma flexibilização dos vínculos que gera insegurança e vergonha, pois quando questionadas sobre o vínculo entre elas e o município (empregador), havia uma certa inibição em verbalizar a sua condição, ou seja, para estas profissionais assumirem-se enquanto exploradas é algo vexatório (SANTOS, Eliana., 2017, p.53)

Eliana Santos (2017) traz uma importante reflexão sobre o SUAS, é que muitas trabalhadoras possuem realidades próximas das famílias atendidas. No município de sua pesquisa, cidade de Salvador-BA, as três profissionais entrevistadas não possuíam vínculos empregatícios e baixos salários, de mil e quinhentos reais, valor próximo que algumas famílias recebem atualmente pelo Benefício de Prestação Continuada (1 salário mínimo) ou o próprio Bolsa família que pode chegar mil e trezentos reais, dependendo da composição familiar. Essa precarização leva a ter alta rotatividade de profissionais no CRAS, com não continuidade dos serviços, assim como adoecimento mental e físico das trabalhadoras.

Na maioria dos CRAS visitados (três ao todo), não haviam instrumentos mínimos para a execução do trabalho, inexistindo aparelhos básicos, essenciais à prestação do serviço, tais como telefones, computadores e veículos para a realização das visitas necessárias. [...]A própria estrutura das unidades, bem como a sua localização e identificação não eram das melhores, em alguns, a aparência externa é de um lugar abandonado, representativo da condição da própria política que abriga, que tem como regra ações pontuais e emergenciais (SANTOS, Eliana., 2017, p.53).

Essa falta de condições de trabalho é emblemática e representa a situação da Assistência Social no país e não somente nos CRAS, como nas demais unidades do SUAS. A falta de estrutura é reflexo de uma gestão que marginaliza as necessidades das famílias atendidas e de seus trabalhadores e trabalhadoras.

Esse contexto se agrava com a atual crise do capital, em que a população negra, pobre e mulheres são os que primeiramente serão atingidos pela “[...] intensificação de sua exploração socioeconômica e um fortalecimento de expressões das estruturas racializadas e sexistas da lógica burguesa” (SILVA, Flavia., 2021, p.70). A população negra é exposta a máxima expropriação capitalista com acesso à políticas sociais frágeis, as quais Flavia Silva (2021) debate como gestão da barbárie. “Observa-se o crescimento avassalador do desemprego, da pobreza, da violência nas periferias e favelas e das taxas de feminicídio, do encarceramento, questões estruturais a sociabilidade burguesa que se agudizam nos tempos atuais de barbárie” (SILVA, Flavia., 2021, p.76).

O povo negro é atingido primeiramente com as crises do capital e suas reformas neoliberais para reajustar sua taxa de lucro a custo do sofrimentos e de vidas que são desvalorizadas no sistema colonialista e branco. Isso exemplifica o que Sueli Carneiro (2005) vem trazer sobre o biopoder, essa possibilidade de escolher quem vai ou não sobreviver, e o que Flavia Silva (2021) coloca sobre gestão da barbárie, visto que é sobre esse cenário que a Assistência Social irá intervir.

[...] existem contradições estruturantes à lógica capital-trabalho, relacionadas à questão de gênero, raça, nacionalidade e outros, que os meios de exploração da classe trabalhadora se diversificam e afetam, de forma diferente, cada trabalhador(a). Na realidade brasileira, atravessada por heranças estruturais do colonialismo e da escravidão, parte significativa dos segmentos que constituem a nossa formação de classe trabalhadora é, sobretudo, negra e feminina. (SILVA, Flavia., 2021, p.71)

Isso resulta também na desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais, levando a formas não progressistas, como está sendo a gestão da Assistência Social. Dessa forma, Flavia Silva (2021) discute como essa política social chama essas mulheres negras para co-gestar “a barbárie”, pois são elas a maioria do público atendido e são responsabilizadas pelo cuidado familiar e responsabilizadas por sua atual situação de precariedade.

A ideia de matricialidade sociofamiliar revela, se investigada à luz de nossa sociedade contemporânea e de pesquisas a respeito do passado e legado históricos, (i) a invisibilidade racial ao ignorar que a maior parte das mulheres e famílias atendidas é negra e (ii) a reprodução da naturalização das atividades domésticas e de cuidados às mulheres a partir de uma normatividade de família ideal como burguesa, branca, heteronormativa e cristã. Reproduzindo perspectivas de moralização, responsabilização e culpabilização das famílias, especialmente, das mulheres. (SILVA, Flavia., 2021, p.120)

A alienação profissional frente às questões de raça e gênero são respostas às demandas sociais que coadunam com o genocídio de povos não brancos, por atuar em favor de uma estrutura que responsabiliza as famílias por sua miséria e desresponsabiliza o Estado por sua gestão mínima. Desse modo, ao estudar o que as pesquisadoras negras trazem sobre o racismo e sexismo na política de assistência social, é notado que a omissão das pautas é reproduzir as desigualdades raciais e de gênero. Isso coloca uma dicotomia na proteção social ofertada às famílias, visto que também pode resultar em novas formas de violação de direitos, diante da não compreensão da realidade, do concreto das necessidades e contexto social desses indivíduos. A análise das dissertações e tese a seguir mostram o atraso da política social e como seus profissionais reproduzem a lógica institucional a partir desse processo de alienação.

A pesquisa nos revela uma concordância das autoras em três mitos: o mito da democracia racial, o mito da feminilidade e o mito da Assistência Social, todos presentes na atuação mediação dessa política social com o público atendido. É perceptível que discutir sobre raça é uma luta política e o mito da democracia racial é hegemônico. O Serviço Social tem apresentado avanço nesses debates, contudo ainda há muitas dificuldades. Intelectuais negros/as estão há décadas levantando sua luta contra o racismo dentro da academia e sociedade e a baixa interlocução com esse pensamento demonstra o quanto a invisibilização acadêmica está presente e reproduz a lógica cartesiana nesse espaço.

[...] é fundamental não perder de vista os avanços que o serviço social brasileiro tem realizado no campo do debate racial e da luta antirracista. Numa construção persistente, assistentes sociais organicamente inseridos em espaços de militância como o movimento negro, foram ecoando e incorporando tanto na produção acadêmica quanto no trabalho profissional, uma série de estratégias para pautar o debate, sobretudo por meio de instâncias representativas da categoria, como o CFESS e a ABEPSS. (SILVA, Meyrieli., 2020, p.115-116)

Contudo, destaco que a produção dessa dissertação só foi possível pelo esforço e luta de profissionais, ressalto o Serviço Social, ao enfrentar a branquitude dentro do espaço acadêmico e político. A possibilidade de ter acesso a conteúdos realizados pelo povo negro e não-branco, ter acesso a novas fontes de conhecimentos só foi possível pela resistência e enfrentamento de assistentes sociais que sabem por teoria e empirismo a gravidade da falta de estudos sobre a questão racial em países coloniais e racistas como o Brasil.

Reconhecemos que a partir da década de 2000, diversas produções teóricas se intensificaram no sentido de construir um conjunto de saberes em torno da questão racial e do serviço social, de modo que na atualidade uma série de conteúdos e discussões foram contribuindo para uma análise crítica, e mais uma vez assistentes sociais negras tem sido vanguardas nesse processo. Temos visto que por meio dessas mulheres, que a lacuna relacionada ao reconhecimento do racismo como elemento fundante e estruturante na sociedade, tem dado lugar a profícua produção de saberes com relação à luta antirracista no serviço social. (SILVA, Meyrieli., 2020, p.117)

Há várias produções ricas de assistentes sociais antirracistas para alcançar o avanço que temos hoje, o que deve ter o devido reconhecimento diante da dificuldade que é enfrentar o racismo em um ambiente feito para rebaixar os não-brancos. Dessa maneira, destaco que a utilização de produção de mulheres negras nesta dissertação possui objetivo de evidenciar a riqueza intelectual dessas pesquisadoras; ressaltar a questão racial e de gênero como base para compreensão da sociedade brasileira; analisar as críticas sobre o Serviço Social e Assistência Social visto que o surgimento da profissão e política social caminharam juntos e contribuir com textos antirracistas dentro da academia.

No próximo item, será analisada especificamente a situação da mulher negra e a matricialidade do SUAS de forma a compreender sua realidade social e as ausências dentro da Assistência Social, frente às necessidades que elas apresentam, a partir da questão racial e de gênero.

3.2 Mulher Negra e matricialidade familiar do SUAS: familismo, racismo e sexismo

As intelectuais negras dessa pesquisa ressaltam o tratamento para com as famílias negras pelo estado colonial e racista. É ressaltado a forma que a branquitude criou e

repercutiu estereótipos sobre esses sujeitos como meio de controle e repressão. A assistência social também faz parte desse lugar e reproduz essa lógica atualmente pela matricialidade familiar, que tem a mulher negra como sujeito central de atuação e responsabilização. Assim, veremos como essas autoras criticam esse familismo, a partir da questão racial e de gênero, visto que essa intersecção causa mais peso às mulheres negras e isso precisa ser evidenciado. Neste item será aprofundado sobre as contribuições de Ferreira (2016), Eliana Santos (2017) e Deise Santos (2018).

As mulheres, na sua história de vida, foram e são acometidas por responsabilidades que afetam diretamente a sua subjetividade, ficando impossibilitadas de projetar planos para suas vidas e sendo penalizadas em decorrência da criação de suas filhas e filhos, dentre outros papéis que se tornam sobrecargas, uma vez que, rara ou dificilmente, os homens restringem sua vida profissional em função das demandas da paternidade, diferentemente do que ocorre com as mulheres. Sobrecargas ainda maiores para as mulheres negras, que, além das demandas de sua esfera privada, são trabalhadoras domésticas de outras mulheres. As mulheres negras são atravessadas por marcadores de diferenças e invisibilizadas pelo sistema capitalista patriarcal. Nesse sentido, as intersecções de gênero e raça no trabalho corroboram para dominação e exploração. (SANTOS, Deise., 2018, p.56-57)

Nos capítulos anteriores foi discutido como a intersecção de raça e gênero faz a mulher negra enfrentar opressões conjuntas que implicam em uma marginalização social com maior exposição à violência, à sobrecarga familiar, à precarização do trabalho, à solidão e ao adoecimento que as penalizam nessa sociedade racista e patriarcal. Dentro da Assistência Social, em que são a maioria do público atendido, exatamente devido a esse contexto de subalternização, irão enfrentar a reprodução de estereótipos e sobrecarga por profissionais que não enxergam seu contexto social. Nessa lógica, as intelectuais negras buscam desconstruir esses estereótipos a partir da crítica da sociedade racista, patriarcal e classista e assim evidenciar a potência que a mulher negra é.

A mulher negra como central para a família constitui forma de proteção social informal, com construção de redes de solidariedade. Enquanto a branquitude oprime a mulher negra, a estereotipando como “desonrada” diante a violência sexual submetida, entre o seu povo ela obtém respeito por sua força e luta.

As famílias negras são chefiadas em maioria por mulheres e obtiveram diferentes arranjos pela resistência do genocídio perpassado. Homens negros foram brutalmente explorados, violentados e vendidos, sendo desvinculados de suas famílias para gerar valor, como visto no capítulo 01 e capítulo 02. A “violação e o tratamento dos corpos negros enquanto mercadoria estruturaram o processo de formação do Estado brasileiro e o desenvolvimento do capitalismo no país e lhes impuseram a subalternidade e a violência como condição de existência e resistência” (SILVA, Flavia., 2021, p.81).

A formação das famílias negras estão atravessadas pela desproteção social diante de um Estado que buscou embranquecer³⁹ a população brasileira e para tal a violenta a partir de seu aparelho repressor, pela polícia e criminalização, assim como pela ausência e precariedade, em que a falta de estrutura das cidades e políticas sociais, responsabilizam as próprias famílias para manutenção de sua sobrevivência. Dessa maneira, “os discursos normativos conservadores, que estigmatizam as famílias chefiadas por mulheres negras, estão longe de perceber a organização e o cuidado acerca de planejamento financeiro, doméstico e, sobretudo, no que tange ao sistema educacional e de saúde para os filhos” (SANTOS, Deise., 2018, p.64).

As mulheres negras enfrentam uma vida permeada de atravessamentos que impactam sua inserção social na educação, trabalho, moradia, saúde, afeto. Contudo, seus movimentos as permitiram criar processos de resistência e reexistência que asseguraram sua sobrevivência em suas comunidades, a partir da união, política e religiosidade.

As redes de apoio mútuo que foram se construindo a partir desta noção de família são algumas das marcas mais proeminentes das famílias negras, tendo a própria dinâmica das relações entre a comunidade negra e a religiosidade grande influência neste processo. Essa forma hegemônica de se conceber a parentalidade será um dos fatores que diferenciarão a forma de compreender as relações sociais, tanto nas formas de celebração da vida, quanto, e especialmente, como ponto de sustentação das adversidades. (FERREIRA, 2016, p.51).

A negritude foi exposta no pós-abolição a um processo de marginalização pelo Estado brasileiro que tinha o objetivo de “apagar a mancha negra”. “Por iniciativa do governo brasileiro, nenhuma política voltada ao acolhimento, suporte ou direcionamento dos ex-cativos para o mercado de trabalho fora desenvolvida” (FERREIRA, 2016, p.55). Ferreira (2016) buscou exatamente desconstruir essa visão racista estereotipada das famílias negras, vistas a partir da “[...] imagem de devassidão quanto ao comportamento sexual de mulheres e a animosidade dos homens negros com sua vida ‘desregrada’. Uma imagem, portanto, ‘incompatível’ para se pensar família” (FERREIRA, 2016, p.40). Ela realiza a crítica ao racismo e sexismo imposto às famílias negras e resgata o histórico de subalternização por elas enfrentado.

A autora também traz o contexto de Teófilo Otoni, local de pesquisa de campo, em que há um histórico de resistência de mulheres negras do racismo perpassado. Em sua pesquisa sobre as relações étnico-raciais e de gênero, Ferreira (2016) trouxe as falas de profissionais entrevistados e a dificuldade e atraso em relação às temáticas.

³⁹ “A busca pela eliminação da “mancha negra” no Brasil ganhara materialidade com o estímulo à imigração europeia em grande proporção, adensada pelas teorias racialistas [...]”(FERREIRA, 2016, p.58) .

Ao debater sobre famílias negras, Ferreira (2016) explica sobre a questão racial, com a escravização e a falta de inserção social no pós-abolição. Assim, houve a substituição da força de trabalho negra pela imigrante branca, inclusive com imigração de casais para embranquecimento da população, miscigenação forçada, reforço de um imaginário eugênico racista para o não desenvolvimento desse povo. “Este processo demonstra algo muito importante, que possibilita a partir da realidade de hoje se compreender com mais veemência: a mera instituição oficial de um direito não traduz no âmbito da realidade material mudanças que garantam equidade como alguns supõem” (FERREIRA, 2016, p.55) . Dessa maneira, nossos direitos conquistados para serem materializados sempre necessitam de luta e movimentos sociais.

Ao pensar na intervenção social de famílias negras é preciso compreender que situação elas enfrentam nesta atual sociedade. O desconhecimento da questão racial e contexto de não inserção social provoca uma série de visões distorcidas da realidade, que faz profissionais reproduzirem estereótipos com famílias negras e não intervirem de forma adequada. A proteção social oferecida pela Assistência Social no momento que se ausenta diante as relações raciais, sendo seu maior público o povo negro, mostra que o direito social conquistado pela população ainda não se tornou realidade. Dessa maneira, não há como promover proteção a pessoas em que suas necessidades são desconhecidas ou desprezadas.

Ferreira (2016) também destaca o papel central da mulher negra no sustento e reprodução das famílias negras, diante do contexto social a que foram submetidas. Entretanto, isso ocorre a partir de várias violações, como a violência e aprisionamento de homens negros; violência sexual; prostituição/exploração sexual diante da visão racista de “lasciva”; serviços domésticos prestados desde a escravatura que fazem esse povo não acessar condições dignas de vida e serem marginalizados.

Em que pese a ativa participação da mulher ultrapassando o âmbito do privado, estendendo sua participação na vida pública, desenclausurada - ao contrário da realidade das mulheres brancas abastadas, - não se pode, contudo, deixar de analisar criticamente a forma pela qual se dá a “inserção” destas mulheres negras no mercado de trabalho, visto que se restringiam à mulher negra as supracitadas atividades, que ocupavam representações aproximadas às do regime escravista. Portanto, é importante destacar a historicidade destes cargos pré e pós abolição e sua reedição no presente. (FERREIRA, 2016, p.61)

Esse contexto sobre o racismo na formação da sociedade brasileira e impacto na vida da população negra é essencial para compreender a atuação das políticas sociais, principalmente a formação das famílias negras. Se voltando para o local de sua pesquisa,

Ferreira (2016) traz o contexto social de Teófilo Otoni - MG. Ressalta-se o movimento de mulheres negras em combate ao racismo na região.

É preciso ressaltar a centralidade das mulheres durante todo este processo em Teófilo Otoni mesmo nos últimos anos, a exemplo de Benedita, Lourdes Gege, Neuslete Esteves, Lucineide Soares, além da já citada Eva Silva. Uma centralidade que se dá no contexto local desde os anos 80, de certo modo, expressão de contextos sociais mais amplos como no caso do movimento de mulheres negras no Brasil e no mundo, como se visualizará a seguir. E é essa centralidade das mulheres negras nas famílias e em espaços de reivindicação que notabilizam a imbricação das relações étnico-raciais com as de gênero e classe, produzirá uma leitura alternativa tanto relativa às desigualdades sociais entendidas como produzidas historicamente vivenciadas pelo segmento negro, quanto na leitura de suas possibilidades não apenas no campo da realidade social, mas também no campo da formulação teórica e analítica desta realidade. (FERREIRA, 2016, p.92-93).

O movimento de mulheres negras, portanto, é essencial para combater o racismo presente em nosso país e buscar possibilidades de ascensão do povo negro. Destaca-se, portanto, a histórica força, resistência e reexistência do povo negro frente ao Estado e sociedade racista. Também é importante ressaltar a relevância das ações coletivas de mulheres negras para reprodução e sobrevivência de suas famílias e comunidade. Nesse contexto, compreende-se como a formação e arranjo das famílias negras ocorre de forma diferenciada, as quais não correspondem ao ideal burguês racista, e possuem seus próprios processos e meios de resistência e proteção, em que a mulher negra não foi vista como frágil e indefesa, mas sim como base para sua comunidade.

Outro movimento que Ferreira (2016) destaca sobre as formas de proteção do povo negro foram as Irmandades negras. As irmandades, como visto no capítulo 1, foram organizações de leigos com o objetivo de propagação da religiosidade e de apoiar a comunidade, com base na caridade cristã. Havia uma distinção entre os membros das irmandades, chegando a haver irmandades negras e irmandades da elite (brancas), com ênfase nas Santa Casa de Misericórdia⁴⁰.

As redes de solidariedade se consolidavam entre os (as) pertencentes às irmandades e suas famílias, o que não implica necessariamente pensá-las como plenas de harmonia e distantes de conflitos, as interações conflituosas, as discussões e divergências também são essenciais para a negociação e reafirmação que na maior parte das vezes provoca a consolidação dos laços, embora em alguns momentos extremos também promovam rupturas. O que se chama atenção aqui é para o

⁴⁰ Das irmandades leigas com predominância branca e que agregavam as elites na era colonial, as Santas Casas de Misericórdia talvez sejam uma das mais conhecidas, inclusive são uma instituição que ganha notoriedade ainda hoje na discussão sobre a assistência social e também saúde brasileira. (FERREIRA, 2016, p.108-109). As Misericórdias se destacavam por ter entre seus membros a alta elite, lhes conferindo status e volumosos recursos financeiros. Assim, diferentemente das demais irmandades, detinham senão de aporte de recursos, ao menos o apoio da Coroa portuguesa e, por isso, usufruíam de poder e privilégios. (Idem, p.109)

cuidado com uma percepção idílica e homogênea no interior das irmandades. Este espaço político se constituiu para oportunizar discussões, veicular queixas, confraternização, ações que emulavam em homens e mulheres a possibilidade de se verem como gente. (FERREIRA, 2016, p.112)

Havia uma organização das irmandades negras para propagar e proteger aspectos culturais e religiosos negros, assim como apoiar as pessoas e famílias em suas necessidades. Contudo, não ocorreu sem desencontros e conflitos, às vezes com divisões entre os membros. Porém, as dificuldades não retiram a importância do movimento, em que a autora destaca a relevância para a própria política social.

Deslocando o debate para a atuação estatal, Ferreira (2016) traça críticas à atuação da Assistência Social que vai atuar perante as famílias “desajustadas”, as quais são em maioria negras. “Se as Irmandades apregoavam o apoio mútuo e não hierarquizado, propondo, ainda, a participação equânime de homens e mulheres, o modelo assistencial do Estado brasileiro seguirá na contramão, consubstanciando o que aqui será chamado de proteção social verticalizada e feminizada” (FERREIRA, 2016, p.114).

As Irmandades deixam o cenário com a intervenção estatal na questão social. Elas praticamente deixam de existir, prevalecendo as da elite, as Santas Casas de Misericórdia. O trabalho com as famílias e comunidades passa a ser realizado por mulheres brancas da elite que mais tarde comporão a LBA dentro do Estado. Ferreira (2016) afirma sobre uma “cidadania feminina⁴¹”, em que esse campo de trabalho fosse uma extensão da maternidade. Ressalta-se, assim, como as relações de gênero estão na fundação da Assistência Social.

O conservadorismo, como debatido amplamente no Serviço Social, foi orientador da política social. “As famílias pobres – em especial as mulheres pobres -, passavam então por um verdadeiro disciplinamento, através de trabalhos realizados em grupo, na qual aprendiam a forma “ideal” de cuidar de seus filhos” (FERREIRA, 2016, p.117). As famílias vistas a partir da submissão ao Estado, eram tratadas de forma autoritária para passarem a seguir o modelo ideal branco, tendo a figura da mulher⁴² como central para “coesão familiar”.

⁴¹ Autoras como Martins (2011), têm apontado a LBA como um dos eixos para o exercício da chamada “cidadania feminina”. Este tipo de cidadania estaria assentado por sua vez na crença conservadora da utilidade social das mulheres em sua extensão maternal. Além do protagonismo das mulheres como “cuidadoras” da sociedade como um todo, tal perspectiva se alargava para a preparação de outras mulheres para o papel de cuidadoras de suas famílias. Ao visualizar a atuação materna como algo inerente à natureza das mulheres, a perspectiva da LBA contribuía, portanto, com a orientação das relações sociais de gênero (FERREIRA, 2016, p.116).

⁴² Ora, as voluntárias da LBA não poupavam esforços para a garantia da consolidação da função protetora das famílias pobres “desajustadas” – ou seja, as que não se encaixavam no modelo “nuclear” de família - aplicando à mulher a função de mantenedora desta “ordem” familiar, “capacitando-a”, para o exercício de seus deveres como mulher-mãe.(FERREIRA, 2016, p.117).

Esta forma de proteção social verticalizada e feminizada da assistência social, ocasionou muitas vezes a atuação dos (as) profissionais calcada pelo autoritarismo; distantes das vivências e experiências dos (as) usuários (as), vistos como meros seres passivos; afastada da integralidade da família, mas, ao contrário, focalizada na figura da mulher e na produção de determinada feminilidade; além da reprodução de um modelo único de família, o que incidiu tanto sobre a negação de outras configurações familiares, quanto na busca pelo seu “enquadramento”. A roupagem estigmatizadora, culpabilizadora e por vezes despida de dignidade com a qual se consubstanciou a assistência social brasileira se fez presente não apenas em sua formatação, mas também do imaginário popular sobre sua natureza. (FERREIRA, 2016, p.118).

Compreender a historicidade conservadora da política social foi um processo fundamental para a crítica e renovação do campo profissional, como o serviço social, a fim de buscar metodologia e ideologias mais próximas da realidade da população. Entretanto, compreender essa ideologia burguesa, sem analisar o histórico racista, sexista, classista e homofóbico, é não chegar a concreto dessa análise. Assim, Ferreira (2016) traz como essa ideologia branca trouxe estereótipos a essas famílias negras, justificando o comportamento autoritário estatal com elas, o que é reproduzido atualmente por novas formas.

Esta forma específica de conceber família norteou - e ainda norteia em certa medida - durante séculos a sociedade brasileira e conduziu os olhares das elites e dos intelectuais para o não-reconhecimento de organizações que fugissem deste padrão. Era a família patriarcal, ou seja, a composição nuclear composta por pais (homem e mulher heterossexuais e seus filhos) sob o mando do pai, que imperava naquele contexto. Assim, as famílias negras sofreram este processo de negação de legitimidade. (FERREIRA, 2016, p.123).

Nesse contexto que a Assistência Social é política social voltada para atuação de mulheres para mulheres, em que tem a figura feminina como central à família, com reforço dos estereótipos e papéis de gênero, assim como tem a visão das famílias negras como as desajustadas, em que a mulheres brancas, a partir de sua noção de famílias burguesa irão atuar e “ajustar” os sujeitos conforme a ideologia conservadora liberal as família negras e pobres. Atualmente, após avanços das normativas e mudança da população trabalhadora na Assistência Social, há um avanço nessa atuação voltada ao controle e repressão das famílias, contudo ainda está presente a responsabilização familiar (familismo) e a falta de interlocução com a questão racial e de gênero. No próximo item serão analisadas as falas dos profissionais das pesquisas de campo realizadas como de Ferreira (2016), Eliana Santos (2017) e Eurico (2018).

Nesse contexto familista da Assistência Social, a dissertação de Eliana Santos (2017) também traz a crítica do caráter patriarcal dado às famílias brasileiras, trazendo o debate da

responsabilização feminina sobre o cuidado. Ela argumenta sobre a divisão sexual do trabalho, de forma a refletir o público atendido pela política de Assistência Social, assim como as profissionais que atuam nessa política.

Eliana Santos (2017)⁴³ realizou análise da condição de trabalhadoras do Serviço Social e do entendimento das profissionais sobre o gênero. Ela escreve sobre o serviço social ser uma área fortemente marcada pela presença feminina, sendo relevante, então, analisar esse perfil profissional que modificou a sua composição com o tempo, passando a ter a inserção de mulheres não brancas e da classe trabalhadora. Isso trouxe contribuição para novas formas de exercício profissional.

A autora expõe sobre a divisão sexual do trabalho, ressaltando a subalternidade imposta à mulher. A mulher é obrigada a realizar serviços domésticos e de cuidado por sua tendência “natural”, que traz uma analogia ao cristianismo com a figura de Maria. Essa ideologia que busca a dominação da mulher sobre homem, tem objetivo de se apropriar do trabalho da mulher com o não pagamento e/ou baixa remuneração para obter mais riqueza diante da exploração do trabalho.

A política social adere essa ideologia, que reforça esse papel feminino na “gestão da pobreza”, das famílias e serviços domésticos. A PNAS se insere nessa lógica, em dois âmbitos, tanto do público atendido, quanto da classe trabalhadora que exerce o serviço.

Pensar nesta apropriação, dos ditos “atributos femininos” pelo capital, faz-se pertinente ao exame do trabalho das assistentes sociais com as famílias, dentro da política de assistência na atualidade, uma vez que a permanência da visão da mulheres como cuidadoras natas contribui e reforça a ideia de que elas estão mais aptas a fazer a “gestão da pobreza”, o que se revela tanto na primazia que estas detêm com relação à titularidade dos “benefícios” socioassistenciais, como no grande número de profissionais do sexo feminino nesta área. De modo que para além dos desafios externos à profissão, enquanto área feminilizada, dentro da divisão sociotécnica do trabalho – junto ao que tudo isso representa –, há um desafio que se encontra no campo ideológico, em especial neste momento específico em que a Política Nacional de Assistência traz a centralidade de família como importante eixo de organização dos serviços socioassistenciais, sob uma perspectiva neoliberal, na qual a família é chamada a assumir o seu papel “natural” de principal fonte de proteção dos seus membros, contando para isso com a “ajuda” de subsídio financeiro do Estado, o que em última instância envolve a apropriação dos estereótipos femininos. (SANTOS, Eliana., 2017, p.23)

O serviço social surge da necessidade de atuação do Estado frente à questão social e a partir da ideologia da feminilidade, as mulheres foram utilizadas como composição técnica

⁴³ A autora possui uma análise mais voltada à questão de gênero, embora realize a intersecção com a raça.

pela “vocação” de aspectos como a “meiguice”, a doçura que “são dotadas”. Constituiu-se, então, uma profissão baseada no conservadorismo burguês branco, patriarcal e religioso.

Assim, esta organização da política fomenta a responsabilização das mulheres pelo cuidado, especialmente com os filhos, o que ao invés de quebrar os paradigmas conservadores quanto à questão de gênero, contribui com a manutenção da assimetria social que existe entre homens e mulheres, o que favorece o atual modelo econômico, que tem como principal objetivo a maximização dos lucros, fator que se coaduna com a tendência à focalização das políticas sociais e à ideia de gestão da pobreza. ((SANTOS, Eliana., 2017, p.23)

Eliana Santos (2017) destaca que a inserção da mulher no mercado de trabalho mais amplo se deu a partir de uma necessidade do capital em busca reduzir o custo com a força de trabalho. Dessa forma, a inferiorização da mulher permite a naturalização dos salários mais baixos e precarizados. Contudo, há de se destacar o próprio movimento de mulheres que luta pelo acesso a esse mercado de trabalho, não sendo somente uma resposta do sistema econômico.

Esta visão estreita e conservadora sobre o ser mulher, teve como resultado uma supervalorização “da moral e dos bons costumes”, e a cristalização de uma imagem da mulher assexuada e essencialmente maternal, dada a sua “capacidade especial” de cuidar, o que poderá ser verificado no exame da trajetória do Serviço Social, que durante sua fase inicial se vê fortemente influenciado por esta moral conservadora, o que é muito aparente no discurso das primeiras profissionais, em especial, no que se refere às questões ligadas a classe, gênero e família. (SANTOS, Eliana., 2017, p.26)

O Serviço Social e Assistência Social são marcados com essa ideologia sexista que trazem um conservadorismo à profissão e política social, o que traz consequências para uma atuação profissional que visa controle e punição. Como visto em Ferreira (2016), o racismo com as famílias fazem o início da profissão ter marcas eugenistas e discriminatórias.

Eliana Santos (2017) argumenta que as mulheres sempre trabalharam, contudo os seus serviços não eram considerados como tal por serem tratadas de forma inferiorizadas pela condição de mulher. Os trabalhos realizados por mulheres, a autora afirma que foram do campo doméstico e do cuidado, devido a uma suposta natureza feminina, em que devem ser voltadas para a maternidade, lar e reprodução. Assim, os trabalhos por elas realizados são historicamente desprestigiados.

Em relação a raça, a autora afirma que a escravatura submeteu o trabalho doméstico aos negros, sendo naturalizada esse campo de trabalho a esse povo. Assim, compreende-se o porquê das mulheres negras estarem em maioria atuando no serviço doméstico, o qual só foi regulamentado pela Lei trabalhista do Estado brasileiro em 2015, com a Lei Complementar

Nº 150, de 1º de Junho de 2015. Dessarte, a dimensão de gênero, classe e raça que coloca a mulher negra na base da pirâmide social⁴⁴ (SANTOS, Eliana., 2021).

Ela também destaca sobre o serviço social ser uma área predominantemente feminina, a qual foi criada justamente para inserir mulheres no campo técnico a partir de suas “características naturais” como “meiguice”, “doçura”, havendo uma “vocação” para a área. Essa femininização fez com que o campo profissional fosse desvalorizado por ser de maioria de mulheres, com consequências para a atuação profissional.

Esta configuração do tipo de trabalho que merece ser valorizado acaba ideologicamente por excluir grande parte das mulheres do real reconhecimento de sua atividade como “trabalho de verdade”, o que no caso das assistentes sociais ainda é uma infeliz realidade, sendo muitas vezes reduzidas a meras “auxiliadoras de pobres”. Muito embora este fato tenha relação com outros dois fatores: a forma histórica como o Serviço Social se desenvolveu no Brasil e o modo pelo qual se estruturou a assistência social no país, há uma associação entre áreas que se caracterizam pela expressiva quantidade de pessoas do sexo feminino e que tenham algum tipo de ligação com o cuidado, as quais são vistas como áreas de pouca importância e as atividades ali desenvolvidas como “não trabalho”, demonstrando o quanto o trabalho feminino muitas vezes é invisibilizado, considerando a grande presença destas em áreas que teoricamente não estão diretamente ligadas ao campo da produção. (SANTOS, Eliana., 2017, p.29-30).

Eliana Santos (2017) afirma que o Serviço Social mudou de composição categórica com o tempo, a partir da inserção de mulheres periféricas e negras e a autora buscará analisar essa composição da categoria para compreender a própria situação das trabalhadoras. Destaca-se que mesmo nessa profissão de maioria de mulheres, os cargos de chefia são majoritariamente compostos por homens.

Sendo o Serviço Social uma área fortemente marcada pela presença feminina, discutir e problematizar o significado desta manutenção do perfil profissional, bem como investigar as mudanças ocorridas no interior da categoria, como por exemplo, a entrada de mulheres oriundas da classe trabalhadora e de não brancas, podem nos auxiliar a entender a profissão na atualidade, como partícipe das incongruências sociais existentes, tornando possível observá-la em sua completude enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tendo em vista o caráter contraditório que a envolve, o qual se expressa primeiramente no fato de que pela mesma via que atende aos interesses do capital, ao contribuir para a reprodução da força de trabalho, necessita manter o compromisso ético-político de defender os interesses da classe trabalhadora. (SANTOS, Eliana., 2017, p.34).

Nesse início do texto, Eliana Santos (2017) faz uma crítica que aparentemente tende a colocar a questão de gênero como universal, contudo mais à frente do texto traz a raça como também fundante no contexto de divisão do trabalho. O debate desse texto é interessante, mas

⁴⁴ Apesar de compreender esse debate da subalternização da mulher negra, penso que afirmar que a mulher negra está na base da pirâmide social com o homem negro acima é complexo e questionável. Acredito que há a intersecção de estruturas que faz a situação da mulher negra ser difícil, contudo homens negros estão extremamente marginalizados e sofrendo com o genocídio e aprisionamento. Assim, deve-se ter cuidado a analisar a situação do povo negro com base em uma hierarquia de opressão entre gênero, pois é preciso ter olhar a cada contexto social. Contudo, há opressões que os homens não vivenciam como as mulheres, como a violência sexual e a sobrecarga de cuidado com a família e casa.

há de se destacar algumas problemáticas. A primeira é trazer o debate sobre a situação da mulher. A autora começa o texto falando da questão da mulher sem trazer uma diferenciação racial e isso é contraditório, visto a diferença de sociabilidade de mulheres.

Não há como universalizar a categoria mulher, inclusive a própria autora realiza esse destaque. Contudo, ao iniciar a crítica sobre a divisão sexual do trabalho, colocando a situação das mulheres trabalhadoras na mesma traz esse viés de unificação da desigualdade sexual, o que é incoerente com a realidade.

Acredito que essa relação da desigualdade de gênero não pode ser feita sem explicar as diferenças raciais, visto que mulheres negras e homens negros, tratados outrora como propriedade privada, fizeram trabalhos braçais, foram subalternizados a trabalho domésticos e eram explorados em sua força de trabalho de forma aproximada como destaca Angela Davis (2016). Entretanto, ressalta-se que houve diferenças de gênero em que a mulher negra é submetida a violência sexual e exploração do seu corpo, e o homem negro é separado de sua família e tratado com “desconfiança” e “perversidade”, como visto no capítulo 2 desta pesquisa.

No debate sobre o mercado de trabalho é importante refletir quem são as mulheres que estão no âmbito do serviço doméstico sendo babá, diarista e quais estão inseridas em empregos com garantias trabalhistas e se utilizam da exploração da força de trabalho de outras, como bem explica GONZALEZ (2018). Destaca-se também, por Eliana Santos (2017) e Gonzalez (2018), a relevância da aparência para o mercado de trabalho, que é uma forma de favorecer mulheres brancas para as vagas de emprego.

Mulheres negras realizam trabalho doméstico para famílias da elite e/ou branquitude e em seus lares são responsabilizadas pelo cuidado com os filhos e de sua casa que causa um grande desgaste físico e psíquico. Trata-se então de uma sobrecarga feminina que ainda enfrenta a discriminação racial com a desvalorização, risco social e violência. Essa realidade se dramatiza quando analisamos casos de trabalho análogo ao escravo, em que trabalhadoras negras não recebem pelo o serviço, não possuem horas livres e deixam de ter acesso a sua vida fora “da casa branca”.

Em 2022, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou matéria sobre o caso trabalho análogo ao escravo realizado por uma ex-professora em Curitiba. A vítima, mulher negra, trabalhou desde os 07 anos de idade sem oportunidade de estudo. Apenas após 29 anos, ela conseguiu sua liberdade. Ela realizava serviços domésticos, era babá, cuidava dos animais domésticos e mais tarde passou a ser cuidadora do casal. A matéria relata que ela dormia em

condições precárias e desumanas. Só havia permissão para sair da casa para acompanhar a “patroa” ao supermercado ou em consultas médicas (TST, 2022).

Outro caso cruel foi o de Madalena Gordinho que também trabalhou desde a infância (08 anos) em casa de família com a promessa de oportunidade de estudo e melhores condições de vida. Na reportagem do *El pais*, foi revelado o nome dos criminosos, a família Milagres Rigueira de Minas Gerais. Nesse caso, além da apropriação de seu trabalho, Madalena foi obrigada a casar com um parente da família, em que se apropriaram da pensão, a qual pagou o curso de medicina da filha dos algozes (GORTÁZAR, 2021).

A Assistência Social atende várias dessas mulheres que tem sua força de trabalho explorada sem reconhecimento do seu serviço, em que os empregadores não fizeram as devidas contribuições à previdência, tomaram documentos pessoais, não cumprem as leis trabalhistas, não garantem condições mínimas para o exercício da atividade, pagam uma diária sem alimentação e/ou transporte. Também ocorre de não pagar pelo serviço e há o risco de violência e/ou assédio. Portanto, são várias questões enfrentadas pelas mulheres diante da subalternização social.

Como maior público atendido são de mulheres negras, compreende-se que esse número é resultado dessa subalternização histórica, a qual faz com que elas não tenham acesso a outras formas de proteção social, sofram com os vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos pela historicidade de um Estado e sociedade que marginalizam seu povo e com várias violações de direitos geracionais que ao longo do tempo se transformam, apresentando novas formas de opressão.

Mulheres negras em idade avançada, por exemplo, sofrem com o não acesso à previdência social pela não contribuição de seus empregadores. Elas chegam a Assistência Social adoecidas e exauridas da exploração a que foram submetidas, sem perspectivas de sobrevivência pela falta de proteção social. Há ainda a complexidade em requerer esse direito social à justiça, lugar embranquecido e elitizado, que reproduz o racismo por sujeitos que naturalizam essa exploração, pelo mito da democracia racial e sexismo.

Esses profissionais, em maioria, não compreendem a gravidade dessa precarização por serem beneficiários do serviço doméstico marginalizado, ocasionado na invisibilização das demandas e necessidades dessas mulheres. Somada a isso, elas ainda precisam ser as cuidadoras das famílias, casa, netos, filhos, que se agrava quando há questões de saúde mental, deficiência, doenças graves e/ou crônicas, dependência química e outras questões como a violência estatal que ceifa a vida de filhos e/ou os prendem pelo racismo. Dessa maneira, ao analisar a questão de gênero sem a devida interlocução com raça, é não

compreender a realidade social do principal público da política social e invisibilizar desigualdades e opressões.

O aprofundamento desse contexto sócio-histórico é fundamental para uma atuação profissional qualificada àqueles que assumem a responsabilidade de atuar na proteção social de indivíduos e famílias em situação de “vulnerabilidade social”, tal qual o SUAS nomeia sem aprofundamento. Questiono como dividimos esse público em “fortalecimento de vínculos” e “violação de direitos” diante de toda essa estrutura genocida.

Retornado ao texto de Eliana Santos (2017), em seu estudo sobre as condições de trabalho do Serviço Social, ela mostra a precarização do trabalho das assistentes sociais na Assistência Social, em que os vínculos empregatícios são frágeis, a remuneração é baixa, a estrutura e recursos são escassos, há grande quantidade de demanda para poucos funcionários, e sem estabilidade há a rotatividade de profissionais que impactam na continuidade do serviço. Ferreira (2016) também mostra essa realidade em sua pesquisa de campo em Teófilo Otoni - MG e Eurico (2018) nos acolhimentos institucionais.

Isso ocorre pela conjuntura econômico política, principalmente a partir dos anos 90 que o neoliberalismo transforma a gestão das políticas sociais, com lógica fragmentada da seguridade social, colocando na Assistência Social o peso de atuar perante a desigualdade social de forma focalizada, mínima, imediatista e familista.

No que se refere ao caso brasileiro é possível ver que de fato a família sempre atuou como importante instância de proteção e provisão de bens e serviços, principalmente com os serviços não pagos realizados pelas mulheres, no âmbito doméstico, de modo que no ensaio de Welfare no Brasil o nível de “desfamiliarização” nunca foi alcançado. Além disso, o projeto neoliberal que se instaura no Brasil no início de 1990, com o governo de Fernando Collor de Melo, e que tem continuidade de forma expansiva no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob forte influência das ideias apresentadas no Consenso de Washington (1989), são elementos que apontam para a implantação, no território brasileiro, de uma política de assistência social focalizada na extrema pobreza e pouco comprometida com a redistribuição de renda. (SANTOS, Eliana., 2017, p.82)

Essa precarização impacta uma atuação qualitativa, tendo a competência técnico-operativa, investigativa, ético-política e teórico-metodológica como mediações fundamentais para uma intervenção profissional crítica, que possa atuar conforme os limites da autonomia, para a realização do projeto ético político profissional. Dessa maneira, profissionais precisam ter atenção e reflexão para não caírem em discursos que desresponsabilizam o Estado e reproduzem política de mínimos sociais postas pelo neoliberalismo.

Eliana Santos (2017) também reforça que apesar da política de Assistência Social possuir uma perspectiva de família ampla, suas orientações e normativas reforçam a família

como principal forma de proteção social, com a desresponsabilização do Estado e a figura da mulher como central. Esse contexto se coaduna com a ideologia sexista, e essa contradição da Assistência Social está também presente no Serviço Social e no exercício da profissão. A consequência é culpar os indivíduos e famílias sobre sua condição de precariedade, sem a correta mediação com os aspectos conjunturais a partir de raça, classe, gênero e sexualidade.

Nesse contexto de responsabilização das famílias, há práticas profissionais que buscam intervenção nas demandas das mulheres que se contradizem e atuam na aparência da realidade. Um exemplo relevante que Eliana Santos (2017) traz é sobre a questão do empoderamento. O empoderamento pode ser uma boa ferramenta para trabalhar com mulheres, contudo sua condução pode ser crítica ou mercadológica e conservadora.

[...] alguns dos mecanismos acionados para “ajudá-la [a família] consistem numa relativa culpabilização das mesmas, pois as estratégias se voltam para o incentivo ao empreendedorismo e ações de cunho psicologizante, orientados pela busca de um pseudo-empoderamento, o que transfere a responsabilidade de enfrentamento à pobreza, do âmbito político, para o campo das individualidades, assumindo o Estado uma posição passiva frente a esta questão, constituindo-se, na prática, como responsável por prover o subsídio necessário para que as famílias, e de forma específica, as mulheres, encontrem dentro de suas potencialidades as saídas para o seu caso. (SANTOS, Eliana., 2017, p.84)

Essa perspectiva sem crítica mostra ações imediatistas para trabalhar com o grupo de famílias, retirando o caráter político a ser promovido, dando ênfase em uma atuação voltada para a lógica liberal e individualista (SANTOS, Eliana., 2017). O termo “empoderamento” possui relevância, mas seu significado tem sido transviado pelo neoliberalismo como forma de repassar às mulheres a superação da situação de vitimização passadas por aspectos de gênero, raça, desemprego e miséria. Exemplifico essa situação com que acontece com a Secretaria da Mulher no Distrito Federal⁴⁵ que nos trabalhos em rede do território de Taguatinga, local da minha atuação profissional, as profissionais da pasta em maioria utilizam o empoderamento para incentivar o empreendedorismo, uma fonte precária de renda, a fim de garantir a superação da sua situação de baixa renda, violência doméstica ou dependência masculina e não incentivam trabalho conjunto para lidar com as situações de violência doméstica e feminicídio que se agravam no DF.

Nesse debate sobre a centralidade na responsabilização das famílias na Assistência Social, Deise Santos (2018) traz uma pesquisa de campo com mulheres negras que exemplifica o que foi discutido até então. Sua dissertação vai ao encontro da questão sobre a

⁴⁵“O projeto social Primavera Margaridas segue até junho com cursos, oficinas e palestras voltados para mulheres que viveram ou estão sofrendo algum tipo de violência doméstica. As atividades buscam empoderar e ensinar empreendedorismo por meio de atividades gratuitas de capacitação”. (SMDF, 2023).

interseccionalidade na Política de Assistência Social, mostrando um contexto permeado por violações, resistências e reexistências, através do relato das entrevistadas⁴⁶.

A autora realizou pesquisa etnográfica e observação participante a partir de relatos de 06 (seis) mulheres negras periféricas da cidade de Salvador, em um bairro chamado Calabetão. Todas fazem parte do Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) do CRAS da região e recebem o PBF.

Essa pesquisa mostra a importância das narrativas das usuárias, e como compreender seu contexto é fundamental para a intervenção profissional. Destaca-se a postura da autora de não ter uma análise de vítimas, mas de potências e resistência às opressões vivenciadas. Isso mostra como, sem o apoio estatal, elas foram encontrando meios de afirmar sua reexistência

A caracterização da família de origem das depoentes é, substancialmente, marcada pela geração, classe, raça/etnia, relações de gênero com o protagonismo da figura materna, mães trabalhadoras que desenvolveram e desenvolvem um papel importantíssimo e bastante influente na vida das entrevistadas, resistindo contra a discriminação étnicorracial, as desigualdades de gênero marcadas por dominação/opressão/exploração no interior da família. No âmbito externo, o comportamento transgressor dessas mulheres/mães, não anulou o sofrimento que passavam e passam cotidianamente. Assim sendo, são famílias negras, majoritariamente de origem urbana, vivenciando sistemas de subordinação na interface do universo hierárquico de poder do sistema capitalista, sexista, racista e patriarcal. (SANTOS, Deise., 2018, p.84)

Nos relatos é possível analisar a intersecção de racismo, sexismo e classicismo como estruturas que marcam as violações de direitos em suas vidas. As intersecções de opressões marcam com a violência doméstica e o abandono paterno, que faz as mulheres negras terem o peso de se submeter em trabalhos domésticos precários desde tenra infância para sua sobrevivência e de sua família. É possível reconhecer como são responsabilizadas pelo cuidado, planejamento e organização familiar por parceiros e filhos.

Nesse dia eu fui para o aniversário dele e me apaixonei, o primeiro né, de tudo, namorado, marido, primeiro homem de tudo. Entre noivado e casamento foi mais de cinco anos. Eu terminava e voltava. [...]. Eu terminei e depois eu voltei de novo, e ele já estava com aliança no dedo para poder ficar noiva, eu terminei, ele passava meses para retornar [...], não tive filhos com ele, eu tive problemas no útero, porque eu perdi um dele, tive mioma, quase que eu morro, adotei Luís. Ele sabe que é adotivo. Eu tenho um amor por ele como se fosse um filho gerado. Tenho no total de namoro, casamento, quase 25 anos. Um faz uma coisa, o outro faz outra e assim a gente vai levando né. Os dois dividem, as coisas de casa, sou eu e as coisas de luz, água, é com ele. Mas eu que resolvo tudo na maioria das vezes. Ele não liga pra nada. Para ele, tá tudo bem, eu que fico na frente. Ele é autônomo, trabalha no concerto de televisão. Hoje, já diminuí muito a renda. Muita gente tá comprando a televisão mais avançada, tem televisão aí que o povo mandou consertar e não vem buscar. Eu sou marido e mulher aqui, [risos] a última palavra é minha. [...] Não sei quanto ele recebe, nem vejo a cor do dinheiro. Olhe, eu que me preocupo com as coisas de casa. Por ele, aqui, só tinha o básico. [Logo depois, ela me mostra

⁴⁶ Os nomes das entrevistadas a seguir são todos fictícios para preservar suas identidades e foram escolhidos pela autora, Deise Santos (2018).

orgulhosa a mesa que comprou com muito sacrifício]. Comprei com meu dinheiro suado de vendas de revistas, cosméticos, Micheline. Meu filho trabalha não me dá nem 10 reais. Sou eu sozinha pra tudo. Eu que faço tudo, ele acorda e vai para o trabalho que é dentro de casa mesmo. Eu lavo roupa, arrumo casa, faço tudo. (SANTOS, Deise., 2018, p.96-97)

A falta de apoio da figura paterna soma-se à ausência do Estado e políticas públicas que colocam a mulher negra em uma das situações mais precárias da atualidade. A sobrecarga de trabalho e tarefas domésticas são um peso que reflete em seu adoecimento físico e mental que não são devidamente tratados por falta de políticas de previdência, saúde, educação e assistência social.

Trazendo à tona a emergência da interseccionalidade na Política de Assistência Social configurada em aspectos patriarcais e racistas que reproduz, simultaneamente, assimetrias de raça e gênero, responsabilizando as mulheres negras por serem vítimas de violências estruturais forjadas pelas estruturas de poder. (SANTOS, Deise., 2018, p.20)

Esse contexto evidencia como as questões de gênero e raça estão sendo inviabilizadas pela política social, pois ela tem reforçado o papel da mulher no cuidado da família com desresponsabilização da figura do homem e do próprio Estado, oferecendo uma falsa proteção social mínima que a sobrecarrega, apesar dos avanços conquistados no âmbito dos direitos sociais.

A PNAS produz contradições resultantes do modelo neoliberal e pelo sistema capitalista. A Proteção Social Básica (PSB), quando não consegue garantir às famílias a segurança dos direitos socioassistenciais, tem, como consequência, o aumento da pobreza, da desigualdade social e dos riscos sociais, o que determina a crescente demanda para a Proteção Social Especial (PSE), que também sofre as consequências desse modelo político-econômico (SANTOS, Deise., 2018, p.71)

Isso porque várias violações de direitos diante do patriarcado, classismo e racismo que faz com que elas precisem trabalhar cedo, cuidar de familiares ou sair do núcleo familiar em busca de proteção não são vistos como opressões, mas responsabilidade da mulher com o lar e família, reforçando uma conjuntura que prejudica a vida dessas mulheres.

O que marcou na minha infância foi muito sofrimento, né? Na minha vida, com meus filhos, a gente, com minha mãe, por causa do meu pai. Ela [mãe], nunca foi feliz e eu ali, rente com ela. No tempo, realmente, a gente vivia presa, como eu e minha irmã, ali. A gente nem podia botar o rosto do lado de fora. Se botasse, era tapaço, porrada! Vivia como escrava e se a gente errasse qualquer coisa ali, quem pagava era minha mãe, então, junto com minha mãe, passei um sofrimento terrível e minha mãe, qualquer coisa que fizesse, apanhava também. A casa era própria, mas era de meu pai. Ele era Policial Militar, ele que sustentava. (SANTOS, Deise., 2018, p.87)

Ah! Na época, eu tinha 13 anos, entendeu? Eu trabalhei na casa de Dona Juliana, aí que foi a perseguição, [refere-se ao pai]. A minha patroa era ótima! Eu convivi com ela. Ela veio até na minha casa para conhecer meus pais e me reconhecer porque eu era de menor ainda. Entendeu? Eu contei a situação a ela também, o que eu passava

dentro de casa com meu pai. Ela [patroa] era mesmo que uma mãe pra mim, dormia na casa dela e fazia de tudo, cuidava dos filhos dela e tudo. (Idem, p.88)

Esse é parte de um relato de uma das entrevistadas. A saída do núcleo familiar foi uma estratégia de sobrevivência para [Iracema], que começou a trabalhar adolescente. Essa mulher negra encontra proteção social perante a exploração do seu próprio trabalho infantil, no qual a empregadora a “trata bem” e ela vê a possibilidade de seu desenvolvimento em uma lógica absolutamente desigual e precária.

Essas histórias dessas mulheres não são únicas. Nós profissionais também perpassamos pela vivência do sexismo e racismo dentro de nossas famílias e relações sociais, com as devidas proporções. Muitas de nós tivemos a oportunidade do estudo para sair desse ciclo de violência e com o conhecimento obter a inserção no mercado de trabalho com melhores condições e, então, acessar outras formas de proteção social pelo Estado ou mercado.

Contudo, há muitos profissionais com vínculos frágeis, à mercê de interesses políticos que valorizam o homem e a branquitude. Nosso olhar a essas mulheres, é compreender a proximidade que temos por opressões em comum, como destaca Eliane Santos (2017), e a complexidade da situação das usuárias por intersecção de outras discriminações que ocasionam em vivência de graves violações de direitos que a PAS é chamada a intervir.

Precisamos aprofundar na análise da realidade dessas famílias, observando como em nossas próprias vivências há processos de desproteção que também vivenciamos em nosso meio familiar, visto que toda família possui dificuldade e conflitos e o ideal de família burguesa trata-se somente de um meio de alienação e dominação para reprodução desse sistema racista, sexista, classista e homofóbico.

Retornando ao texto de Deise Santos (2018), ela traz que uma marca na vivência de famílias negras diz respeito ao trabalho, desde tenra infância, como meio de sobrevivência. Muitas mulheres negras iniciam trabalhos domésticos em casas de famílias para apoiar seus familiares a terem o mínimo de alimentação e outras necessidades básicas. Tratar sobre o trabalho infantil, portanto, não pode ser em uma análise reducionista e familista, culpando a família pelas crianças não estarem na escola e/ou não cumprindo as condicionalidade do PBF. É necessário apreender o contexto familiar e estrutural que se encontram. Desse modo, a Assistência Social precisa de responsabilidade e cautela ao questionar essa situação ao público atendido.

A pesquisa de Deise Santos (2018) exemplifica esse contexto de inserção ao trabalho infantil que impacta no desenvolvimentos de crianças e adolescentes negras. Dentre os 06

(seis) relatos, foram quatro narrativas das entrevistadas que as mulheres negras alegaram sofrer ora com a violência doméstica, ora com o abandono. Evidenciando o que o feminismo negro alerta sobre a violência doméstica, a solidão da mulher negra e a sobrecarga pelo trabalho e cuidado. Também, mostra que, como citado no relato acima, o trabalho subalterno também é um refúgio da situação de violência.

A Assistência Social tem sido frágil em compreender essa realidade social das mulheres negras, com omissões em seus documentos e normativas, assim como a falta de capacitação e estudo das (os) profissionais que atuam no SUAS. A consequência é o reforço da perspectiva familista e conservadora, responsabilizando as mulheres negras para com suas diversas expressões da desigualdade social, racial, de gênero e sexualidade, que prejudicam o alcance delas aos direitos sociais oferecidos pelo Estado. Essa omissão estatal é mais uma violação de direitos a essas famílias, colocando mais um peso a esses sujeitos marginalizados desde o início dessa modernidade colonialista.

Nesse construto, a trajetória do movimento de mulheres negras, incansavelmente, vem denunciando e resistindo às injustiças sociais e exigindo a obrigação do Estado em fomentar políticas públicas, denunciando a negligência da Política de Proteção Social para prover as necessidades de famílias pobres. Observe o enredo nas falas de Dona Maria, 60 anos, mãe de Dandara, 37 anos, e de Zeferina: a primeira apresenta a ausência de creches sociais, pois a ênfase é dada à confiança que tinha em sua comunidade; a segunda relata a preocupação e ajuda da vizinha com a alimentação de sua família, discursos que se encontram na confiabilidade, cuidado e acolhimento. (SANTOS, Deise., 2018, p.91)

As mulheres negras encontram proteção social em sua própria comunidade para sua sobrevivência, demonstrando sua potencialidade política e de seu povo. Deise Santos (2018) destaca o apoio no cuidado das crianças diante das políticas sociais. Uma vez que para a inserção no trabalho precisam de local aos seus filhos e não encontram disponíveis pelo Estado, encontram na comunidade e vizinhos o amparo para garantir a segurança e proteção de sua família.

A prática do cuidado é a maior riqueza materializada nas comunidades periféricas. São estratégias fundamentais de sobrevivência e combate à pobreza, consolidadas na construção dos vínculos sociais, tornando-se afetivos. São mães que precisam trabalhar e prover o sustento da família. Ainda que as dificuldades sejam demonstradas, elas encontram apoio nessas redes. É comum perceber, nas comunidades, o acolhimento, a escuta, a troca de afetos, a ajuda mútua corporificada de resistência frente à des-responsabilização do Estado nos bairros pobres e periféricos da cidade, contudo, não posso me furtar em problematizar as violências que se inserem nas comunidades. (SANTOS, Deise., 2018, p.92)

O apoio da comunidade é fundamental, todavia não deixa de ter risco em relação a quem cuida dessas crianças, conflitos e acidentes domésticos e a punição do próprio estado que mesmo não ofertando o serviço, pune as mães por negligência se foram encontradas sozinhas.

Eu não gostava de deixar elas em casa, elas tinham entre nove, dez anos, e eu ficava com medo de deixar elas. Sempre foram muito vantajosas no corpo, eram meninas, mas tinha o corpo de mocinha, já era moça, então, eu tinha medo de deixar elas sozinha em casa, então, eu pedia a essa vizinha para passar o olho pra mim. A comida já deixava pronta em casa, cozinhava durante a noite, não queria que elas fossem pro fogão porque tinha medo delas se queimarem. Chegou da escola, troque sua roupa, tome seu banho, dê um jeitinho na casa, uma lavava os pratos e a outra arrumava a casa, almoce e vá pra casa da vizinha. Aí brincava lá até na hora que eu chegasse do trabalho, eu passava lá e pegava pra ir pra casa. Todo dia era assim, todo dia, até quando elas ficaram tudo grande, aí quando ela teve o menino ficava mais em casa. Mas quando era pequena eu nunca deixei. Não botava homem dentro de casa, eu não tinha confiança, por isso que eu evitei, com medo por questão de abuso, aí eu criei elas duas sozinha mesmo. (SANTOS, Deise., 2018, p. 91-92).

O relato acima mostra a preocupação e dificuldade que a mulher negra tem por ser responsável pelo sustento e cuidado da família, ao mesmo tempo que consegue apoio por outras mulheres de sua comunidade, com rede de proteção social. Destaca-se, assim, como as formas que esse povo negro se fortalece para sua reexistência, não sendo sujeitos passivos da história.

Compreender a relação entre a matricialidade familiar e a mulher negra objetiva analisar sua realidade social e as ausências dentro da Assistência Social, frente às necessidades que elas apresentam. A síntese desse item trouxe uma série de reflexões. O Serviço Social possui relevante literatura sobre o caráter familista da política social, que centraliza o debate da desigualdade social em classe. Contudo, o familismo no SUAS possui fundamento patriarcal e racista. Assim, o estudo interseccional de raça, gênero e classe na Assistência Social a partir das intelectuais negras permitiu compreender como o Estado e sociedade responsabilizam as mulheres negras pelo cuidado e pobreza.

As mulheres negras, sobretudo, lidam com estigmas de sua condição social e de suas famílias, são penalizadas por um Estado que intencionalmente fragilizou os seus, pelo processo histórico de subalternização do povo negro, como também as violam com ausência e extermínio a sua comunidade. Assim, além de enfrentarem a responsabilização do cuidado pelo sexismo, estão sendo responsabilizadas pelas violações e precariedade que sofreram pela estrutura racista. Esse contexto é complexo e coloca uma carga às mulheres negras que só foi possível ser enfrentada pela união da ação delas e de seu povo contra o racismo e demais opressões.

Nesse item, Ferreira (2016) e Deise Santos (2018) trouxeram contribuições para retirar do imaginário social a caráter das famílias negras⁴⁷ como “desajustadas” e passivas, com o movimento social de mulheres negras, a religiosidade, a união dentro da comunidade, laços afetivos, cobrança de ações do Estado. Elas argumentam como a política social busca “enquadrar” as famílias negras ao ideal de família branco, com a invisibilização dos diferentes arranjos familiares e responsabilização pela pobreza.

Eliana Santos (2017) voltada mais a questão de gênero, que apesar de haver alguns limites e contradições aqui debatidos, reforça o caráter feminino das mulheres na Assistência Social, como das famílias atendidas e a desvalorização desse trabalho de mulheres pelo sexismo da política social.

A partir dessa síntese compreende-se que a manutenção do povo negro, em destaque as mulheres negras, em situação de pobreza e miséria, assim como a contínua alta violência policial e doméstica que atinge mais a população racializada, representa a perpetuação da domínio branco o qual continua a marginalizar e violar o povo negro em nossa sociedade.

A Assistência Social é uma política de proteção social que se insere em uma contradição de garantir os mínimos sociais, como também controlar e “moldar” famílias. A gestão neoliberal conduz a focalização e precarização que impacta na falta de qualificação dos serviços e reforça a responsabilização dos indivíduos por sua situação.

Apesar dessa política social reconhecer o povo negro como público alvo, as necessidades dessas famílias não estão sendo aprofundadas, o que ocasiona em ausências na intervenção profissional pelo desconhecimento da realidade social enfrentada pelas famílias negras e alienação perante o mito da democracia racial. Dessa maneira, coaduno com uma das sínteses da pesquisa de Ferreira (2016), em que essa ausência, se justifica pela:

1) a centralidade da dimensão da pobreza ao se buscar descrever usuários (as) e famílias atendidos na assistência social; 2) a (in) visibilização do segmento negro, fundada na negação das diferenças em termos étnico-raciais – diferenças estas tratadas como sinônimo de desigualdades -, e à força da crença e defesa de determinada noção de igualdade, fixada no mito da democracia racial; 3) a abordagem de gênero que reforça a função materna e do cuidado como inerentes - e por vezes exclusiva - à mulher. (FERREIRA, 2016, p.247)

A omissão profissional às necessidades das famílias negras e alienação aos interesses institucionais coaduna com a manutenção da desigualdade social, racial e sexual, em que a falta de ação perante casos graves promove a perpetuação de violações e desproteção familiar.

⁴⁷ Destaco que as intelectuais escolhidas nesta dissertação trouxeram em seus textos o debate da questão racial, justamente para contextualizar a situação do povo negro no país e, portanto, desconstruir essa visão racista. Contudo, para o debate com a matricialidade familiar do SUAS, alguns textos se aproximaram e desenvolveram mais o assunto para a escrita desta parte da dissertação.

Trabalhadoras e trabalhadores sociais precisam refletir a responsabilidade de suas ações e omissões na vida das famílias, que enfrentam violações de direitos historicamente. No próximo item será analisado, pelas pesquisas de campo dos textos selecionados, essas omissões profissionais e suas consequências.

3.3 A reprodução do racismo e sexismo por trabalhadores/as do SUAS e a desproteção social

Neste item se trata da pesquisa de campo de três intelectuais negras na Assistência Social, Gracyelle Ferreira (2016), Eliana Santos (2017) e Márcia Eurico (2018). A partir das entrevistas realizadas é possível compreender como o racismo e sexismo institucional se dá a partir das relações interpessoais pelas equipes do SUAS e as consequências para com as famílias negras. As duas primeiras autoras foram a campo na proteção social básica. Eurico (2018) esteve com foco no acolhimento institucional, que trata da proteção social de alta complexidade do SUAS. Assim, com objetivo didático, essa seção foi dividida entre as proteções básica e especial para análise do conteúdo.

3.3.1 Pesquisas de campo na proteção social básica do SUAS

Na pesquisa de campo de Ferreira (2016), sua análise sobre os grupos realizados no CRAS de Teófilo Otoni teve objetivo de conhecer a ótica das trabalhadoras e trabalhadores de nível superior do SUAS que executam o PAIF.

[...] o intuito inicial foi compreender a partir da ótica dos (as) profissionais de nível superior, que privilegiadamente trabalham diretamente com o PAIF, o desenvolvimento de suas atividades neste serviço. Isso, inclusive, inscreve possibilidades de compreender a partir da leitura destes (as) trabalhadores (as) sobre suas intervenções profissionais e seus métodos, o levantamento de elementos profícuos para se ponderar determinados aspectos. Alguns deles, o próprio modo como o serviço e estes profissionais se relacionam com o território (de modo aproximado ou produzindo distanciamentos); o conhecimento quanto aos usuários (as) e famílias atendidas contemplando ou não suas reais necessidades e potências; as condições objetivas de apreensão de suas demandas, pensando seus limites e possibilidades; e, principalmente, a capacidade crítica (ou acrítica) dos (as) profissionais de absorver as experiências destes (as) usuários (as) e famílias, no tocante às relações étnico-raciais e de gênero. (FERREIRA, 2016, p.155)

Após as entrevistas, a autora trouxe como o estigma e a reprodução de estereótipos sobre as famílias e os sujeitos estão presentes na política social e profissionais. Quando ela

questiona sobre a identidade do público atendido, a maioria apresenta dificuldade em responder.

Poucos foram os (as) que atentaram para as contradições que envolvem tanto a realidade quanto a construção identitária destes sujeitos. E menos ainda os que tomaram num primeiro momento o gênero e a raça como elementos constitutivos de suas descrições. Na descrição dos (as) atendidos (as) pelo serviço, a menção da dimensão racial, entrelaçada à de gênero, apareceu como exceção: um (a) único (a) afirmou serem as mulheres negras a maioria em seus atendimentos. No geral, apenas dois (duas) entrevistados (as) mencionaram a cor dos (as) usuários (as), situando-os como pardos (as) e negros (as). O desenvolvimento desta questão ganhará adensamento mais à frente. O gênero, por sua vez, de algum modo começará a se expressar de forma mais aguçada e direta os (as) profissionais se voltam às características das famílias.. (FERREIRA, 2016, p.200)

Desse modo, é perceptível como o conservadorismo na Assistência Social é forte e se mantém. Em uma análise do capítulo 1 (um), em que trouxe o debate sobre as teorias racistas como a eugenia, a influência da ideologia católica e do conservadorismo político mostram como esse contexto moldou a criação do ideal de família branca e patriarcal, o qual está presente na política social. Essa conjuntura, portanto, precisa ser adequadamente analisada e reforçada no debate sobre a proteção social, a fim de aprofundar o saber da atuação profissional e permitir ações progressistas.

Diante da pesquisa da autora foi visto exatamente o que essa não análise acarreta. Pois, se os profissionais não possuem postura e pensamento crítico, outras teorias e ideologias estão fundamentando suas ações e pensamentos, como a liberal que não reconhece as discriminações raciais e de gênero. Como debatido no item 3.2, profissionais tendem a olhar as famílias negras como desestruturadas e passivas em sua condição de precariedade que revela a falta de leitura racial no SUAS.

Segundo um (a) profissional indicou, “a maioria são famílias desestruturadas de alguma forma por conflito, bebida, droga, violência [e] uma coisa sai puxando a outra”. Já outro (a) afirmou que as famílias, seriam “desajustadas mesmo. Como [uma] questão histórica da família”. Na verbalização de outro (a): “o que a gente vê que não está normal, para eles é normal”. E, continua: “algumas vezes é difícil para a gente ver isso porque eles já têm uma referência daquilo, estão reproduzindo aquilo que eles vivenciam. Temos essa dificuldade de chegar até eles e propor algo”. (FERREIRA, 2016, p.200).

É importante observar como a noção sobre as famílias atendidas se manifesta nas falas dos (as) respondentes ao tratar de padrões de “normalidade” em seus comportamentos: “Não são famílias que eu vejo como uma família legal, normal, onde não tem conflitos, onde todos interagem, se dão bem entre si. Não, não são famílias assim”. E a questão dos conflitos internos é acionada: “são famílias conflituosas mesmo. [É] muito difícil ir numa casa em que os familiares entre si eles se dão bem em tudo, que falam a mesma língua, que não tem nenhum tipo de conflito”. Essa percepção sobre tais conflitos é então acionada como uma possível “disfunção” e não como parte de processos contraditórios como são as relações sociais. (FERREIRA, 2016, p.200).

A narrativa de responsabilização das famílias possui como base o reforço da idealização do ideal de família, em que as famílias não brancas são historicamente “desajustadas” e “desinteressadas”. Somando a isso, tem-se que a justificção apenas no indivíduo “isenta” a profissional de pensar em estratégias, propostas, estudos para as demandas apresentadas, permitindo um comodismo pela inação e não empenho. As falas mostram uma falsa naturalização familiar diante os conflitos e dificuldades enfrentadas. Anteriormente, vimos em Deise (2018), o movimento que mulheres negras realizam para enfrentar a precariedade da vida, com apoio de suas comunidades e exigência de atuação estatal.

Ferreira (2016) argumenta também da contradição da própria legislação da política social entre a crítica e o conservadorismo. A PAS afirma a família como central na sua atuação, com responsabilização da mulher pelo cuidado, reforçando o estigma conservador.

Aqui se percebe também a PNAS como imersa em profunda contradição no que tange este aspecto. Se por um lado defende e atesta o necessário afastamento de concepções conservadoras quanto às famílias, entendendo-a como em transformação (2004, p. 31) e como espaço contraditório marcado por conflitos, (Ibid., p. 35), por outro lado, em determinados momentos recobra traços conservadores ao situar que as famílias podem se mostrar capazes ou não no desempenho de suas “funções básicas” de acordo com sua relação em sociedade, organização interior e seus valores (Ibid., p. 29). (FERREIRA, 2016, p.206)

A referida contradição, nas próprias orientações oficiais da assistência social em alguns momentos, aliada a concepções morais dos (as) próprios (as) profissionais acabam, às vezes, por reforçar percepções entre “normalidade e anormalidade” no seio familiar. Fica então a ponderação sobre o que seria “normalidade”, senão a reprodução de um estereótipo idealizado de família. Outra questão para se refletir é: qual família viveria sem nenhum tipo de conflito? Talvez o (a) profissional estivesse se referindo a questões mais graves, mas, ainda assim, situações como essas transitam a maioria dos núcleos familiares, não se restringindo aos dos usuários (as) atendidos pelo CRAS. (FERREIRA, 2016, p.206-207)

A falta de qualificação profissional e atualização teórico dentro da pesquisa, universidade, política pública também são responsáveis pela falta de letramento racial, de gênero e de sexualidade, que levarão a intervenções abstratas sem compreensão da complexidade envolvendo as estruturas que marcam a modernidade colonialial, burguesa, branca, masculina e heterossexual. Destarte, Ferreira (2016) argumenta da invisibilização da questão racial e reforça a visão liberal e conservadora na Assistência Social.

Se lembradas todas as descrições dos (as) usuários do CRAS em geral, de suas famílias e especificamente das mulheres atendidas pelo serviço, pode-se então presumir que sua "incapacidade" de manter uma vida e famílias “normais” seria por sua ausência de esforço e por assim sendo, as relações de gênero e raça nada teriam a ver com isso. O entrelaçamento do gênero, classe e raça se faz presente nesta análise. Numa sociedade capitalista em que o legalismo impera e em que o esforço

próprio é primordial para o sucesso, não se é admitida a diferença, como elemento a ser considerado na construção do sujeito. Entretanto, no Brasil é a raça que se concebe como elemento mais inadmissível do que o gênero e a classe, já que diante desta última sim admite-se a existência de desigualdades em determinados âmbitos. (FERREIRA, 2016, p.246-247)

A outra pesquisa de campo, de Eliana Santos (2017), mostra que as profissionais não conseguem fazer relação entre serem mulheres atuantes no serviço de maioria feminina, que também atuam para mulheres.

[...] solicitei também que as entrevistadas formassem uma segunda frase com as seguintes palavras: assistente social, mulher, CRAS e usuário, a fim de analisar em que medida as mesmas se percebem enquanto sujeito situado neste processo, visto que elas enfrentam muitas das mesmas dificuldades vivenciadas por usuárias dos serviços por elas operacionalizados, cujo destaque é a exposição mais intensa das mesmas (tanto usuárias quanto profissionais) ao processo de precarização do trabalho, que tem de forma inegável uma interface com a questão de gênero, em que pese algumas diferenças entre usuárias e profissionais. (SANTOS, Eliana., 2017, p.111-112)

Isso mostra a falta de compreensão e interlocução entre Serviço Social, política social e gênero que faz essas trabalhadoras não refletirem sua própria condição precarização pelo sexismo, acrescento o racismo, como também falta de análise da realidade das mulheres atendidas. Assim, temos uma proteção social de mulheres para mulheres, sem a devida mediação.

Também foi apresentada na dissertação de Eliana Santos (2017), a dificuldade de analisar a questão de gênero, diferente da pesquisa de Ferreira (2016), em que os profissionais apontam mais o gênero que raça. Contudo, nas duas pesquisas é percebido a reprodução de valores conservadores sobre a mulher, com falas e discursos sobre o cuidado e responsabilização sobre a família.

Na pesquisa de Eliana Santos (2017), ao questionar sobre o estudo questão de gênero na universidade a fim de compreender a reprodução conservadorismo sobre a mulher, todas trabalhadoras pesquisadas afirmaram que não tiveram acesso ao estudo sobre gênero na faculdade, apesar de haver matérias optativas sobre a categoria, optaram por matérias sobre “família” por considerarem mais geral⁴⁸. Dessa forma, foi analisada a falta de interesse sobre a temática pelas profissionais e universidades.

A pesquisa de Eliana Santos (2017) traz que o trabalho em grupo dos CRAS tem se permeado por lógicas neoliberais e pontuais que retiram o seu potencial político, esvaziado a

⁴⁸ Questionadas sobre se estudaram gênero na faculdade, as três entrevistadas afirmaram que estudaram a questão da família. Duas tiveram oferta de disciplinas optativas sobre gênero, mas não fizeram a matéria e uma afirma que não teve a oferta.

possibilidade de tratar de temas centrais para esses sujeitos. A autora, então, traz que tanto profissionais quanto a própria política de assistência social propagam o aspecto conservador sobre a mulher na divisão de trabalho sexista, na qual a mulher precisa cuidar da família e atividades domésticas, com reforço a sobrecarga de tarefas.

[...] o constante apelo ao imediatismo, este sempre presente no trabalho da (do) assistente social, sobretudo no campo da assistência, em que as demandas fragmentadas perdem seu conteúdo histórico e político, tornando-se demandas pontuais que visam dar conta das mais diversas emergências: da saciedade da fome, da necessidade de moradia, do acesso a determinado “benefício”, etc. Deste modo, a cotidianidade joga a favor de um processo de alienação [...]. (SANTOS, Eliana., 2017, p.122-123).

Sendo assim, a análise do trabalho profissional com famílias, por meio da abordagem grupal, pode tanto implicar numa intervenção que visa contribuir para uma organização das mulheres da classe trabalhadora a fim de que consigam colocar suas demandas nas instâncias de decisão política, como pode ser utilizada de maneira estratégica para promover um ajustamento das mesmas ao projeto societário nos moldes do capital, por meio de mecanismos que mobilizem a sua adesão. (Idem, p.123)

Eliana Santos (2017) conclui que apesar de haver reconhecimento de desigualdade em relação à mulher pela Assistência Social e profissionais, não há um aprofundamento crítico que resulta em intervenções imediatistas⁴⁹, perdendo o potencial político que o Serviço Social e a PAS podem resultar.

3.3.2 Pesquisa de campo na alta complexidade do SUAS

Eurico (2018) realiza pesquisa de campo em duas instituições de acolhimento institucional em São Paulo. Seu estudo demonstra a gravidade do racismo no serviço, com graves consequências para a população atendida. Relatos alarmantes de discriminação racial e a omissão da equipe e gestão explicita o quanto ainda é preciso lutar a fim de obter condições dignas de atendimento as crianças, adolescentes e famílias.

⁴⁹ Esta miopia quanto à questão de gênero, pelo que pude observar, perpassa a formação profissional que, no caso das entrevistadas, em nenhum momento contemplou esta problemática, mas também pode ser vista como reflexo do imediatismo de uma política que desconsidera os fatores históricos relativos ao modo como homens e mulheres se inserem na sociedade, atribuindo a estas últimas uma cidadania de “segunda classe”, posto que um dos fatores que “potencializam” o acesso das mulheres a determinados benefícios está relacionado à sua condição de mães e não de cidadãs. Assim, embora no texto da política haja o reconhecimento da existência das relações de gênero no âmbito da família, isso não se traduz numa discussão crítica sobre o modo que elas operam praticamente. (SANTOS, Eliana., 2017, p.127)

Sendo assim, há uma necessidade de serem pensadas algumas estratégias que contribuam na emancipação feminina, o que perpassa inicialmente o reconhecimento de que homens e mulheres possuem experiências distintas enquanto sujeitos. Por outro lado, aponta para a necessidade de “desfamiliarizar” a proteção social, o que no caso das mulheres pode contribuir para que suas demandas individuais sejam contempladas. (Idem)

Dessa maneira, a autora destaca sobre a questão do racismo institucional em dois âmbitos, a dimensão político-pragmática e a dimensão de relações interpessoais.

a) a dimensão político-programática que compreende as ações que impedem a formulação, implantação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas; e

b) dimensão das relações interpessoais que abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário e, entre usuário e trabalhador; sempre pautadas em atitudes discriminatórias (EURICO, 2018, p.83)

Essa divisão que a autora realiza é interessante para a compreensão da totalidade da realidade, visto que a maioria de pesquisadores compreende a questão racial a partir da estatística, ou seja, o Brasil vive uma vasta desigualdade, empobrecimento e miséria e a população negra é a que mais sofre. Contudo, realizar análise da raça em questões interpessoais com reprodução de estereótipos e discriminação, são poucos que reconhecem em sua própria prática e pesquisa.

Eurico (2018) ressalta a dificuldade de compreender o racismo em relações interpessoais, por falta de pesquisas sobre. Desse modo, a compreensão do significado do racismo institucional nessas duas dimensões é de relevância para análise da política social como um todo.

Entendemos que no cotidiano das instituições, onde o racismo se revela de maneira constante e sem tréguas, os seus representantes, além da responsabilidade de desvelar o racismo na dimensão organizacional, têm papel relevante também no trabalho com a equipe para coibir ações individuais, que incidem, de maneira imediata, na vida de crianças e adolescentes negros. Supervalorizar uma dimensão em detrimento de outra, resulta na constante reprodução do racismo institucional.

Além disso, foi possível identificar que, em relação ao modo como o racismo opera no espaço do Saica, a dimensão das relações interpessoais é impulsionada pela forma como a instituição reproduz a prática dominante de controle da população negra e pobre. (EURICO, 2018, p.84)

Uma atuação digna e antirracista, então, precisa compreender o que a raça significa em nossa modernidade, como o racismo implica na política social em âmbito de gestão, organização, financiamento e também, no cotidiano das relações profissionais, no modo diferenciado que tratam famílias brancas e não brancas, em reprodução do racismo.

A pesquisa de Eurico (2018) traz relatos graves de discriminação pela gestão e equipe. Primeiro, destaca-se a falta de orçamento, planejamento e pessoal para tratar de questões complexas como o acolhimento institucional. A política neoliberal é uma resposta racista, sexista e classista para com as famílias brasileiras, em que o pensamento conservador de culpabilização dos sujeitos não garante um serviço de qualidade, mas mínimo e precário.

A atuação profissional mostra graves respostas à demanda da população a partir da alienação, em que não há uma leitura crítica da situação das famílias, corroborando com a gestão branca e burguesa. Há profissionais com alguma crítica social mais atenta, porém insuficiente. Isso se torna explícito em casos de racismo relatados pelos entrevistados. O primeiro que me chama atenção, foi em relação a uma orientadora pedagógica (nível médio) que “permite” o cabelo solto de uma criança negra, a pedido dela, e a escola enviou bilhete afirmando que a criança estava sem a “higiene necessária”. Essa funcionária foi demitida por realizar a vontade da criança.

Situação 1. Joana, uma garota negra de 9 anos, acolhida em um Saica reclama para a educadora Clarice – recém-chegada ao serviço, que sempre quis ir à escola com o cabelo solto, mas as “tias” não deixavam. A educadora conta que nos momentos de lavar o cabelo, a menina era obrigada a permanecer sentada no chão do banheiro para que pudesse cair bastante água no cabelo, para pentear “melhor”, por outra educadora, que então fazia o tal procedimento e amarrava o cabelo ainda molhado, porque senão não seria mais possível prender. Clarice decidiu certa manhã realizar o desejo da menina e cuidou para que fosse com o cabelo solto para escola. Qual não foi a surpresa, quando no dia seguinte foi chamada pela gerente do Saica, que informou ter recebido um bilhete da escola reclamando que a aluna tinha ido, no dia anterior, sem condições mínimas de higiene. Clarice tentou argumentar, mas foi demitida. (EURICO, 2018, p.103).

Outro caso que também choca, foi de um adolescente negro autista, impedido de participar de um passeio porque a funcionária explicitamente afirmou que não gostava de pessoas como ele, ou seja negro e autista⁵⁰. O adolescente se revolta e é culpabilizado por suas atitudes! Nenhuma pessoa da equipe denunciou a pessoa que realizou esse crime. Esses casos mostram o racismo institucional e interpessoal trazem uma verdadeira desproteção a essas crianças e adolescentes, realizando o inverso do serviço que propõe.

Aliado a esse contexto, o racismo institucional também faz com que famílias negras percam seus vínculos familiares sem necessidade. O Estado e profissionais, com destaque ao conselho tutelar, têm ainda responsabilizado as famílias pela sua situação de pobreza, fome, falta de acesso à habitação⁵¹ e desemprego, com reforço do fracasso da mulher quando as crianças não têm sua “proteção” garantida.

O debate trazido nesta dissertação explica o porquê da população negra estar em maioria em condições de precariedade e a resposta a isso tem sido controle e repressão,

⁵⁰ Porque tem um menino [...]. Ele tem um problema [...] faz tratamento no CAPS e tinha uma orientadora [...]. Ele pediu para sair junto com ela e ela falou que não queria, porque ele era um negro, que ela não queria ele perto dela, por ele ser negro e porque ele era um lixo. (O1.5). EURICO, 2018, p.165).

⁵¹ O acesso precário à moradia, longe de ser uma escolha consciente da família, expressa a dinâmica do capital, em que o acesso à terra, enquanto um direito humano, é transmutado em um direito que se efetiva no mercado. A posse da terra é um bem inalienável que o Estado protege de maneira sistemática e as barreiras impostas à população negra, durante e pós-escravidão, se expressam na permanência maciça de famílias negras, vivendo de maneira precária nas favelas brasileiras. (EURICO, 2018, p.90).

continuando ações discriminatórias desde o início do estabelecimento da política social no Brasil.

A Política de Assistência Social, promulgada em 2005, nos traz a ideia de que a família deve ter centralidade nas ações desenvolvidas. Assim, a família é compreendida como lócus privilegiado de formação dos sujeitos e dentre eles as crianças e adolescentes. Se as famílias, por razões diversas, deixam de desempenhar, adequadamente, seu papel, são aplicadas as mais variadas sanções. A legislação brasileira prevê que, em situações específicas, o Estado pode intervir e decidir sobre as medidas a serem adotadas diante da “desordem” do grupo familiar. Tal atitude incide, de maneira contundente sobre as famílias em situação de pauperismo, uma vez que as determinações sócio-históricas que impactam no grupo familiar ficam prejudicadas dentro desta análise reducionista, que não considera a família como parte e expressão desta sociedade desigual. É mister pensar que, quando o grupo familiar sofre prejuízos na sua capacidade protetiva, recai sobre seus ombros uma série de estereótipos, que podem justificar o afastamento da criança e do adolescente, na lógica de que fatalmente a permanência neste ambiente não é saudável. (EURICO, 2018, p.95).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, traz que o afastamento do lar deve ser a última alternativa, com prevalência da família e família extensa. Entretanto, essa não tem sido a ação institucional na prática. As situações de precariedade têm tido como resposta o afastamento do lar, sem o devido trabalho de fortalecimento de vínculos e atuação nas situações de violações de direitos, em que quem tem de ser afastado são os agressores, e não as crianças e adolescentes. Essa realidade mostra a ausência e falência dos serviços dos CRAS, CREAS e conselho tutelar.

Em relação à infância, noções distorcidas sobre desenvolvimento infantil são reproduzidas constantemente, a exemplo do discurso conservador, acerca do trabalho infantil como uma alternativa eficaz contra a “delinquência” infanto-juvenil. O ECA inova, ao considerar tais atividades como grave violação de direitos humanos. É imperioso, que crianças e adolescentes devam distribuir seu tempo diário entre atividades escolares em instituições de qualidade, atividades culturais, atividades de lazer, para além do futebol e devam se beneficiar com a convivência familiar e comunitária, que favorece a sociabilidade. O que crianças e adolescentes negros vivenciam, com frequência, são situações opostas, no exercício de funções incompatíveis, como empregada doméstica, faxineira, babá, vendedores mirins, atividades ligadas à exploração sexual infantil e/ou ao comércio de drogas ilícitas, entre tantas outras práticas inadequadas, que impactam diretamente na possibilidade de um desenvolvimento pleno e saudável. Pensar a criança e o adolescente como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, é pensar no seu direito de crescer em ambientes livres de qualquer forma de opressão e exploração. Entretanto, as análises conservadoras se apoiam em tais expressões da questão social, para justificar o desajustamento do grupo familiar e, eventualmente, para fazer a concessão de direitos sociais, enquanto benesses, caridades, oferecidas por um Estado benevolente e paternalista. (EURICO, 2018, p.96).

As ausências de políticas sociais e públicas à população negra são vistas como omissão e desajustamento das famílias que justifica ações conservadoras de controle e repressão da forma de viver dessas pessoas, sem considerar o contexto que estão inseridas e aspectos culturais e religiosos, que demonstram o reforço de ideal de família eurocêntrico.

Raramente, nos casos de insuficiência material, por exemplo, encontramos pessoas dispostas a oferecer suporte financeiro para a mãe e o bebê. Em vez disso, ocorre uma desqualificação total da mulher, para que não restem dúvidas acerca da necessidade de resgatar a criança de todas as desventuras. O abismo que se estabelece entre a entrega e a inserção em outro grupo familiar é subestimado, dada a transitoriedade da situação. Transitório, entretanto, não é sinônimo de brevidade nas situações de acolhimento institucional e a permanência neste espaço deve ser discutida com profundidade. (EURICO, 2018, p.98).

A sobrecarga da mulher negra em relação às suas famílias é extremamente inviabilizada, sem um correto trabalho de analisar os potenciais de sua família e comunidade para fortalecer esses sujeitos e trabalhar para que não haja o rompimento de vínculos familiares. Contudo, se há falta escolar, as crianças encontradas sozinhas em casa, ou estão junto com as mães em trabalhos precarizados e/ou em situação de mendicância, a primeira resposta tende a realizar o afastamento do lar, sem apoio a essa mulher e família. Acredita-se que em um local que oferece refeições, acesso à escola e não expõe a alguns riscos sociais como o tráfico de drogas, as crianças estão protegidas, sem conhecer a realidade precária das instituições de acolhimento. Essas respostas institucionais mostram uma punição às famílias que são consideradas desqualificadas e desregradas.

Eurico (2018) mostra em sua pesquisa como a retirada desnecessárias dessas crianças e adolescentes afeta suas vidas por estarem em uma instituição que ensina sua solidão e falta de apoio na sociedade, como é identificado a seguir em mais um caso de racismo relatado por entrevistados.

Situação 2. A certa altura da supervisão, a cozinheira do serviço, sensibilizada com a questão étnico-racial, revela que os “técnicos” a repreendem sempre que ela beija e abraça Francisco, um menino negro de 2 anos, acolhido ainda bebê, e diz que ele é lindo. Alguns chegam a dizer que ela força a barra quando diz que ele é bonito. Francisco é identificado como o menino mimado, que quer colo, atenção, mas que precisa entender que ali não é a casa dele, que os profissionais estão ali para trabalhar, logo não haverá alguém com ele o tempo todo, nem mesmo quando solicita um carinho porque está com sono. A psicóloga sente-se encorajada a dizer que no plantão anterior a criança choramingou por cerca de três horas, durante a madrugada, incomodando, inclusive, as outras crianças, porque queria que alguém segurasse sua mão para dormir. “Deixei ele chorar, ele precisa entender que está sozinho no mundo... quando ele cansou de chorar, dormiu”. (EURICO, 2018, p.104).

A frase da psicóloga é marcante, “ele precisa entender que está sozinho no mundo”, para uma criança de apenas dois anos de idade. Questiono como vamos conseguir proteger crianças e adolescentes e prepará-los para a sociedade com esse tipo de tratamento. O racismo é extremamente cruel a essas famílias e todos nós, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, precisamos repensar nossa prática profissional, pois uma das conclusões que me aproximo é a contradição dessa proteção social que assegura direitos sociais conquistados com muita luta

política, mas também há prática de graves violações e omissões de direitos. Desse modo, por vezes há atuação de violação de direitos revestida de “proteção social”⁵².

Se há consenso entre os estudiosos da área social sobre as necessidades que crianças e adolescentes, desde a mais tenra idade, têm de estímulos, de afeto e de acolhida [...], as práticas discriminatórias, que atingem a população negra têm impacto direto sobre o modo como esta constrói sua sociabilidade e no caso das crianças e adolescentes negros, a medida de acolhimento institucional requer um cuidado maior, pois a reprodução do racismo institucional faz com que elas sejam vistas e tratadas ora a partir da invisibilidade, ora a partir do lugar do feio, do desprezível. (EURICO, 2018, p.105)

O menosprezo, a ridicularização, a humilhação e a falta de afeto são algumas das discriminações presentes na infância e na adolescência que marcam sua socialização e desenvolvimento. Desse modo, sem permear ao campo terapêutico, a Assistência Social precisa compreender a gravidade dessas questões para a garantia dos direitos da criança e do adolescente, principalmente tendo em vista que o rompimento de vínculos com a família deve ser a última opção, buscando trabalhar com a família as questões que a fragilizam.

Fala-se tanto de família extensa, mas não é... Não tem essa coisa de buscar. Muitos poderiam ter evitado o acolhimento, se antes tivesse feito uma busca na família extensa. A gente tem... quantos estão na casa hoje? (A2.1). Dezoito, dezenove... temos dezenove. (O2.2). Destes, pelo menos dez poderiam estar com a família extensa [...] se a rede de atenção básica funcionasse minimamente, se o Conselho [Tutelar] tivesse feito, antes, uma busca ativa dessa família [...]. Porque, depois que está aqui, as famílias têm um pensamento de que é melhor aqui do que em casa. Aí fica difícil voltar para a família extensa. Por que hoje isso não acontece, se eles estão aqui e existe essa possibilidade? Porque aí parece que a família fica com pena de tirar daqui e levar para aquele lugar que é dele e que ele vai voltar, mas aí ele já entrou, ela já viu que tem as refeições no horário certinho, chega aqui a gente tá jogada no chão brincando com eles, que tem brinquedo, tem presente toda hora e tirar parece um castigo. Tem que fazer todo um trabalho até para essa criança querer voltar. (A2.1). (EURICO, 2018, p.114-115)

Esse é um relato de uma assistente social do acolhimento. A falta de proteção social da assistência social e conselho tutelar fazem essa cena ser comum. A retirada da criança e/ou adolescente da família acontece por ação do conselho, contudo deve haver primeiro um trabalho com as famílias para que essa ação de rompimento de vínculos seja realizada somente nos casos necessários e não como alternativa para todo problema familiar diante de falta de renda, desemprego, situações de negligência que mostram a falta de acesso à creche ou educação, entre outros.

⁵² “A reação costumeira das funcionárias, entretanto, de não tomar conhecimento da demanda da criança e silencia a este respeito é igual ao silêncio de morte. Podemos assim dizer que internatos desse gênero [e o Saica não é diferente] são um lugar de morte e não de crescimento e vida”. (ALTOÉ, 1990, p. 42, Apud EURICO, 2018, p.104).

Na pesquisa, vários profissionais relatam a falta de conhecer a história dos acolhidos⁵³. Quando passam a viver na instituição, tudo o que viveram é desconsiderado, o que mostra a negligência da atuação com essas famílias, as responsabilizando por sua atual situação. O apagamento da história é grave e revela a falta de interesse na vivência desses sujeitos.

Embora os avanços sejam perceptíveis, permanece, em relação à infância e adolescência, um discurso abstrato por parte da sociedade brasileira, por vezes, reproduzindo o mesmo estigma presente no período da vigência do Código de Menores. A dramática interlocução entre pertencimento étnico-racial e infância e adolescência, com a consequente institucionalização de crianças e adolescentes, majoritariamente negras, não desperta interesse da sociedade em geral. O racismo tem essa capacidade de ocultar as determinações sócio-históricas e naturalizar processos, que são produzidos pelo modo como a sociedade brasileira estabelece as relações sociais. A invisibilidade do universo institucional de acolhimento continua a cumprir a função social de proteger a sociedade das crianças e adolescentes indesejáveis. Portanto, há uma inversão da noção de proteção, que implica no controle dessas famílias e seus filhos. (EURICO, 2018, p.118-119)

Nossa história brasileira de proteção social a crianças e adolescentes negros é marcada por práticas racistas que não as tratavam como sujeitos de direitos e são consideradas “não desejáveis” por causarem incômodo diante dos estereótipos negativos. Assim, a institucionalização tende a não ser um local acolhedor e de desenvolvimento, mas sim de controle e repressão⁵⁴. O resultado é uma atuação e gestão mínima, que garanta a sobrevivência, sem alcançar as necessidades humanas e subjetivas deles. Toda essa questão passa despercebida, pois o racismo implica que a própria sociedade não tenha preocupação com essa população, deixando-os cada vez mais marginalizados e à mercê de serviços precarizados.

Eu tenho uma filha, a mais velha, ela tem oito filhos, ela tem a vida própria dela tudo, só que quando eles eram todos pequenininhos um dia um dos meus netinhos pôs fogo na minha casa e eu fiquei praticamente no relento [...] quando o bombeiro chegou já tinha queimado tudo, só não queimou a sala e o meu quarto porque era laje [...] e aí os vizinhos ‘lindos, maravilhosos’ que eu tenho até hoje denunciaram. [Dois meses depois] a assistente social baixou lá e levou todos eles. Leva! E eu tinha condições de cuidar de todos eles. [...] Simplesmente veio e levou. [...] Eu

⁵³ É viável ter, sim, o Saica, só que quando a criança entra aqui, aí não interessa [...] parece que toda a história dele é apagada [...] tudo daquela porta para cá, tudo que eles fizerem é responsabilidade nossa [...] a história toda da criança e do adolescente parece que começou aqui, só que ele tem toda uma bagagem, tem todo o histórico lá atrás e é que quem sente mais. (O1.1). [...] Justamente [...] se ele sofreu quatro anos, quinze, [...] algum direito dele foi violado lá trás, quando entra aqui [...] nós temos que dar conta em três, quatro, cinco meses, senão não somos competentes. [...] Todo sistema é assim! Todo Saica é assim, se você não der jeito você não é um bom educador! [...]. (O1.1). (EURICO, 2018, p.129-130).

⁵⁴ “Para garantir a organização da casa, manter a ordem e a disciplina, a equipe de um dos serviços relata o quanto as práticas coercitivas são utilizadas quando os profissionais não têm capacidade técnica para lidar com os conflitos de maneira positiva e educativa. Práticas tidas como superadas são reiteradas em nome da paz institucional, recuperando a ideia de que para cuidar destas crianças e adolescentes o pré-requisito não é o compromisso com a defesa dos direitos em relação à infância e adolescência, mas a capacidade de agir de modo autoritário em relação a eles”. (EURICO, 2018, p.139).

simplesmente estava trabalhando, porque eles moravam no fundo, na minha casa, então os meninos tinham o quarto das crianças dentro da minha casa e ela ficava lá né, porque ela tinha separado do marido [...]. Não demorou muito [o retorno], porque a minha filha tratou logo de voltar com o marido, arrumar uma casa e não pensa que é só assim arrumar, por uma cama, um fogão e pôr as crianças dentro, porque não é. E aí ela conseguiu resgatar todos. (O1.5). (EURICO, 2018, p.140).

Esse é um relato de uma orientadora pedagógica de uma das instituições de acolhimento e exemplifica o debate realizado até o momento. Trata-se de uma situação de calamidade à família, de um acidente doméstico. A família extensa estava no mesmo local e não foi realizado qualquer trabalho para o não rompimento dos vínculos familiares. Outra questão, foi que a mãe precisou reatar um relacionamento que não queria como meio de conseguir novamente ter seus filhos. Isso mostra a não proteção social da assistência social e/ou conselho tutelar, mas sim uma verdadeira violação de direitos às crianças e a mulher que foram separados à força e ela precisou voltar a um relacionamento que pode colocar essa família em risco.

Os relatos dos profissionais explicitaram a complexidade do fenômeno da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Fenômeno grave, utilizado como medida de contenção da população negra, com impactos no grupo familiar, sem, contudo, alterar a realidade da pobreza que, no interior deste grupo, é geracional e fruto do modo como as relações sociais se estabelecem no mundo capitalista. A família contemporânea não está descolada deste processo, uma vez que a luta de classes antecede a constituição das famílias e esta é responsável pela formação dos sujeitos, pela reprodução de valores morais, pela atribuição de sentido e significados à existência e espaço, onde podem se construir nichos de resistência. (EURICO, 2018, p.144).

A compreensão do impacto do racismo, portanto, torna-se central para buscar uma atuação qualificada a essas famílias que precisam da proteção social da Assistência Social. É de se notar que essas demandas perpassam por todo o SUAS, seja no CRAS, CREAS e acolhimento. É preciso realizar um trabalho em rede, com as demais políticas setoriais, como o conselho tutelar, educação e saúde. O racismo perpassa por toda a rede, e a não intervenção qualificada não se restringe à assistência social, apesar de ela ser a política social com mais incidência nesse caso.

A defesa de um desenvolvimento saudável, livre das múltiplas formas de violência na infância e juventude é absolutamente importante, e as diversas formas que a violência assume na modernidade têm características específicas e diferencia classes sociais, sexo, opção religiosa e raça/etnia. Entretanto, as estratégias de enfrentamento do fenômeno da violência doméstica e da violência institucional são diferentes, de acordo com a classe social. Interessa-nos identificar os pontos de ligação entre a violação de direitos na infância ou adolescência e a institucionalização de crianças e adolescentes negros, oriundos de famílias pauperizadas. (EURICO, 2018, p.145).

As vastas situações de violações de direitos só irão ser realmente mediadas a partir do momento que houver interesse na história dessas famílias, buscando um saudável desenvolvimento dessas crianças e adolescentes a fim de que esses ciclos geracionais superem a extrema pobreza, a violência doméstica, abusos, entre outros. Contudo, atualmente precisamos de mais pesquisas para compreender a gravidade da negligência e abusos que estão sendo realizados a essas famílias que, ressalto, não se reduzem às instituições de acolhimento institucional, visto o papel fundamental das outras unidades do SUAS, como CRAS e CREAS.

Neste item, a partir da pesquisa de mulheres negras foi possível analisar com profundidade a gravidade do racismo institucional e interpessoal para com as famílias negras atendidas, em destaque diante o objeto dessa dissertação. Portanto, destaco a importância da leitura dessas intelectuais para a compreensão da realidade social e da população usuária do SUAS.

Buscou-se demonstrar de forma crítica as consequências da falta de leitura racial e de gênero para a atuação profissional, visto que leva a uma contradição em que há violação de direitos em uma política de promoção da proteção social, realizando o inverso do proposto e negando os direitos sociais conquistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto dessa dissertação, uma análise da questão racial e de gênero a partir do pensamento de mulheres negras na Assistência Social, busca responder a questão de partida, de quais as consequências para atuação do SUAS pela falta de interlocução com pensamento não branco e reprodução de estereótipos racistas. A hipótese inicial foi que a falta acesso e estudo ao pensamento negro causa violação de direitos à população atendida pela Política de Assistência Social pelo não atendimento das necessidades e particularidades do povo negro.

O estudo do pensamento de mulheres na assistência social fez comprovar esse hipótese, por falta de desenvolvimento da questão de raça e gênero nas normativas e orientações; o racismo institucional e interpessoal que reproduz estereótipos com as famílias negras e causa omissão em situações de violações de direitos; a responsabilização da mulher com a família e reprodução de práticas sexistas; a falta de compreensão da realidade social da população negra e mulheres. Isso reúne os três mitos, o mito da assistência social, o mito da democracia racial e o mito da feminilidade, que coloca uma contradição na proteção social ofertada, a qual ao mesmo tempo que garante o mínimo de sobrevivência às famílias, sobretudo negras, reforça também desigualdades por práticas discriminatórias baseadas em raça e gênero.

A ativa participação das mulheres negras no sustento da família não deve ser entendida como dádiva, mas como mais uma expressão do racismo cotidiano, que mantém a pobreza geracional, os índices de analfabetismo, a maior exposição à violência doméstica, a permanência em atividades laborais desqualificadas e mal remuneradas, bem como potencializa a exposição de crianças e adolescentes à violência urbana, ao trabalho infantil e a situações de fragilização dos vínculos familiares. (EURICO, 2018, p.190-191)

A proteção social às famílias negras é frágil e não reconhece o seu histórico de lutas sociais, resistência e reexistências presentes em seu contexto social. Por isso, destacou-se nesse trabalho, movimentos do povo negro de resistência ao racismo, como também de mulheres negras que lutam contra a combinação de racismo e sexismo, sendo fundamental a compreensão da luta do movimento feminista negro, assim como de outros mulheres com diferentes visões ideológicas.

Buscou-se, então, trazer o debate de gênero, com respeito a diversidade presente entre as mulheres negras, mostrando seus meios de resistência desde de diáspora a fim de pautar sua importância histórica e combater a visão de inação de mulheres negras perante as opressões, como também evidenciar que sua luta não se resume ao rompimento com o movimento feminista de mulheres brancas. Antes do movimento feminista, as mulheres

negras possuíam várias formas de organização, vindas de África. Dessa maneira, é preciso destacar que ao abordar sobre gênero, precisa-se respeitar as diversidade das mulheres e não se reduzir a movimentos de mulheres brancas, que apesar de sua importância, não são universais.

Antes de alcançar o debate de raça e gênero na Assistência Social, buscou-se trazer uma conjuntura histórica para compreensão do processo de subalternização do povo negro e mulheres. Foi preciso entender como essa proteção social se baseou no controle social e repressão às famílias negras, baseado na ideologia eugenista que é fundante tanto do Serviço Social como da política social. O Serviço Social e a política social possuem avanços na forma de tratar a desigualdade social, contudo ainda está presente o racismo institucional e interpessoal. Também é presente a visão sexista sobre as mulheres. Isso mostra como esse aspecto conservador e racista que funda a política social ainda está presente e causa graves consequências para a população atendida como vimos nos exemplos das pesquisas de campo.

A política de assistência social, materializada com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) trabalha a partir de uma simplificação do conceito de “família” e de “mulher” que não reflete a diversidade de mulheres e de demandas familiares, reproduzindo a moral que se estrutura nas relações sociais capitalistas e que podem vir a perpetuar o silenciamento, a violência e a invisibilidade de sujeitos, saberes e formatos diversos de construção de laços familiares. A assistência social enquanto política pública contemporânea é atravessada por determinações históricas e estruturais na formação social brasileira e no desenvolvimento do capitalismo no país e pela reprodução da normatização de um modelo normativo branco, burguês, masculino, cristão e heterossexual cunhado ainda no projeto moderno-colonial. (SILVA, Flavia., 2021, p.149)

A política social volta ao reforço do conservadorismo com a eleição de governos ultraneoliberais (Temer e Bolsonaro) que promovem uma atuação social mínima sem se ater às necessidades das famílias negras e das mulheres. A equipe técnica que se aliena aos ditames institucionais faz parte da reprodução do racismo e sexismo, em que recorrem ao discurso familista, responsabilizando os indivíduos por sua atual situação com invisibilização de toda a conjuntura que os sujeitos perpassam historicamente.

Desse modo, de forma didática foi trazido a discussão de raça e gênero a partir de pesquisadoras negras, a fim de promover uma descolonização do conhecimento e trazer a realidade social a partir de outros olhares. No capítulo 02, a discussão sobre o feminismo negro e a interseccionalidade possui objetivo de explicar a realidade social das mulheres negras e as consequências da combinação entre raça, classe, gênero e demais categorias, como sexualidade.

A situação da mulher negra é complexa e ela é a principal usuária da Assistência Social. Contudo, elas jamais estiveram passivas diante das opressões, por isso, foi realizado destaque de seus movimentos desde a diáspora. Porém, a realidade social é grave, e com pandemia a situação se agravou com um empobrecimento ainda maior. Assim, ao aprofundar o contexto social de mulheres negras e estudar os lentos avanços da Assistência Social, conclui-se a urgência de tratar o assunto na política e no meio acadêmico a fim de se fazer avançar as necessidades e particularidades dessas mulheres negras para a atuação profissional, visto que a proteção social oferecida atualmente é frágil e de baixa efetividade.

As políticas sociais não conseguem dar respostas efetivas às violências simbólicas e materiais que acometem, diariamente, as mulheres negras e suas famílias. Nos enredos, a realidade de cada uma delas é marcada por negligências e ausências dessas políticas, que conduzem a forma como as mulheres vão ser atendidas, por exemplo, no posto de saúde, a escola que suas filhas e filhos vão frequentar, o acesso aos bens e serviços públicos, dentre outros. (SANTOS, Deise., 2018, p. 120)

Deise Santos (2018) mostrou a vida dessas mulheres negras e como elas recorrem a ausência de proteção social estatal em sua própria comunidade, que evidencia a força política do povo negro e sua organização para a sua sobrevivência. A política social que está dentro dos municípios e nas áreas mais vulneráveis, portanto, precisa apoiar esse fortalecimento político das comunidades para enfrentar essa gestão neoliberal e mínima.

Pensar as contribuições concretas do serviço social ao SUAS no que diz respeito à construção de práticas antirracistas exige ações articuladas que rompam os muros das unidades de atendimento. Pisar o chão de uma vivência negra exige pedir licença, já que esta foi uma palavra ausente desde que o/a negra aqui chegou. Assistentes sociais ao pisar o chão da história de famílias negras atendidas nas unidades do SUAS precisam lembrar a forma como tais pessoas eram abordadas e consideradas na gênese do serviço social [...]. (SILVA, Meyrieli., 2020, p.135-136).

Apesar de sua contrariedade, a Assistência Social possui boas possibilidades de intervenção e promoção do enfrentamento ao racismo, sexismo e classicismo, dentro dos limites de uma política de Estado capitalista que não rompe com as desigualdades. Todavia, estamos muito longe de onde há possibilidade de chegar e acredito que com pesquisas como essa, há possibilidade de causar reflexões e sínteses para um política social mais adequada.

Ao buscar pesquisas sobre raça, assistência social e gênero foi percebido como as dissertações e tese selecionadas são recentes e há necessidade de mais produções. A leitura e pesquisa dos textos possibilitou compreender as limitações das normativas e orientações da política; a sobre responsabilização das mulheres negras; a realidade social que as mulheres negras enfrentam; o debate sobre a feminização da política social e do cuidado; a violação de direitos com racismo institucional e interpessoal; o reforço de práticas profissionais

imediatistas; a responsabilização familiar por sua situação de precariedade; o fortalecimento da política neoliberal, racista, patriarcal e mínima; a precarização do trabalho social e a necessidade de aprofundar sobre as demandas familiares com profissionais e política mais qualificados.

Essa contextualização das pensadoras selecionadas mostram a importância da compreensão do debate posto pelo feminismo negro, como trazem Davis (2016), Gonzalez (2018), Akotirene (2020), Crenshaw (2002; 2004; 2017), nesta dissertação. Aprofundar o saber sobre a situação da mulher negra precisa ser basilar para a atuação na Assistência Social. Também é fundamental entender a estrutura racista de nossa sociedade e como as lutas sociais contra a marginalização permitiram a sobrevivência do povo negro. Sem reconhecimento, não será possível acolher as possibilidades e potências das famílias que necessitam da política social.

As contribuições que foram trazidas por meio desse trabalho não esgotam as diversas possibilidades e nem tampouco a problemática envolvendo a questão de gênero, raça e política social. Essa dissertação soma-se às pesquisadoras e os pesquisadores antirracistas que visam trazer conhecimento teórico metodológico de raça e gênero à Política Social e, no caso em específico, à Assistência Social. Este debate pode ser continuado pelo doutorado acadêmico, demais estudantes e/ou de trabalhadores (as) da área. Ressalta-se que a falta desse conhecimento é chave para a perpetuação da desumanização da população negro pelo epistemicídio, como ensina Sueli Carneiro (2005).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro 2o Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 131- 154.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis** / Jarid Arraes;. [ilustrações Gabriela Pires]. — 1ª edição. São Paulo: Editora SCHWARCZ S.A. 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaíra, 2020.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC de Alagoas** : dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas / Francisco Reinaldo Amorim de Barros. – 2. ed. -- Brasília:

Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.3 v. XXVIII + 756 p. – (Edições do Senado Federal; v. 61 A-B-C) .

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2002. p. 25-58.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Argum.** (Vitória), v. 8, n.2, p. 16-29, maio/ago. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v8i2.12800>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago 2021.

_____. Decreto-Lei Nº 3.688, de 3 de Outubro de 1941. **Lei das Contravenções Penais**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 15 ago 2023.

_____. **Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 20 ago 2021.

_____. **Lei Nº 14.284, de 29 de Dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 23 ago 2023.

_____. **Lei Nº 14.635, de 25 de julho de 2023**. Inscreve o nome de Laudelina de Campos Melo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14635.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.635%2C%20DE%2025,Her%C3%B3is%20e%20Hero%C3%ADnas%20da%20P%C3%A1tria. Acesso em: 13 nov 2023.

_____. **Decreto 7.334, de 19 de outubro de 2010**. Institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS, e dá outras providências.. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/decreto/decreto_7334.pdf. Acesso em: 14 jan 2024.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). **POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise**. BPS, n. 28, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10796>. Acesso 14 nov 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social. 2004**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 20 ago 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Ministério da Cidadania. **Portaria N° 54, de 1° de Abril de 2020**. Disponível em: https://www.blogcnas.com/files/ugd/7f9ee6_a1d2c6373ff34ba7876c905d3a75d68c.pdf. Acesso em: 13 set 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Ministério da Cidadania. **Informe Auxílio e Cadastro n° 874**. 09 de Novembro de 2022. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_auxilio_brasil/2022/11%20-%20Novembro/Boletim_PAB_Informa_874.html. Acesso em: 25 ago 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Portaria do MDS estabelece novas regras para inclusão de unipessoais no Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/portaria-do-mds-estabelece-novas-regras-para-inclusao-de-unipessoais-no-bolsa-familia>. Acesso em: 25 ago 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Pessoas inscritas no Cadastro Único por cor/raça**. 2024a. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 12 jan 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. **Pessoas do sexo Feminino e Responsáveis Familiares do Sexo Feminino - PBF**. 2024b. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 13 jan 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, p. 117-132, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 09 nov 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese. São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe. In: Werneck, Jurema. **O Livro de Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Criola, 2006.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. DEPENDÊNCIA E ULTRANEOLIBERALISMO: AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-GOLPE DE 2016. *Temporalis, [S. l.]*, v. 22, n. 43, p. 17–33, 2022. DOI: 10.22422/temporalis.2022v22n43p17-32. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37772>. Acesso em: 13 set. 2022.

CONJUR, Consultor Jurídico. **Esperança Garcia: Mulher negra e escravizada é reconhecida como a primeira advogada brasileira**. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-nov-26/negra-escravizada-reconhecida-primeira-advogada-pais/>. Acesso em 12 nov de 2023.

COSTA, Gracyelle. **Política Social, Serviço Social e Eugenia**: reflexões para o século XXI. Disponível em: EURICO, Márcia (et al. Orgs). Coletânea Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Papel Social: São Paulo, 2021.

COSTA, Joaze Bernardino. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

CORRÊA, Ferreira Bruna. **A Questão Étnico-Racial No Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**: O reconhecimento dos quilombos no estado do Rio Grande do Sul. Dissertação. Porto Alegre, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 junho 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8A-Parte-1-4/>. Acesso em 25 jun 2023.

DiANGELO, Robin. Fragilidade branca. Tradução Anelise Angeli De Carli. **Dossiê Racismo** – revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos – ISSN 2175-8689 – v. 21, n. 3, 2018.

DIEESE. **O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas**. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.html>. Acesso em: 02 nov 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EURICO, Márcia Campos. **Preta, preta, pretinha**: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras (os) acolhidos (as). Tese. São Paulo, 2018.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam**: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS'. Dissertação. Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese. Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, Sibelle de Jesus. Interseccionalidade de raça e gênero na prática: os movimentos de mulheres negras em conferências internacionais. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, p. 1–22, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/44811>. Acesso em: 08 nov. 2023.

FREITAS, C. M., PEREIRA, A. M. M., and MACHADO, C. V. A resposta do Brasil à pandemia de Covid-19 em um contexto de crise e desigualdades. In: MACHADO, C. V., PEREIRA, A. M. M., and FREITAS, C. M., eds. **Políticas e sistemas de saúde em tempos de pandemia**: nove países, muitas lições [online]. Rio de Janeiro, RJ: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2022, pp. 295-322. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65- 5708-129-7. <https://doi.org/10.7476/9786557081594.0011>. Acesso 13 set. 2022

GARCIA, Esperança. **Carta ao Governador da Capitania**. 1770. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/60795/leia-a-carta-de-esperanca-garcia-a-primeira-advogada-do-brasil>. Acesso em 12 nov de 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

HUDSON-WEEMS, Clenora. Mulherismo Africana: uma visão geral. Tradução de: Wanessa de Souza (30 p.): a overview. In: ALDRIDGE, Delores P.; YOUNG, Carlene (ed.). **Out of the Revolution**: The Development of Africana Studies. Lexington Books: 2000, p. 205-217. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/505003034/Medu-Neter-Livros-Mulherismo-Afrikana-Clenora-Hudson-Weems>. Acesso em 09 nov 2023.

JORNAL NACIONAL. **Mulher morre após passar mal em fila no DF para atualizar Cadastro Único do governo federal**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/08/17/mulher-morre-apos-passar-mal-em-fila-no-df-para-atualizar-cadastro-unico-do-governo-federal.ghtml>. Acesso em: 14 nov de 2023.

LEAL, F.; FARDIN PANDOLFI, A. ; CORDEIRO SABINO BRAGA, D. K. ; DA SILVA BARBOSA, R. ; EMMANUEL SANTANA BORGES, R. O Auxílio Emergencial no Brasil durante a pandemia por Covid-19 . **SER Social**, [S. l.], v. 24, n. 51, p. 305–325, 2022. DOI: 10.26512/sersocial.v24i51.33863. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/33863. Acesso em: 13 set. 2022.

MARIANO, Fernanda A. J. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo [resenha]. In: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. **REVISTA FLORESTAN**, São Paulo, ano 7, v. 2, n. 10, p. 15-22. Disponível em: https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/243/pdf_128. Acesso em: 10 jan. 2024. ISBN 9788551304311

MARQUES, Lorena de Lima. **Diáspora africana, você sabe o que é?** In: Fundação Cultural Palmares, 2019. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=53464>.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2015.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Antonieta de Barros**. 2023. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros>. Acesso em: 12 de novembro de 2023.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Quem foi Nat Turner? **GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA**, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nat-turner/>. Acesso em 09 jun 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Revista Afrodiáspora**, v.3, n.6-7, p.41-49, 1985.

PRADO, Luiz. **Jornal da USP**. Como Lacan renovou a psicanálise e a aproximou das ciências humanas. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/como-lacan-renovou-a-psicanalise-e-a-aproximou-das-ciencias-humanas/>. Acesso em 01 abril 2023.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Uma Trajetória de Criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas** (REF), Florianópolis, v. 16, n. 3, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8DwmqbJg8ZbFqPCDqbfWqd/>. Acesso em: 09 nov. 2023

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios**. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SANTOS, Eliane Teixeira dos. **Gênero, Assistência e Serviço Social: uma análise sobre o trabalho com famílias desenvolvido por assistentes sociais na cidade de Salvador-BA**. Dissertação. UFBA, 2017.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275–288, 2010. DOI: 10.5216/sec.v12i2.9102. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SINDSASC GDF. Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal. **Assistência social é uma demanda de aproximadamente 50% da população do Distrito Federal**. Disponível em: <http://sindsascgdf.org.br/post/3382>. Acesso em 13 set 2022.

SILVA, Ana Paula Procopio da. **O Contrário de “Casa Grande” Não é Senzala. É Quilombo!**A Categoria Práxis Negra no Pensamento Social de Clóvis Moura. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Flavia Azevedo Leite. **Mulheres, políticas sociais e racismo no Brasil: uma análise crítica da Política de Assistência Social contemporânea (2004-2019)**. Dissertação. Niterói, 2021.

SILVA, Meyrieli de Carvalho. **A Questão Racial e suas Implicações para o Serviço Social no Sistema Único da Assistência Social – SUAS**. Dissertação. Vitória, 2020.

SMDF, Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. **Projeto promove empoderamento para mulheres vítimas de violência**. 2023. Link:

<https://www.mulher.df.gov.br/projeto-promove-empoderamento-para-mulheres-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 12 dez 2023.

SOUZA, Edvânia Ângela de. A PANDEMIA COVID-19 E O TELETRABALHO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL (PS). **Caderno CRH**, [S. l.], v. 34, p. e021038, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.42160. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/42160>. Acesso 13 set. 2022

TST, Tribunal Superior do Trabalho. **Empregada doméstica que viveu 29 anos em situação análoga à escravidão receberá R\$ 1 milhão**. 2022. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/-/indeniza%C3%A7%C3%A3o-de-r-1-milh%C3%A3o-%C3%A9-destinada%C2%A0a-empregada-dom%C3%A9stica-que-viveu-26-anos-em-situa%C3%A7%C3%A3o-an%C3%A1loga-%C3%A0-escravid%C3%A3o>. Acesso em: 27 set 2023.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 9 nov. 2023.